

FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DE RIO GRANDE
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO AMBIENTAL
MESTRADO EM EDUCAÇÃO AMBIENTAL

SIMONE SIMÕES FASSARELLA

***A Vez e a Voz de Mulheres que atuam na
atividade da pesca da Vila São Miguel (RS)***
Trajetórias e Perspectivas

RIO GRANDE

2007

FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DE RIO GRANDE
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO AMBIENTAL
MESTRADO EM EDUCAÇÃO AMBIENTAL

***A Vez e a Voz de Mulheres que atuam na
atividade da pesca da Vila São Miguel (RS)
Trajetórias e Perspectivas***

SIMONE SIMÕES FASSARELLA

Dissertação apresentada no Programa de Pós-Graduação em Educação Ambiental como requisito parcial para a obtenção do grau de Mestre em Educação Ambiental.

Orientador: Professor Doutor Alfredo Martin Gentini.

RIO GRANDE
2007

AGRADECIMENTOS

Estou neste instante tentando iniciar este item da pesquisa: agradecimentos. Sempre deixamos esta parte para o final, pois julgamos ser mais fácil; afinal, são apenas agradecimentos. Mas não é tão simples assim.

Lembrar dos colegas, dos amigos, dos professores e de todos os demais que contribuíram para a realização deste estudo é uma tarefa difícil mas prazerosa.

Primeiramente, agradeço a Deus por ter me concedido mais esta oportunidade e por ter sido minha fortaleza, meu refúgio nas horas em que tudo parecia tão confuso e perdido.

Agradeço a meus pais e irmãos pelo incentivo que sempre me deram e por me acompanharem durante toda a minha caminhada nos estudos.

Agradeço a meu esposo que me agüentou durante estes dois anos de curso. Obrigada pelas dicas, pelas contribuições na pesquisa, pela paciência e pelo apoio neste período em que mais precisei de você.

Agradeço ao meu Orientador, Professor Dr. Alfredo Gentini, que pacientemente presenciou a construção deste estudo e contribuiu para meu crescimento enquanto pesquisadora em constituição.

Agradeço a Professora Dr^a Paula Ribeiro que abriu as portas do Grupo de Estudos Sobre Sexualidade na Escola oportunizando o contato com os Estudos de Gênero, obrigada pelas dicas e pela atenção.

Agradeço a Professora Dr^a Tereza Lisboa que me incentivou a prosseguir na carreira acadêmica e pelo cuidado e zelo por mim enquanto estive na UFSC.

Agradeço a Professora Dr^a Susana que gentilmente aceitou meu convite para fazer parte da banca de defesa; obrigada pela sua disposição.

Agradeço as trabalhadoras da pesca que participaram deste estudo; obrigada pela confiança e pelas informações concedidas; obrigada pela permissão de compartilhar suas histórias de vida com os demais leitores.

Agradeço aos colegas do CAIC e do NAE por compreenderem minhas ausências e por compartilharem meus momentos de alegria, insatisfação e de construção deste estudo.

Agradeço a todos que direta ou indiretamente contribuíram para a realização desta pesquisa. Tenho a consciência de que sozinha jamais poderia realizar este sonho.

RESUMO

Este estudo retrata a realidade de três mulheres que trabalham no processamento de pescado na comunidade da vila São Miguel, situada na cidade de Rio Grande/RS. Este estudo qualitativo usa ferramentas da história oral como metodologia; parte de uma coleta de dados obtidos através de entrevistas individuais e coletivas e também observações *in loco*, o que possibilitou conhecer o cotidiano de trabalho e as perspectivas em relação a atividade de processamento de pescado da localidade. Desta investigação, foi possível identificar que as mulheres necessitam constantemente conciliar os compromissos domésticos com a atividade laborativa, estando esta em segundo plano em virtude das tarefas do lar serem percebidas como atribuição “natural” das mulheres. A pesquisa chama a atenção para o sentimento, por parte das processadoras, de desvalorização e invisibilidade da atividade laborativa no âmbito da pesca, bem como o sentimento de impotência diante da degradação ambiental e, conseqüentemente, da extinção da matéria prima. A análise das narrativas apontou para a necessidade de uma intervenção sócioambiental que possibilite uma mobilização e organização das mulheres a fim de que repensem seu cotidiano e reafirmem sua função social no contexto da pesca artesanal.

Palavras-chave: Gênero. Trabalho feminino. Pesca artesanal.

ABSTRACT

This study portrays the reality of three women who work with fished, living in the community of the village Are Miguel, situated in the city of Rio Grande/RS. This qualitative study uses verbal history as methodology; it begins of a collection of data gotten through individual and collective interviews and also local observations, what it made possible to know daily of work and the perspectives of the professional category. From this inquiry, it was possible to identify that the domestic workers constantly need to conciliate the commitment with the professional activity, being this in second place in virtue of the tasks of the home being perceived as “natural” attribution of the women. The research calls the attention for the feeling, on the part of the women in fisheries, of depreciation and invisibility of their professional activity, as well as the feeling of impotence ahead of environment degradation and, consequently, of the extinguishing of the fishes. The analysis of the narratives pointed to the necessity of a social and environment intervention that makes possible the participation and organization of the workers so that they rethink its daily and also reaffirm the social function of the professional category within the context of craftsman of fishing.

Keywords: Gender. Female work. Craftsman of fishing.

SUMÁRIO

RESUMO	06
ABSTRACT	07
LISTA DE FIGURA	10
LISTA DE TABELA	11
APRESENTAÇÃO	12
1. HISTÓRIA DE VIDA: MEMÓRIAS E TRAJETÓRIAS VIVIDAS	15
1.1 A VEZ E A VOZ DA PESQUISADORA.....	15
1.2 APROXIMAÇÃO COM O FOCO DE PESQUISA.....	17
2 CAMINHOS E ESCOLHAS METODOLÓGICAS	20
2.1 O CONTEXTO LOCAL.....	20
2.2 O PROCESSO DE INVESTIGAÇÃO.....	21
2.3 AS PARTICIPANTES DA PESQUISA.....	24
2.4 CARACTERIZAÇÃO DA PESQUISA.....	26
2.5 A COLETA.....	28
2.5.1 Entrevista semi-estruturada.....	28
2.5.2 Conversas informais.....	31
2.5.3 Observações livres.....	32
2.5.4 Caderno de registros.....	32
2.6 ANÁLISE DE DADOS.....	33
3 ARTICULANDO GÊNERO E TRABALHO	35
3.1 O GÊNERO EM QUESTÃO: UMA CATEGORIA EM PERMANENTE CONSTRUÇÃO.....	35
3.2 DISCUTINDO A CATEGORIA TRABALHO NUMA PERSPECTIVA DE GÊNERO.....	42
3.3 O TRABALHO FEMININO NA ATUALIDADE: CAMINHOS DO DEBATE TEÓRICO E DILEMAS ATUAIS.....	46
3.4 A SITUAÇÃO DA MULHER NA PESCA.....	51
4 A VEZ E A VOZ DAS TRABALHADORAS DA PESCA	57
4.1 HISTÓRIAS DE VIDA.....	57
4.1.1 A história da trabalhadora M 1.....	57
4.1.2 A história da trabalhadora M 2.....	58
4.1.3 A história da trabalhadora M 3.....	60
4.2 O COTIDIANO DAS TRABALHADORAS DA PESCA.....	65
4.3 PERCEPÇÕES SOBRE O TRABALHO FEMININO NO CONTEXTO DA PESCA LOCAL.....	74
4.3.1 A (des)valorização do trabalho feminino.....	77
4.3.2 A seguridade social no setor da pesca: os direitos previdenciários.....	85
4.3.3 A organização social das mulheres que atuam no setor da pesca.....	90
4.4 APESAR DE TUDO A VIDA CONTINUA... E O QUE NOS RESTA FAZER?.....	94
4.4.1 Falando em projeto de vida.....	94

CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	104
REFERÊNCIAS.....	107
ANEXOS.....	112

.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1- Trabalho feminino no Galpão de pesca.....	22
Figura 2 – Limpeza e filetagem de pescado no Galpão de pesca.....	22
Figura 3 – Vista do Galpão de pesca.....	22
Figura 4 – Entrevista coletiva na comunidade.....	29
Figura 5 – Coleta e separação de siri das caixas de peixes.....	65

LISTA DE TABELAS

Tabela 1- Macro-regiões de pesca e total de pescadores artesanais conforme levantamento de dados sobre comunidades pesqueiras/2001.....	20
--	----

APRESENTAÇÃO

O trabalho feminino tem sido tema de discussão pelos estudos de gênero desde a década de setenta e, até hoje, muito há ainda o que se saber, pesquisar. Geralmente, quando se trata do trabalho das mulheres vem à mente dois ambientes: o público e o privado. Assim também, ainda se tem a visão de que a mulher-trabalhadora é aquela que atua em alguma profissão fora do espaço doméstico. Já as demais mulheres se identificam e são identificadas como donas-de-casa, ou seja, aquelas que “não trabalham” e que realizam atividades apenas no espaço doméstico, caracterizadas como um não-trabalho.

E o que dizer das mulheres que fazem do ambiente doméstico o local de seu “ganha pão”? Aquelas que atuam no mercado informal como costureiras, salgadeiras, doceiras, desfiadeiras de pescado dentre outras atividades informais? Será que são apenas mulheres do lar? Elas não são trabalhadoras e batalhadoras como aquelas que possuem um emprego no mercado formal?

Sabe-se que as mulheres, em sua maioria, assumem diversos papéis no cotidiano, tendo que conciliar os afazeres domésticos com o trabalho profissional realizado dentro ou fora de casa. No cotidiano de mulher, mãe e profissional vivencia-se sentimentos que deixam duplas culpa por não se dar conta das tarefas do lar que foram atribuídas histórica e socialmente e também por não se conseguir um maior tempo para o desenvolvimento e aprimoramento enquanto profissional.

O conflito experienciado pela mulher -trabalhadora, tanto aquela que atua no público quanto a que realiza sua atividade de produção na própria residência, acontece em conseqüência dos múltiplos papéis que desempenha no cotidiano e caracteriza-se numa problemática universal. Além da sensação de culpa, a mulher – trabalhadora tem de lidar com a desvalorização e a invisibilidade de seu trabalho, independentemente da categoria profissional à qual pertença.

Pensando nisso, durante o exercício profissional em uma comunidade pesqueira, percebi o quanto as mulheres que atuam na pesca ainda são discriminadas em sua atividade de produção. O mito de que a pesca “é lugar de homem” ronda as vilas pesqueiras e contribui para tornar o trabalho delas uma simples “ajuda” à família.

Pesquisas como a de Maneschy (1995) e Woortmann (1992), também têm apontado que nessas comunidades os pescadores ficam com as tarefas de captura em alto-mar e as mulheres atuam no beneficiamento do pescado ou na captura à beira-mar. Além disso, o ato da pesca é geralmente privativo dos homens, sendo considerado mais valioso do que as tarefas de pós-captura realizada em sua maioria pelas mulheres-filhas, mães e esposas de pescador que conciliam os dois mundos: o público e o privado.

A invisibilidade das mulheres pescadoras e de seu trabalho há muito inquieta. Assim, instigada pela trama diária que cerca estas mulheres, nas mais diferentes formas, percebi o quanto é importante discutir essa temática no âmbito da pesca, já que a produção científica voltada para os estudos de gênero ainda encontra lacunas, que não foram totalmente exploradas, especialmente no que tange ao trabalho feminino na pesca. E, assim, com o intuito de compreender melhor a trama de suas vidas, parti para este estudo.

A opção em desenvolver esse estudo na linha “*Educação Ambiental Não Formal*” partiu da idéia de que o processo educativo acontece não apenas nos espaços escolarizados, mas também fora deles. Sendo assim, conhecer a história das mulheres poderia abrir caminhos para reiniciar um processo dialógico que possibilitasse discussões e reflexões sobre a atual situação em que vivem as trabalhadoras. Tais discussões e reflexões envolveriam, especialmente, seu papel enquanto co-participante do ciclo da pesca local, sujeita aos mesmos direitos e deveres dos demais trabalhadores que atuam na pesca. Portanto, a busca pela reconstrução das relações de gênero e criação de um novo paradigma sócioambiental, que respeite e valorize as relações entre os gêneros, constitui-se uma forma de educar para a vida, ou seja, educar para conviver melhor no ambiente em que se está inserido.

Ressalto que a opção pela utilização do termo “trabalhadora da pesca” no decorrer do estudo, deve-se ao fato de que as mulheres participantes da pesquisa atuam no processamento do pescado, especialmente desfiando siri e descascando camarão e, conseqüentemente, podem ser reconhecidas como trabalhadoras, independente do tipo de vínculo trabalhista a que estão sujeitas. De acordo com a legislação trabalhista, as entrevistadas se enquadram na categoria de trabalhadora avulsa, portanto, desde já defendo a idéia de que trabalhador/a da pesca é todo/a e qualquer trabalhador/a que tem atuação no ramo da pesca e não apenas aqueles

que vão para o mar, ou seja, os pescadores, como são vistos de costume. Busco respaldo nessa visão através da legislação trabalhista que vê o limpador de pescado (aquele que atua no beneficiamento ou processamento de pescado) como segurado especial com iguais direitos sociais que os pescadores pelo desempenho de um trabalho, conforme orientações da Previdência Social. Assim sendo, as mulheres que atuam no processamento de pescado são passíveis de serem chamadas de trabalhadoras.

No primeiro capítulo “*Histórias de vida: memórias e trajetórias vividas*”, trato de falar da minha história de vida. Parti de minhas memórias e desejos que, na maioria das vezes, justificaram minhas escolhas. Ao recontar minha trajetória realmente pude ver o quanto estava e estive envolvida com a temática, por isso creio fundamental compartilhá-la com os leitores. Apresento também o problema, os objetivos e as questões que nortearam esse estudo.

O segundo capítulo “*Caminhos e escolhas metodológicas*” é o momento em que apresento os caminhos, que percorri para realização da pesquisa: metodologia, procedimentos para investigação, caracterização da pesquisa, participantes e procedimentos de análise são os itens tratados neste capítulo.

No terceiro capítulo “*Articulando Gênero e Trabalho*”, trato de contextualizar as discussões sobre gênero no mundo do trabalho e a situação atual em que vivem as mulheres-trabalhadoras destacando dificuldades encontradas para o exercício da profissão.

No quarto capítulo, apresento os resultados da pesquisa: o envolvimento das trabalhadoras com o mundo da pesca, o cotidiano das mulheres participantes do estudo, a (in)visibilidade do trabalho feminino no setor pesqueiro. Dou ênfase numa discussão, que girou em torno da desvalorização da categoria profissional, da garantia dos direitos sociais e da participação cidadã e, por último, o projeto de vida das trabalhadoras, já focalizado no quarto capítulo “*A vez e a voz das trabalhadoras da pesca*”.

Nas “*Considerações Finais*”, apresento, de maneira sistemática, a análise dos dados que foram sendo apontados no decorrer do trabalho e, em complementação a situação apresentada pelas trabalhadoras, deixo algumas contribuições na forma de sugestões como alternativa ao enfrentamento da problemática local.

Finalmente, concluo o estudo apresentando a bibliografia utilizada, bem como os anexos que compõem o estudo.

1 HISTÓRIAS DE VIDA: MEMÓRIAS E TRAJETÓRIAS VIVIDAS

1.1 A VEZ E A VOZ DA PESQUISADORA

O envolvimento com esta pesquisa começou há algum tempo atrás. Assim, ao iniciar esta dissertação penso ser importante resgatar um pouco da minha trajetória de vida para esclarecer como cheguei até o Mestrado em Educação Ambiental (MEA) e justificar o interesse pela temática .

Durante a convivência com minha família algumas questões relacionadas à divisão do trabalho doméstico sempre me trouxeram indignação, ou melhor, insatisfação para ser mais clara.

Vivia cobrando a participação do meu irmão nas tarefas domésticas, me perguntando ou questionando aos meus pais: “por que nós, mulheres, temos de fazer os serviços domésticos enquanto os meninos não estão nem aí para isso”? Quero dizer é que sentia uma obrigação interior de ter que fazer determinado serviço doméstico, apesar de não concordar com a idéia de que aquilo era tarefa apenas das mulheres.

Essa situação que experienciei, faz-me lembrar de Louro (1997) quando trata das divisões de tarefas e naturalização de papéis que vivenciamos na família e na sociedade como um todo. Sem ter conhecimento na época das concepções de gênero, já percebia que havia uma desigualdade nas relações sociais entre mulheres e homens.

No ano de 1994, depois de passar no Vestibular da Universidade Federal do Espírito Santo – UFES para o curso de Serviço Social, durante este, iniciei o estágio curricular no *”Programa Integrado de Desenvolvimento Social, Urbano e de Preservação Ambiental em Áreas Ocupadas por Populações de Baixa Renda”*, que tinha como objetivo promover o desenvolvimento comunitário nas áreas de morros e encostas do município de Vitória (ES).

O programa atuava sob três vertentes: *social*, que envolvia a assessoria nos processos de organização e participação comunitária; *ambiental*, que discutia a educação ambiental, e *urbana*, que tratava da estrutura viária e instalação de equipamentos coletivos. A inter-relação destas vertentes me fez ver a necessidade de se trabalhar estes eixos de forma integrada, uma vez que eles são interdependentes.

A atuação no programa se prolongou após a conclusão do Curso, visto que fui contratada pela Prefeitura Municipal de Vitória (PMV) para atuar como Assistente Social do mesmo. De 1998 a 2003, desenvolvi atividades de fomento à promoção social dessas populações junto a grupos já organizados ou em fase de estruturação, como idosos, mulheres, adolescentes e crianças .

Dentro do programa, um dos projetos que desenvolvi em uma das comunidades pesqueiras, denominado “*Projeto Pescando Idéias, Construindo Sonhos*” (PICS), tinha como finalidade promover um despertar crítico-reflexivo nos pescadores e suas famílias sobre o uso consciente dos recursos naturais, bem como, potencializar as organizações pesqueiras visando a sua promoção social na comunidade. A inserção no contexto de vida das famílias de pescadores atendidas por esse projeto, mostrou-me que existiam outras mulheres que se queixavam do não reconhecimento de seu trabalho.

As mulheres dos pescadores, além da realização das atividades do lar, exerciam uma atividade produtiva, a de processar o marisco e, constantemente, reclamavam do acúmulo de tarefas cotidianas e da necessidade de conciliação de ambos os trabalhos. Assim, tive a percepção de que essa problemática não era só minha, mas de todas as mulheres, cada uma em seu contexto.

O projeto PICS possibilitou a assessoria e o acompanhamento no processo de auto-organização das mulheres processadoras de mariscos e peixes da comunidade da Ilha das Caieiras, que buscavam a visibilidade e a valorização de sua atividade produtiva.

Penso que este projeto contribuiu para mostrar às mulheres e à comunidade o quanto seu trabalho era importante para o desenvolvimento da localidade. Para mim, a participação no projeto foi um aprendizado ímpar que motivou a realização de um estudo que tratasse sobre a questão da mulher no mundo do trabalho.

Segundo Rodrigues (2004, p 109):

As idéias não nascem dos cérebros privilegiados, nem têm existência própria, soltas no ar. As concepções de mundo, as idéias e os valores que as pessoas compartilham entre si e que passam para os seus filhos não são dádivas do céu; são construídas na teia do cotidiano de relações e interações.

Desta forma , creio que a intenção de realizar este estudo teve como pano de fundo minha trajetória de vida pessoal e profissional não sendo o tema uma escolha

aleatória. O acompanhamento ao projeto foi interrompido em virtude da minha mudança de residência (2003) para a cidade de Florianópolis (SC). Embora tenha deixado o tão querido projeto, não me privei de continuar a trilhar o caminho das descobertas, das aventuras que é o mundo da pesquisa.

Ao chegar na cidade, me inscrevi na disciplina “A construção social da identidade: classe, gênero e etnia”, oferecida pelo Mestrado em Serviço Social da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). E, a partir das discussões nas aulas e conversas informais com professores e colegas, pude compreender a emergência dos estudos de gênero para a reflexão da condição feminina, especialmente nessas áreas.

No 2º semestre de 2004, tive outra mudança, vindo morar na cidade de Rio Grande (RS), e assim, abriu-se outra oportunidade de continuar meus estudos ao ser aprovada no curso de Mestrado em Educação Ambiental da Fundação Universidade Federal de Rio Grande (FURG), em 2005. A escolha pelo curso deu-se por pensar que nos espaços formais ou não formais a educação ambiental pode ser um instrumento de fomento para promoção de novas posturas e comportamentos na sociedade, principalmente no que se refere às relações de gênero.

Sobre o conceito de educação ambiental, Storey (1998, p. 66), entende que:

A educação ambiental é um processo no qual os indivíduos tomam consciência do seu meio ambiente, seja natural ou construído, e adquirem valores, conhecimentos, habilidades, experiências e determinações em busca da prática social a fim de encontrar soluções para os problemas sócio-ambientais e melhorar as relações entre os seres humanos e a natureza e os seres humanos entre si.

Busco um embasamento para essa minha afirmação nas palavras da referida autora, pois entendo a Educação Ambiental como um processo que não se restringe a conceitos ecológicos da natureza, mas que também aborda as questões dos valores morais, da cidadania, da justiça, da igualdade dentre muitos outros.

1.2 APROXIMAÇÃO COM O FOCO DA PESQUISA

No ano de 2005, realizei um curso sobre Metodologia de Incubagem de Empreendimentos Populares Solidários, oferecido pelo Núcleo de Desenvolvimento Social e Econômico (NUDESE) da Fundação Universidade Federal do Rio Grande -

FURG (RS); ao final do curso passei a atuar como bolsista de extensão na Incubadora Tecnológica de Cooperativas Populares (INTECOOP), desenvolvendo ações de assessoria e acompanhamento à organização de empreendimentos populares solidários.

Ao participar de várias atividades promovidas pela INTECOOP, fui conhecendo os grupos assessorados pela Incubadora e suas respectivas realidades. Percebi que o trabalho de assessoria tinha algo de familiar com o que desenvolvia nas comunidades em Vitória (ES): a assessoria/incentivo à organização de grupos comunitários.

A convivência no ambiente comunitário, experimentado nestas comunidades e o acompanhamento dos grupos foram fundamentais para delimitar a escolha por um objeto que tivesse a ver com as experiências já vividas. Então, a partir das percepções obtidas no cotidiano da prática profissional e de um processo de diálogo permanente com o orientador, professores, colegas e comigo mesma, pude encontrar na comunidade pesqueira da Vila São Miguel algo que seria foco deste estudo: o trabalho feminino no contexto da pesca artesanal.

Dentre as várias possibilidades de investigação, optei por analisar o cotidiano da mulher-trabalhadora da pesca, enfocando a sua percepção em relação ao trabalho na pesca e expectativas em relação à profissão, tendo como base sua história de vida, constituindo o objetivo geral da pesquisa.

Com o intuito de compreender melhor a trama de suas vidas, delimito as seguintes questões norteadoras do estudo: qual a percepção da mulher-trabalhadora da pesca do seu cotidiano? Como concilia os afazeres domésticos com a atividade na pesca? Como percebe seu trabalho no contexto da pesca local? Quais as perspectivas futuras em relação à profissão?

Assim, diante de tais escolhas e aproximações com o foco do estudo, parti para definição do caminho metodológico, que foi um processo de idas e vindas, construído ao longo do estudo.

Ao escrever sobre minha trajetória até aqui, pude perceber o quanto estive e estou envolvida com os estudos de gênero. Penso que a elaboração da dissertação, que traz como tema o trabalho feminino no âmbito da pesca, irá contribuir para a minha constituição enquanto pesquisadora e mulher, além de servir de auxílio para a compreensão de como as relações de gênero são construídas e vividas no cotidiano, repassadas nas gerações e percebidas sob a ótica feminina.

Com estas intenções, parti para a realização do estudo, na esperança de que o mesmo pudesse servir para reavaliar e aperfeiçoar minha prática e para provocar um processo de reflexão/ ação das mulheres participantes da pesquisa sobre sua condição de trabalhadora. O estudo deverá instigar todos os que tiverem acesso a ele, propondo trilhar por caminhos que levem a novas descobertas e a uma nova *práxis*.

2 CAMINHOS E ESCOLHAS METODOLÓGICAS

2.1 O CONTEXTO LOCAL

A comunidade pesqueira na qual residem as participantes da pesquisa, Vila São Miguel, localiza-se no município de Rio Grande, o qual encontra-se na desembocadura da Lagoa dos Patos, numa região de interação entre os ecossistemas oceânico atlântico, lacustre e estuarino-lagunar, chamado de Estuário da Laguna dos Patos. Estas características fazem do município objeto de estudos voltados à atividade de pesca como mostram as pesquisas de Marques (1980), Villwock (1997), Lijla (1999), dentre outros.

O Estuário estende-se por uma área que compreende os municípios de São José do Norte, Pelotas e Rio Grande e abrange a zona entre a Barra de Rio Grande e as proximidades de uma linha imaginária distante 70 km ao Norte, que liga a Feitoria à ponta dos Lençóis (ALTMAYER, 1999).

Segundo levantamento de dados sobre as comunidades de pesca no Estado do Rio Grande do Sul, ocorrido entre janeiro e julho de 2001, foram identificadas 7 macro-regiões de pesca artesanal no estado, como apontam Garcez; Sanchez-Botero (2005) . As regiões citadas encontram-se na tabela abaixo :

Macro-região	Total de pescadores artesanais
Lagoa do Peixe	210
Lagoa dos Patos	290
Lagoa Mirim	335
Rio Uruguai, incluindo Rio Quarai e Ibicuí	1041
Rio Jacuí, afluentes e Lagoa Guaíba	1205
Litoral Norte, incluindo lagoas costeiras	1650
Estuário da Lagoa dos Patos	7500

Tabela 1- Macro-regiões de pesca e total de pescadores artesanais conforme levantamento de dados sobre comunidades pesqueiras (2001)

Nota-se que a região estuarina da Lagoa dos Patos representa a região de maior concentração dos pescadores artesanais do estado, sendo que estes representam as famílias de pescadores do litoral sul do Rio Grande do Sul.

Segundo este levantamento, foram constatadas a existência de 16 colônias, 05 sindicatos de pescadores artesanais, 07 associações de pesca e outras 03 em fase de organização. Foi estimada ainda a existência de 12.201 pescadores artesanais, que atuam e sobrevivem da pesca, sendo 8841 legalmente documentados e 3360 não legalizados pelos órgãos competentes. De acordo com o Relatório do Ibama de 2006, na região do estuário existem aproximadamente 5 mil pescadores artesanais licenciados. Destes pescadores, 878 são de Pelotas, 2053 de Rio Grande e 2155 de São José do Norte.

A comunidade da Vila São Miguel, local onde se realizou o estudo, faz parte da Colônia Z1 e compreende uma região conhecida como Prado, juntamente com outras duas comunidades: Jóquei Club e Bosque. Na comunidade existe uma única associação de pesca (APESMI) e alguns galpões de pesca, que empregam mulheres da vila que atuam no processamento de pescado. Segundo dados do Ibama, existem cerca de 438 famílias de pescadores artesanais na comunidade pesquisada.

2.2 O PROCESSO DE INVESTIGAÇÃO

O início do trabalho de investigação se caracterizou através das visitas freqüentes na Vila São Miguel, entre agosto de 2005 e março de 2006, com o intuito de observar o cotidiano da comunidade e, em especial, o das mulheres - trabalhadoras da pesca.

A inserção na comunidade decorreu de um contato inicial com uma das lideranças da comunidade que representava a Associação de Pesca São Miguel (APESMI). Importa salientar que tal associação já era conhecida por se constituir num dos grupos assessorados pela INTECOOP. O contato com a associação possibilitou apresentar a proposta da pesquisa e conhecer um pouco o dia-a-dia das famílias de pescadores. Foi informada que na comunidade havia alguns galpões de pesca que contratavam, em sua maioria, mulheres para o trabalho de beneficiamento de pescado.

Ao abordar moradores na rua ou no quintal de suas casas, percebi que estes me identificavam como sendo alguma técnica do curso de graduação em

Oceanologia da FURG, que estaria estudando sobre a pesca ou sobre o pescado, mesmo dizendo eu ser uma estudante do Curso de Educação Ambiental. Ficou evidente num primeiro olhar que a comunidade está acostumada a receber visitas daquele curso para realização de pesquisas sobre pesca junto aos moradores.

Ainda, quando me dirigia a pescadores e pescadoras sobre o assunto do trabalho das mulheres, este era quase sempre desviado. Ou seja, pouco se falava das mulheres e muito se falava dos homens. A ênfase da atividade pesqueira voltava-se para a figura do homem-pescador.

Realizei visitas em um galpão de pesca e constatei que havia um número significativo de mulheres no trabalho com o pescado. Devido às condições ruins de trabalho (o que chamou a atenção), o proprietário só me autorizou o registro fotográfico após dizer que a publicação era de interesse puramente científico. O proprietário disse que o estabelecimento estava em situação irregular quanto à sua regulamentação e legalização jurídica.



Figura 1 -
Fonte: Arquivo da pesquisadora.
Trabalho feminino no galpão de pesca



Figura 2 -
Fonte: Arquivo da pesquisadora.
Limpeza e filetagem de pescado no galpão de pesca



Figura 3 -
Fonte: Arquivo da pesquisadora.
Vista do galpão de pesca

Assim, durante as visitas conheci mulheres que trabalhavam no galpão e no quintal de suas casas. Durante as conversas apresentei a minha proposta de pesquisa e solicitei a manifestação daquelas que gostariam de contribuir como participantes do estudo. Ao ser indagada sobre o motivo do estudo, respondi que a intenção era a de conhecer o trabalho das mulheres, que atuavam na pesca, e as dificuldades e perspectivas esperadas neste trabalho .

Em complementação, relatei que a pesquisa poderia resgatar a história das mulheres trabalhadoras da pesca não só da comunidade, mas da cidade, que necessita de ser mais explorada. Com isso seria possível criar um espaço para expressão das experiências vividas e não ditas, recontar histórias e oportunizar a vez e a voz das mulheres em um ambiente, onde até então predomina o ponto de vista dos homens pescadores.

Quanto a isso, informei ainda que as pesquisas na área da pesca em geral são realizadas com os pescadores e que neste estudo estaria privilegiada a voz das mulheres. Percebi que elas se sentiram importantes e, pelo fato de serem lembradas e solicitadas para a participação no estudo, manifestaram estarem dispostas em contribuir para tal. As entrevistas ocorreram durante os meses de abril e maio de 2006, foram entrevistadas 3 trabalhadoras de pesca, sendo que 2 delas exercem sua atividade profissional em casa e a terceira num dos galpões situados na comunidade.

Durante o período, outros atores sociais contribuíram com informações complementares, atuando como colaboradores da pesquisa. Tais colaboradores is foram: um representante da Associação de Pesca da Vila São Miguel, o presidente da Colônia Z1, um técnico do Ibama, responsável pela expedição de licença ambiental; um técnico da Secretaria Municipal da Pesca (SMP), que tem atuação no Fórum da Lagoa e um técnico administrativo da Secretaria Estadual de Agricultura e Pesca (SEAP), que atua na confecção das Carteiras de Pesca.

Devido a necessidade de compreender um pouco o complexo mundo da pesca foram realizadas visitas nas instituições e entrevistas com seus respectivos técnicos, que atuam diretamente na rede de apoio social, que constitui a pesca em Rio Grande. Na SMP, busquei informações sobre a atuação da secretaria nas discussões do Fórum da Lagoa e assessoria aos pescadores. No Ibama, levantei dados dos pescadores cadastrados na instituição que possuem a licença de pesca e regulamentação para a pesca na região e no Estado. Na SEAP, procurei conhecer

como era realizado o cadastramento dos pescadores, a documentação para a retirada da Carteira de Pesca e na Colônia Z1 conheci os procedimentos para inscrição e filiação dos trabalhadores. Todas essas informações foram essenciais para a compreensão do cenário da atividade pesqueira de Rio Grande. Os roteiros de questões e os termos de consentimento utilizados nas entrevistas encontram-se nos anexos A e C, respectivamente.

A visita a estas instituições, cabe salientar, que aconteceram em decorrência da necessidade de obter maiores informações e esclarecimentos sobre a pesca artesanal no Estado, incluindo a Legislação Trabalhista, o Fórum da Lagoa e a interação das organizações ligadas à pesca com os trabalhadores, em especial às mulheres. Outra colaboração veio de uma entrevista com uma pescadora residente em Torotama (RS), ex-liderança comunitária, com atuação na Associação dos Pescadores de Torotama, a qual contribui com sua visão sobre o papel da mulher na pesca.

2.3 AS PARTICIPANTES DA PESQUISA

Diante dos vários contatos realizados com trabalhadores e trabalhadoras da pesca, decidi entrevistar 3 trabalhadoras da pesca, que denomino de M1, M2 e M3, que já tinham envolvimento com a pesca. Isto lhes permitiria relatar uma trajetória de vida a partir de uma vivência significativa, em termos de tempo de trabalho, na atividade de processamento de pescado, em especial, no ato de desfiar siri e de descascar camarão.

Logo, a escolha pelas participantes partiu dos seguintes critérios: ser trabalhadora no setor da pesca, ter um envolvimento com a atividade desde a infância ou adolescência ou, ainda, há mais de 15 anos, ser residente na comunidade pesquisada e ser membro de uma família de pescador. Estes critérios garantiriam que as narrativas estariam vindo de mulheres já pertencentes ao complexo mundo da pesca.

O número de participantes foi definido em função da quantidade de informações que seriam geradas considerando o tempo para analisar, como também, a escolha própria da metodologia que seria utilizada na pesquisa. Os nomes utilizados na pesquisa são fictícios, mas as histórias são reais e fazem parte do cotidiano que se passa na comunidade pesquisada.

Durante as visitas exploratórias à comunidade conheci a trabalhadora M1. Ela estava no quintal de sua casa desfiando siri numa tarde de verão. Cheguei , me identifiquei como sendo estudante de pós-graduação da FURG e comecei a dialogar com ela sobre o trabalho, que estava realizando naquele momento. Ela me relatou algumas informações iniciais e decidi então convidá-la a participar do estudo, a qual aceitou sem restrições. No mesmo dia a trabalhadora M1 me levou à casa de uma vizinha e amiga (entrevistada M2) para que pudesse convidá-la para o estudo. Ao conversar com a segunda trabalhadora sobre o seu trabalho na pesca ela se mostrou interessada em contribuir também para o estudo e ficou entusiasmada por poder falar sobre a temática. Após o contato com as duas trabalhadoras, combinamos o dia, hora e local para realização das entrevistas.

Numa outra visita ao bairro fui conhecer um dos galpões de pesca da comunidade. Cheguei no período da manhã e as trabalhadoras estavam em pleno trabalho, recebendo as mercadorias dos barcos e executando o processo de limpeza e filetagem dos peixes. Havia uma turma do lado de fora lavando os peixes em tanques , todas de pé , algumas de luvas, outras sem luvas. E, lá dentro do galpão, havia mesas grandes onde as trabalhadoras retiravam as vísceras dos peixes e realizavam o processo de filetagem. Perguntei pelo responsável pelo estabelecimento e fui levada até uma mulher que fazia o pagamento aos atravessadores. Muito ocupada disse para eu retornar em outro momento para poder conversarmos melhor. Em outro dia, retornei ao local e a responsável me apresentou todo o processo, que era realizado no galpão. Falei do motivo da minha visita e perguntei se ela não poderia indicar alguém para que fizesse parte da pesquisa. Assim, a mesma me levou à casa de uma das trabalhadoras e lá conversamos sobre o trabalho com a entrevistada M3, que se mostrou interessada pelo estudo. Ao final, combinamos o dia, local e horário para iniciarmos as entrevistas. Essa foi a forma pela qual cheguei às mulheres participantes da pesquisa.

As participantes foram previamente informadas sobre o tema do estudo, estando conscientes da concessão dos relatos para divulgação científica, tendo assinado posteriormente o Termo de Consentimento. Essa foi a forma pela qual cheguei as três participantes da pesquisa.

Ressalto que neste estudo, utilizei o termo trabalhadoras da pesca para indicar o ambiente de trabalho das entrevistadas e considerei a atividade não como

profissão por não ser reconhecida como tal, mas, sim, como uma atividade de produção que faz parte do ciclo da pesca local .

2.4 CARACTERIZAÇÃO DA PESQUISA

Ao tratar sobre a pesquisa social Minayo (1994, p. 17) entende que a pesquisa “é a atividade básica da Ciência na sua indagação e construção da realidade”. Portanto, a pesquisa vincula-se ao pensamento e ação de um determinado fato da vida prática. A pesquisa social está relacionada a questões, que antes de se transformarem num problema intelectual, já haviam sido um problema real. Ao mergulhar no real, o pesquisador encontra razões e objetivos para as indagações frente à realidade do mundo.

Este estudo tenta discutir uma questão muito particular: a expectativa das trabalhadoras da pesca frente aos desafios da profissão, tendo como base suas trajetórias de vida. Logo, se identifica como uma pesquisa de caráter qualitativa, pois trabalha com uma questão que não pode ser quantificada.

A pesquisa qualitativa trabalha com sentimentos, emoções, desejos, esperanças. Para Minayo a pesquisa qualitativa aprofunda-se e explora os significados das ações e relações dos seres humanos, que não são perceptíveis aos olhos das pesquisas que utilizam equações, médias e estatísticas como ferramentas de trabalho.

A pesquisa qualitativa trabalha com um universo de significados, motivações, aspirações, crenças, valores e atitudes, o que corresponde a um espaço mais profundo das relações , dos processos e dos fenômenos que não podem ser reduzidos à operacionalização de variáveis. (1994, p. 21-22).

A opção pela pesquisa qualitativa se deu pelo fato do estudo tratar de uma temática, que envolve a história de vida de pessoas que convivem numa dada realidade, história esta marcada por emoções e sentimentos narrados por quem vivencia ou experienciou situações na vida cotidiana, que carecem de reflexões das ações e reações humanas para serem compreendidas dentro do contexto real.

Muitos são os métodos e técnicas de coleta e análise de dados no campo da abordagem qualitativa , dentre eles a história de vida que vem ganhando destaque. Para Queiroz (1988), a história de vida faz parte do amplo quadro da história oral

que inclui ainda depoimentos, entrevistas, biografias e autobiografias. É uma ferramenta valiosa que permite compreender a cultura através das vozes de quem a vivenciou e reconstruiu. Neste estudo optei por utilizar algumas ferramentas da história oral.

As histórias orais vêm ocupando o primeiro plano entre os estudos inovadores no campo da história social e cultural das populações. Este método está fundamentado “no esforço de se recuperar a experiência e os pontos de vista daqueles que normalmente permanecem invisíveis na documentação histórica convencional e de se considerar seriamente essas fontes como evidência.” (THOMPSON; FRISCH; HAMILTON, 2005, p.75).

A história de vida permite captar as relações do indivíduo com o tecido social, além de permitir que elementos do presente fundam-se a elementos passados. O que interessa ao pesquisador, portanto, na história oral é a narrativa de vida de cada um, a maneira como ele a reconstrói e deseja que seja reconhecida (BOSI, 1994).

Como método de pesquisa a história de vida privilegia a realização de entrevistas com pessoas que participaram ou testemunharam acontecimentos históricos, que marcaram sua trajetória de vida, “trata-se de estudar fatos históricos, instituições, grupos sociais, movimentos, categorias profissionais, à luz de depoimentos de pessoas que deles participaram ou os testemunharam.” (ALBERTI, 1989, p.1-2).

A relevância desse tipo de estudo está em compreender a vida a partir do olhar do sujeito, das minorias, dos menos favorecidos, dos que se encontram num estado de vulnerabilidade social, contudo, respeitando suas opiniões, sentimentos (não)verbalizados e fazendo com que o sujeito relate sua trajetória de vida e reflita sobre ela no processo de contar a sua história.

A história oral constitui-se num conjunto de técnicas que objetivam coleção, preparação e utilização de memórias, que são geralmente gravadas e tratadas como fontes primárias pelo pesquisador. A memória é a principal fonte de coleta de dados utilizada pela história oral. A partir da recuperação de suas trajetórias, os sujeitos da pesquisa contribuem para a reconstituição do processo histórico local, seja a de uma instituição, de uma comunidade ou a de uma personalidade da qual se queira registrar sua vivência (MELLO, 2005). Desta forma, o presente estudo foi sendo constituído pelas narrativas próprias das histórias de vida das processadoras de

pescado, que ao trazerem à tona suas trajetórias, contribuíram para o registro histórico da comunidade pesquisada e, em especial, aos caminhos percorridos pelas mulheres que atuam, direta ou indiretamente, no setor pesqueiro da localidade.

2.5 A COLETA DE DADOS

Os procedimentos utilizados para a coleta das narrativas foram sendo construídos no decorrer da pesquisa. Estes procedimentos foram entrevista semi-estruturada, conversas informais, observações livres e caderno de registro.

2.5.1 Entrevista semi-estruturada

A entrevista é um dos principais meios para o pesquisador realizar a coleta de dados. Para Triviños (1987, p.146) a entrevista semi-estruturada é entendida, em geral, como:

Aquela que parte de certos questionamentos básicos, apoiados em teoria e hipóteses, que interessam à pesquisa, e que, em seguida oferecem amplo campo de interrogativas, fruto de novas hipóteses que vão surgindo à medida que se recebem as respostas do informante. Desta maneira, seguindo espontaneamente a linha de seu pensamento e de suas experiências dentro do foco principal colocado pelo pesquisador, começa a participar na elaboração do conteúdo da pesquisa.

Independente do tipo de entrevista escolhida pelo investigador, esta se caracteriza por uma interação face a face entre entrevistador/ entrevistado, na qual interagem expectativas e sentimentos de ambos.

Segundo Szymanski (2001, p.195), na entrevista:

Da mesma forma que quem entrevista tem/ busca informações, quem é entrevistado também está processando um conjunto de conhecimentos e pré-conceitos sobre o interlocutor e organizando suas respostas para aquela situação. Quem pesquisa tem uma intencionalidade, que vai além da mera busca de informações: pretende criar uma situação de confiança para que o entrevistado se abra, pretende passar uma imagem de credibilidade e quer que o interlocutor colabore, trazendo dados relevantes para sua pesquisa.



Figura 4 -
Fonte: Arquivo da Pesquisadora.
Entrevista coletiva na comunidade

Utilizei neste estudo as entrevistas semi-estruturadas que foram realizadas durante o mês de abril e maio do ano corrente na residência das participantes da pesquisa. Foram realizados três encontros com M1 e M2 na casa de M1 e mais três encontros com M3 em sua residência.

A divisão nas entrevistas ocorreu porque duas das participantes residem no mesmo quintal, cada qual em sua residência. Isto facilitou a aproximação entre elas. Devido à distância e à dificuldade em conciliar horários, a terceira participante foi entrevistada separadamente das demais. Apesar disso, a sua entrevista foi rica em termos de apresentação de novas informações tanto quanto a das demais.

As entrevistas semi-estruturadas possibilitaram o emergir da memória das trabalhadoras, narrando as experiências marcantes vividas por cada uma das participantes da pesquisa. Tiveram como fio condutor a trajetória de vida das trabalhadoras, tendo por base um roteiro de questões. Este roteiro serviu para orientar a fala das entrevistadas, garantindo uma discussão sem perder de vista o eixo central do estudo. (Anexo B).

O roteiro de questões também serviu para direcionar as discussões, permitindo o diálogo entre a pesquisadora e entrevistados e organizar de forma lógica os tópicos a serem abordados. O roteiro envolveu questões referentes ao envolvimento na pesca artesanal, rotina de vida, percepção sobre a valorização do trabalho e expectativas futuras quanto a profissão. O referido roteiro se encontra em anexo no final do estudo.

Para facilitar a organização do roteiro, optou-se por subdividi-lo em 03 eixos temáticos, cada um com suas respectivas questões. São eles:

Eixo temático 1: O trabalho feminino no cotidiano da comunidade.

Eixo temático 2: O trabalho feminino no ciclo da pesca local.

Eixo temático 3: Desafios e expectativas da atividade laborativa das trabalhadoras da pesca.

Sendo assim, durante as entrevistas, as trabalhadoras foram solicitadas a dialogar com a pesquisadora sobre sua história de vida. No primeiro encontro, falaram sobre seu envolvimento e cotidiano na comunidade, enfocando o trabalho realizado dentro e fora das unidades domésticas. As falas possibilitaram o relato sobre suas histórias de vida, experiências (re)vividas, o que trouxe muitas informações que posteriormente contribuiriam para compreensão do seu modo de vida.

Para facilitar o início do diálogo, foi pedido que cada uma delas contassem livremente a sua história pessoal destacando sua infância, adolescência, juventude e fase adulta. Depois de cada exposição, a pesquisadora promovia um diálogo ao fazer algumas indagações a fim de provocar uma retrospectiva de suas trajetórias, tais como: por que veio morar na vila? Quando, como e por que se envolveu na atividade da pesca? Que tipo de trabalho os pais realizavam? A partir dessas indagações, que serviram para “quebrar o gelo”, passei para as questões do roteiro referentes ao eixo temático 1.

Antes do segundo encontro, procurei escutar a gravação do primeiro encontro para (re)estruturar os tópicos, que seriam abordados no encontro seguinte. Procurei verificar a clareza e o conteúdo das informações de modo a não perder nenhum dado coletado, ou, caso necessário, resgatar frases ou palavras (não) ditas ou (não) expressadas.

No segundo encontro, foram discutidas questões referentes à atuação das mulheres na vida comunitária, em especial nas organizações que tratam de atividade de pesquisa, bem como identificar e conhecer expectativas em relação à profissão.

Para introdução ao assunto que seria discutido, foi solicitado às mulheres que pensassem sobre o modo como estão distribuídas as tarefas entre homens e mulheres dentro do ciclo da pesca local. Após alguns instantes, a pesquisadora pediu que as mesmas pensassem sobre as etapas da pesca: coleta, comercialização e organização social, e em quais das etapas elas estavam

presentes no dia-a-dia. Partindo daí, passou-se para as questões do roteiro referentes ao segundo eixo temático.

Já no terceiro encontro, foi retomada a discussão do encontro anterior e passou-se para as questões do roteiro que compreendiam o último eixo temático. Inicialmente, foi pedido que as mulheres pensassem numa linha imaginária do tempo que retratasse a história das mulheres da comunidade, destacando as reivindicações e conquistas no que tange ao enfrentamento das desigualdades no cenário da pesca local. Ao final, procurou-se resgatar informações que necessitaram de maiores esclarecimentos estando atenta sempre ao surgimento de novos dados.

As informações foram registradas através de gravação e transcritas posteriormente para serem estudadas. A gravação possui como aspecto positivo o registro e resgate, a qualquer tempo, das falas dos entrevistados, além de deixar o entrevistador mais livre para concentrar sua atenção na exposição das narrativas (TRIVIÑOS,1987).

A gravação da entrevista, ainda que seja cansativa sua transcrição, é recomendada, pois:

A gravação permite contar com todo o material fornecido pelo informante, o que não ocorre seguindo outro meio. Por outro lado, e isto tem dado para nós muitos bons resultados, o mesmo informante pode ajudar a completar, aperfeiçoar e destacar palavras gravadas. Suas observações ao conteúdo de sua entrevista e as já feitas pelo pesquisador podem constituir o material inicial para a segunda entrevista e assim sucessivamente. (Ibid., p.148).

Ressalto que os horários, locais e datas em que foram realizadas as entrevistas, foram agendados juntamente com as entrevistadas e procurou-se adequar as entrevistas aos horários das mulheres, respeitando sua rotina cotidiana. Isso mostra que o pesquisador deve ser flexível quanto aos métodos e procedimentos adotados para sua pesquisa, devendo apropriá-los à situação que encontra no campo de pesquisa.

2.5.2 Conversas informais

As conversas informais com outras mulheres e pescadores ocorreram durante as visitas ao bairro e contribuíram para o enriquecimento de novas informações, como também para o surgimento de novos dados e questionamentos, provocando a

necessidade de uma constante reflexão das falas. A conversa informal possibilitou uma maior proximidade com os moradores e seu cotidiano. A conversa informal, ou seja, o bate-papo com os moradores oportunizou uma aproximação com os demais atores sociais que atuam no setor da pesca e que convivem com as trabalhadoras da comunidade.

2.5.3 Observações livres

Segundo Triviños (1987, p. 153), “observar não é simplesmente olhar. Observar é destacar de um conjunto (objetos, pessoas, animais, etc.) algo especificamente, prestando, por exemplo, atenção em suas características.”

As observações livres foram realizadas em todos os momentos da pesquisa, ou seja, durante as visitas, entrevistas, conversas, contato com instituições ligadas a atividades pesqueiras. Contribuíram para identificar lacunas, contradições, expressões (não)verbalizadas, serviram para reorientar cada passo do estudo e reavaliar a necessidade de novos contatos para enriquecer e qualificar o estudo.

Penso que as observações, quando realizadas em todo o processo, dão subsídio para as primeiras impressões e análises feitas. Percebia as dúvidas não solucionadas, as informações não ditas, as contradições não esclarecidas, o que fez com que retornasse aos informantes e/ou entrevistados para maiores esclarecimentos.

2.5.4 Caderno de registro

O registro dos dados obtidos foi sendo registrado em um caderno de campo, que acompanhou todo o processo da pesquisa e que serviu de auxílio durante as análises das categorias e das falas. Acredito que, assim como o diário de campo, usualmente utilizado pelos pesquisadores, o caderno de registro o qual fiz uso durante a pesquisa, possibilitou um processo contínuo de coleta e análises de informações obtidas no campo. Foram registradas manifestações (não)verbalizadas como também aspectos físicos observados no contexto da pesca comunitária, tais como: infraestrutura local e condições de trabalho nos quintais das casas e no galpão de pesca visitado, instrumentos de trabalho, higienização e preparação do pescado para o consumo, dentre outros. Considero que o caderno de campo serviu

para registrar as “primeiras expressões de explicações”, como postula Triviños (1987, p.154-155) ao abordar sobre o uso do diário de campo.

2.6 A ANÁLISE DOS DADOS

Para a análise dos dados coletados na pesquisa utilizei o método de análise textual, ancorada na perspectiva apresentada por Moraes (2005, p. 86) que traz a noção de que:

As análises textuais são modos de aprofundamento e mergulho em processos discursivos, visando atingir aprendizagens em forma de compreensão reconstruídas dos discursos, conduzindo a uma comunicação do aprendido e dessa forma assumindo-se o pesquisador como sujeito histórico, capaz de participar na constituição de novos discursos.

A análise textual qualitativa vem sendo utilizada em estudos qualitativos e pode ser explorada nas pesquisas de diferentes áreas do conhecimento. É uma abordagem que busca um compromisso com o aprofundamento e compreensão dos fenômenos investigados.

Entendida como um processo que integra três etapas: a desconstrução, a reconstrução e a comunicação, a análise textual exige uma leitura intensa e rigorosa sobre os textos do *corpus*. Isto permitirá o compromisso com a qualidade da descrição, interpretação e compreensão dos fenômenos e discursos e, conseqüentemente, a qualidade da própria análise.

Em conformidade com os pressupostos teóricos de Moraes, a análise percorreu as etapas de unitarização, categorização e comunicação. Para Moraes (2005), antes do início da análise é preciso preparar os dados, essa preparação consiste na limpeza do material a ser submetido à análise. Isto é feito através da exclusão de elementos e aspectos irrelevantes, supérfluos, e na definição de unidades de análise sem desviar o olhar dos objetivos, problemas e questões de pesquisa. Este processo denominado de unitarização implica então numa fragmentação/ segmentação do texto, sem que se perca de vista o todo.

Para o autor, a unitarização serve para ajudar a identificar e focalizar elementos importantes apontados nos textos analisados e que serão submetidos à categorização em continuidade à análise. (MORAES, 2005).

Seguindo, passou-se para a fase de categorização cujo processo implicou em construir relações entre as unidades de análise, através de combinações e classificações no sentido de buscar compreender como esses elementos unitários podem ser reunidos na formação de conjuntos mais complexos, que são as chamadas categorias. A organização dos dados em categorias foi sendo construída a partir das categorias que emergiam das múltiplas vezes, que surgiam dos textos.

O processo emergente de construção de categorias se caracteriza por ser mais trabalhoso, pois é preciso conviver com a insegurança de um caminho que vem sendo construído no próprio processo, embora o uso de categorias emergentes permita maiores possibilidades de usufruir da criatividade. (MORAES, 2005).

Na etapa da comunicação, os dados são descritos e interpretados constituindo um movimento de teorização em relação aos fenômenos pesquisados. É um processo permeado por um diálogo permanente entre o pesquisador, participantes da pesquisa e teóricos que dão subsídio ao estudo.

Salienta-se que a pesquisa precisa superar a descrição, embora a descrição já seja uma interpretação inicial, a pesquisa precisa atingir o ápice da interpretação propriamente dita, que pressupõe uma leitura teórica mais exigente e aprofundada. “Nesse sentido, interpretar é estabelecer pontes entre as descrições e as teorias que servem de base para a pesquisa, ou construídas na pesquisa.” (MORAES, 2005, p.99).

O processo de análise de uma pesquisa, como se pode notar, caracteriza-se por um movimento constante que vai tomando forma no ato de pesquisar e que pode ser revisto a qualquer tempo. Isso mostra que os resultados de um estudo apresentam uma visão parcial dos fenômenos investigados. No âmbito dos estudos de gênero, investigar a trajetória de vida das mulheres-trabalhadoras da pesca não esgota o conhecimento da temática; há uma multiplicidade de possibilidades que ainda precisam ser descobertas. Esse estudo é, portanto, uma dentre as diversas possibilidades que poderá subsidiar outras pesquisas, bem como a construção de novas compreensões sobre o tema pesquisado.

Ressalto que esta etapa da pesquisa, a análise textual, exigiu um trabalho intenso de minha parte, por vezes exaustivo, mas ao mesmo tempo, desafiador. Mas pesquisar não é isso? Brigar com o texto e fazer as pazes em seguida? Assim vai-se construindo a pesquisa e o pesquisador; num processo de idas e vindas, que permeia todo o processo da pesquisa.

3 ARTICULANDO GÊNERO E TRABALHO

3.1 O GÊNERO EM QUESTÃO: UMA CATEGORIA EM PERMANENTE CONSTRUÇÃO

As preocupações teóricas relativas ao gênero como uma categoria de análise histórica emergiram nas últimas décadas do século XX, não estando presentes nas discussões teóricas das ciências sociais anteriores. Antes do aparecimento da categoria gênero, as teorias sociais formuladas desde o século XVIII até o início do século XX, construíram sua lógica a partir de:

Analogias com a oposição masculino/feminino, outras reconheceram uma questão feminina' e outras se preocupavam com a formulação da identidade sexual e objetiva, mas o gênero como meio de falar de sistemas de relações sociais ou entre os sexos não tinha aparecido. (SCOTT,1990, p.13).

Para Scott (1990), o conceito de gênero emergiu como uma crítica ao determinismo biológico intrínseco no uso de termos sexo ou diferença sexual, passando a ser utilizado para expressar as relações sociais fundamentadas em desigualdades entre homens e mulheres socialmente construídas via atribuição de papéis diferenciados e hierarquizados. Para a autora, que introduz e constrói o conceito como uma categoria útil de análise, gênero pressupõe a maneira como são construídos e percebidos os padrões referenciais do que se concebe como masculino e feminino.

Os estudos de gênero levantaram questões relevantes apontadas por Louro (2003, p. 15-19), tais como:

1º- o gênero aponta para a noção de que, ao longo da vida, através das mais diversas instituições e práticas sociais, nos constituímos como homens e mulheres, num processo que não é linear, progressivo ou harmônico e que também nunca está finalizado ou completo.

2º- o conceito acentua que, como nascemos e vivemos em tempos, lugares e circunstâncias específicas, existem muitas e conflitantes formas de definir e viver a feminilidade e a masculinidade.

3º- o conceito sinaliza não apenas para as mulheres nem tampouco torna exclusivamente as condições de vida como objeto de análise. Traz a idéia de que as intervenções e análises devem considerar e ter como referência as relações de poder entre homens e mulheres e as muitas formas sociais e culturais que os constituem como sujeitos do gênero masculino e feminino.

4º- o conceito afasta uma análise reduzida de papéis e funções de mulheres e homens e aproxima-se de uma abordagem complexa que considera que a sociedade – através das instituições sociais, normas, símbolos, leis e doutrinas, política- é constituída e atravessada por

representações e pressupostos de feminino e masculino que ao mesmo tempo estão implicados com sua produção, manutenção e resignificação.

A categoria gênero, segundo pode-se apreender das colocações apontadas pela autora, aponta para a compreensão de que as relações sociais de gênero se constituem de maneiras distintas em tempos e espaços diferentes. São relações que partem de um processo que se inicia no nascimento, pois no seio familiar acontecem as primeiras interações com o mundo, e continua ao longo de toda a vida, considerando que mulheres e homens são seres em desenvolvimento.

As relações sociais desiguais entre homens e mulheres se explicam não por padrões determinados biologicamente, que naturalizam a posição de eterna submissão da mulher, o que torna a desigualdade nas relações é o modo como elas se constituem social e culturalmente na história das sociedades.

O gênero torna-se uma maneira de indicar as origens sociais das identidades subjetivas dos homens e mulheres, torna-se um meio de distinguir práticas sexuais de papéis sexuais consignados aos gêneros masculino e feminino. Como afirma Scott (1990, p. 7): “O uso do termo gênero põe ênfase sobre todo um sistema de relações que pode incluir o sexo, mas ele não é diretamente determinado pelo sexo, nem determina diretamente a sexualidade” .

O que apresento até o momento tem a ver com a primeira parte que compõe a definição de gênero desenvolvida por Scott (1990, p. 14), que diz que o gênero “é um elemento constitutivo das relações sociais fundadas sobre diferenças percebidas entre os sexos”, o que deixa claro o caráter da construção social das relações entre homens e mulheres. Partindo desta noção, podemos perceber que enquanto categoria em construção a identidade de gênero independe do sexo e é construída pela e na sociedade.

Observa-se que após o nascimento e durante a fase de desenvolvimento – que se prolonga por toda a vida, somos “educados” pela família, escola, igreja, Estado, sociedade em geral a atuarmos de diferentes modos de sentir, pensar, agir, tudo é claro estando em conformidade com o sexo. Logo, é importante perceber o gênero como “constituente da identidade dos sujeitos”. (LOURO, 1997, p.24).

As meninas são incentivadas a serem passivas, sensíveis, frágeis, dependentes e todos os brinquedos e jogos infantis reforçam o seu papel de mãe, dona de casa, e conseqüentemente responsável por todas as tarefas

relacionadas ao cuidado dos filhos e da casa. Ou seja, as meninas brincam de boneca, de casinha, de fazer comida, de limpar a casa, tudo isto dentro do lar. Pelo contrário, os meninos brincam em espaços abertos, na rua. Eles jogam bola, brincam de carrinho, de guerra, etc. Ou seja, desde pequenos eles de dão conta que pertencem ao grupo que tem poder. Até nos jogos os meninos comandam. Ninguém os manda arrumarem a cama, ou lavarem a louça; eles são incentivados a serem fortes, independentes, valentes. (CABRAL; DIAZ, 1999, p. 142-150).

Em minha experiência pessoal, enquanto filha, lembro-me de não gostar e de não querer usar roupas e acessórios na cor rosa quando criança; não me agradava em nada a idéia de que todas as meninas tinham ou eram obrigadas a usarem tal cor. Por que não explorar outras cores como verde, amarelo e até mesmo o azul que está eternizado como cor de menino? Então, para me sentir diferente e livre para decidir sobre qual cor usar, tinha preferência por cores como amarelo, vermelho, verde; ainda bem que a minha mãe não ligava muito para estas ditas “regras” sociais!

Atualmente, em minha experiência posição de futura mãe, tentei colocar em prática esta idéia que já carregava desde pequena. Nos preparativos para a chegada de nossa primeira filha, dei preferência por cores que fugissem do tradicional rosa, o que causou uma certa inquietação por algumas amigas e colegas mães. O enxoval pode ser rosa por uma questão de opção e não por dever, obrigação – era a resposta que sempre vinha a minha mente nestas situações.

Estes dois relatos de minha experiência de vida mostram o quanto estas determinações sobre o que meninos e meninas devem ou não usar estão impregnados no imaginário cotidiano, isto mostra ainda como a identidade de gênero está atrelada a identidade de sexo.

Nota-se que o comportamento e atitude são moldados e repassados pelas gerações, criando sujeitos masculinos e femininos com identidades fixas, o que passou ser questionado pelos estudos de gênero.

Segundo Louro (1997, p. 24), as discussões acerca da multiplicidade da identidade passaram a ser vistas como algo em constante movimento, opondo-se a idéia de identidade fixa, estática, natural, uma vez que o gênero foi considerado uma categoria em construção em que posições, atitudes, modos de agir não devem ser considerados naturais, exclusivos e determinados a partir da variável sexo. Os estudos de gênero passaram a entender os sujeitos como tendo “identidades

múltiplas, que se transformam, que não são fixas ou permanentes, que podem, até mesmo, ser contraditórias”.

Para tanto, há a necessidade de trabalhar com a lógica da desconstrução das oposições binárias. A autora propõe a historicização da polaridade e hierarquia implícitas nesta lógica dicotômica. É importante perceber que ao afirmar que o gênero é um dos elementos que compõe a identidade do sujeito (assim como raça, etnia, classe), supõe-se que ele faça parte do sujeito ao mesmo tempo que o constitui. Ou seja, as práticas sociais e instituições são constituídas pelos gêneros e são, simultaneamente, constituintes dos gêneros.

Nas palavras de Louro (1997, p. 25):

Estas práticas sociais ‘fabricam’ os sujeitos. A igreja, a justiça, as práticas educativas ou de governo, a política, etc. são atravessadas pelo gênero: estas instâncias, práticas ou espaços sociais são ‘generificados’ – produzem –se , ou ‘engendram-se, a partir das relações de gênero (mas não apenas a partir destas relações e, sim, também, das relações de classe, étnicas, etc.).

Nesta primeira parte da definição de Scott (1990) sobre o conceito de gênero, a autora propõe uma análise que implique no aprofundamento e observância de quatro elementos: a) as representações simbólicas oriundas de símbolos culturalmente construídos, por exemplo, a figura de Eva e Maria como símbolo da mulher dentro da tradição cristã ocidental e os mitos da pureza/poluição, inocência/corrupção, luz/escuridão; b) os conceitos normativos expressos em doutrinas religiosas, educativas, políticas, jurídicas ou científicas que afirmam de maneira categórica e sem equívocos o sentido do masculino e feminino e que reafirmam a posição dominante como única possível fazendo com que estas posições e normas sejam vistas como consensos sociais sem abertura para contestações; c) a noção de política que deve ser dada a aparente visão de fixidez da oposição binária do gênero e que restringe muitas vezes o uso do gênero ao sistema de parentesco, o que promoveria a abertura de um debate e a construção de novas possibilidades ao embate sobre as desigualdades de gênero a partir de uma organização social e da desinstitucionalização de normativas; d) por último, a identidade subjetiva que precisa ser analisada do ponto de vista histórico-cultural, levando em consideração as práticas sociais, a organização e representação social que constituem e são constituintes do gênero.

O segundo ponto que urge ressaltar dentro dos estudos de gênero diz respeito a uma outra análise feita por Scott (1990, p. 14). A segunda parte do conceito introduzido pela autora diz que o gênero “é um primeiro modo de dar significado às relações de poder”, o que enfatiza que as relações sociais envolvem poder.

A autora apontou que para a ocorrência de mudança nas relações sociais de gênero faz-se necessário antes de tudo mudanças nas relações de poder intrínsecas na sociedade, pois o gênero “é um primeiro campo no seio do qual, ou por meio do qual o poder é articulado (...) não é o único campo, mas ele parece ter constituído um meio persistente e recorrente de dar eficácia à significação do poder (...)”. (Ibid., p.16).

Saffiotti (1992, p. 187), nos chama atenção da valiosa contribuição da categoria gênero para compreensão das relações sociais que a permeiam quando diz que :

(...) como o gênero é relacional, quer enquanto categoria analítica, quer enquanto processo social, o conceito de relações de gênero deve ser capaz de captar a trama de relações sociais, bem como as transformações historicamente por ela sofridas através dos mais distintos processos sociais; trama esta na qual as relações de gênero têm lugar.

A análise da construção e consolidação do poder, na dimensão de gênero, pode desvelar hierarquias de poder instituídas e responsáveis pela organização da igualdade e desigualdade entre masculino e feminino. Através das identidades de gênero, a sociedade vai construindo referências, que conferem a cada um poder de controle e acesso de diferentes maneiras e em determinados ambientes.

Os estudos de gênero trazem uma reflexão sobre a relação de dominação/exploração, que sempre considerou uma figura subalterna nessa relação sem chances de alcançar e exercer algum tipo de poder e outra figura dominante que centraliza o poder em ambos os pólos. A análise na perspectiva de gênero evidenciou que a posição de subalternidade não significava “ausência de poder”, mas restrição ao uso do poder, “nos dois pólos da relação existem poder ainda que em doses tremendamente desiguais”. (Ibid., p.184).

Em outras palavras, o uso da categoria gênero mostrou que as relações sociais de sexo ou as relações sociais de gênero estão também presentes no campo do poder, coexistindo, neste campo, a exploração dos subordinados e a dominação dos

explorados. Ao abordar sobre o poder nas relações, Scott (1990, p. 16) diz que o gênero “é um meio de decodificar os sentidos e de compreender as relações complexas entre diversas formas de interação humana”. Complementa dizendo que:

Quando as historiadoras buscam encontrar a maneira pelas quais o conceito de gênero se legitima e constrói as relações sociais, elas começam a compreender a natureza recíproca do gênero e da sociedade e as maneiras particulares e situadas dentro de contextos específicos, pelas quais a política constrói o gênero, e o gênero constrói a política.

Parece pertinente destacar que quando tratamos do poder nas relações, este deve ser estendido aos diferentes ambientes onde se dão as relações. O poder está presente tanto na esfera pública quanto na esfera privada e encontra-se distribuído de forma desigual em ambas às esferas.

Embora, às vezes, passe despercebido, as mulheres detêm parcelas de poder que lhes permitem ampliar/modificar a estrutura do campo na qual se encontra o poder; existe uma dialética entre homens e mulheres em que uma das partes luta para preservar sua supremacia e a outra luta para tornar mais acessível seu acesso no mundo público e com isso exercer seu papel de co-participante no processo de reprodução das relações sociais.

Uma grande contribuição aos estudos de gênero e que vem reforçar a segunda parte do conceito de Scott vem de Foucault (1979). Seus aportes teóricos sobre o poder auxiliaram na compreensão do poder presente nas relações sociais. A concepção foucaultiana traz a noção de que

(...) os poderes não estão localizados em nenhum ponto específico da estrutura social. Funciona como uma rede de dispositivos ou mecanismos a que nada ou ninguém escapa, a que não existe exterior possível, limites ou fronteiras. O poder não é algo que se detém como uma coisa, como uma propriedade que se possui ou não. Não existe de um lado aqueles que têm o poder e de outro aqueles que se encontram alijados. Rigorosamente falando, o poder não existe; existe sim práticas ou relações de poder. (FOUCAULT, 1979, p. xiv).

Foucault (1979) enriquece a discussão teórica sobre o poder ao tratá-lo não como um objeto, uma coisa, mas como uma prática social constituída historicamente. A visão multidimensional que o autor apresenta o poder difere das perspectivas binárias, dicotômicas e dualistas, encara a noção de poder como um processo, um emaranhado de relações em constante movimento.

Complementarmente, o autor aponta uma possibilidade de alteração no exercício do poder nas relações estando em sintonia com os estudos de gênero, que também apostam numa mudança nas relações desiguais de gênero, partindo do próprio sujeito.

Para o autor,

O indivíduo é uma produção do poder e do saber. O indivíduo não é um elemento existindo em continuidade nos vários períodos históricos. Ele não pode ser considerado uma espécie de matéria inerte anterior e exterior às relações de poder que seria por elas atingido, submetido e finalmente destruído. (Ibid., p. xix).

Isto implica dizer que o indivíduo, durante a vida, passa por várias experiências que o levam a um permanente questionamento sobre as verdades existentes. Conseqüentemente, o pensamento, as idéias, as certezas vão sendo reformuladas e revistas a todo instante contribuindo para o seu desenvolvimento enquanto ser humano. Encontro respaldo nas palavras de Foucault que diz:

O poder e o saber se implicam mutuamente: não há relação de poder sem constituição de um campo de saber, como também, reciprocamente, todo saber constitui novas relações de poder. Todo ponto de exercício do poder é, ao mesmo tempo, um lugar de formação do saber. (Ibid., p. xxi).

Esta concepção vem reforçar a idéia da multiplicidade da identidade de gênero defendida por Scott e outros estudiosos da área e abre caminhos para a reconstrução de novas identidades, novas relações, novas oportunidades.

Este estudo, ao abordar o trabalho feminino no âmbito da pesca artesanal, buscou como aporte teórico os estudos de gênero, que auxiliaram na compreensão e análise das situações encontradas pelas participantes da pesquisa no seu cotidiano. Porém, independente da atividade laborativa e do contexto, finalizando esta parte, trago algumas reflexões que me ocorreram neste processo de discussão sobre os (des)caminhos que cercam o campo do gênero e que servem para se pensar em alternativas para reconstrução das relações de gênero. . Primeiramente, considero a crise planetária uma crise de relacionamentos, os riscos e oportunidade intrínsecos nela apresentam-se como chances de se pensar em um novo paradigma. Em segundo lugar, reconheço que, assim como as tradições, as

relações são difíceis de serem reconstruídas, o que demanda modificações a curto, médio e longo prazos. Em terceiro lugar, penso que as mínimas mudanças nas relações precisam ser identificadas e valorizadas, devem ser reconhecidas como o início de um processo de transformação social. Em quarto lugar, é preciso reconhecer e aproveitar o poder de influência que as mulheres têm em casa em prol das novas relações em constituição, pois a mudança terá maior sustentabilidade se começar do micro para o macro, ou seja, das unidades domésticas para o público. Em quinto lugar, é preciso romper com a tradição de que “a mulher ajuda o marido no trabalho e o homem ajuda a mulher em casa”, pois, se de um lado menospreza-se a atividade produtiva da mulher, por outro, tira-se a responsabilidade dos homens em compartilhar as tarefas domésticas. E, por último, apesar de já existirem instâncias de discussão em algumas comunidades pesqueiras, que tratam de questões relativas à regulamentação, legislação e comercialização da pesca, vejo ser fundamental a criação de outros espaços onde homens e mulheres possam falar sobre satisfações e angústias. Sentimentos estes, que experenciam nas relações a fim de favorecer o estabelecimento de novos limites e possibilidades nos seus relacionamentos, sabendo que estas novas configurações vão influenciar os demais contextos em que estarão inseridos.

3.2 DISCUTINDO A CATEGORIA TRABALHO NUMA PERSPECTIVA DE GÊNERO

Segundo o Dicionário de Trabalho e Tecnologia (2006), o trabalho é a atividade que resulta do dispêndio de energia física e mental, direta ou indiretamente voltadas à produção de bens (materiais ou imateriais) contribuindo, assim, para a reprodução da vida humana.

Enquanto categoria abstrata e exclusiva aos seres humanos, o trabalho pode ser entendido como um esforço físico ou mecânico, uma energia liberada que em movimento tem como resultado a transformação dos elementos em estado de natureza ou, ainda, a produção, a manutenção e a modificação de bens e serviços necessários à sobrevivência humana.

Na sociedade capitalista, esta noção de trabalho, enquanto dispêndio de energia, possui um duplo caráter: o trabalho concreto que corresponde a utilidade da mercadoria (valor de uso) e a dimensão qualitativa dos diversos trabalhos úteis; e o

trabalho abstrato que corresponde ao valor de troca da mercadoria aludindo ao gasto de energia independentemente das múltiplas formas em que seja empregada.

Em suas análises sobre a economia política clássica, Marx; Engels (1845 apud CATTANI & HOLZMANN, 2006, p.320) apontaram no processo de trabalho uma divisão técnica que diferenciava o trabalho manual do trabalho intelectual e que acarretou na divisão entre classes sociais, burguesia e proletariado; na relação entre capital e trabalho; na separação entre a base da exploração e da dominação social. Esta divisão favorecia o reconhecimento social pela contribuição útil e produtiva de cada indivíduo de forma diferente e oposta entre as classes dominantes e subalternas.

A crítica de Marx (1968) em “O Capital” apontou ainda que : a) o sistema capitalista consiste em relações de produção de valores de troca (mercadorias), tendo em vista a acumulação de capital mediante a expropriação da mais-valia gerada pela força de trabalho no processo de produção; b) a base da relação capitalista – o trabalhador livre – significava uma separação entre a força de trabalho e os meios de produção: a venda da força de trabalho se caracterizava na única saída para o trabalhador livre, por meio do salário, obter sua sobrevivência; o tempo gasto pelo trabalhador na produção da mercadoria é superior ao tempo necessário para produção daquele bem sendo excedente e gerador de lucro para o empregador; d) as mercadorias não se apresentam como resultado de relações sociais mas como tendo propriedades naturais, indiferentes à maneira particular do trabalho que as produziu.

Outra crítica relevante de Marx diz respeito à dimensão produtiva e reprodutiva do trabalho. O autor considera o trabalho como uma atividade que se inscreve na esfera da produção e reprodução da vida material. Em seus estudos sobre a ideologia alemã, MARX; ENGELS (1945 apud YAMAMOTO, 2005, p.26), já anunciavam que:

O primeiro pressuposto de toda a existência humana, portanto, de toda a história, é que os homens devem estar em condições de viver para poder ‘fazer história’. Mas para viver é preciso comer, beber, ter habitação, vestir-se e algumas coisas mais. O primeiro ato histórico é, portanto, a produção de meios que permitam a satisfação destas necessidades; a produção da própria vida material.

Contudo, não se pode deixar de analisar que, além da reprodução da vida material, o trabalho proporciona reprodução da vida social, pois os seres humanos estabelecem relações entre si enquanto estão trabalhando, ou seja, não se pode restringir a produção/reprodução apenas a dimensão econômica, freqüentemente reduzida à ótica economicista, mas é preciso pensar na dimensão político-social em que há a reprodução das relações sociais de indivíduos, classes e segmentos sociais .

Para este estudo, a discussão da categoria trabalho é fundamental para compreendermos uma outra questão que envolve o mundo do trabalho: a divisão social e sexual do trabalho, que em nossa sociedade traz reflexos na separação entre o que é considerado trabalho de homem e trabalho de mulher. Esta visão é fruto da herança deixada pela ideologia burguesa, que sempre considerou o trabalho como única categoria universal e fundadora de toda a vida social, independente do seu contexto social e histórico. O trabalho era tido como uma atividade natural de produção e troca de valores de uso necessário à reprodução da vida material. A ênfase dada apenas aos aspectos físicos e utilitários do trabalho humano, enquanto atividade exclusiva do ser humano, deixou de lado outras dimensões da vida social, como a família, a religião, a política, a sexualidade. Esta tendência não ocorreu nas sociedades pré- industriais ou naquelas onde não houve expansão do mercado capitalista, pois o trabalho permaneceu indissociável das demais dimensões da vida social como a família, a comunidade e o lazer.

Esta noção burguesa que via o trabalho como parte desarticulada e isolada do convívio social teve como conseqüências a oposição entre trabalho e não-trabalho e a separação entre as esferas pública e privada. As atividades realizadas na esfera pública caracterizavam-se em um tipo de trabalho produtivo e qualquer ação realizada fora do ambiente público era considerada como não- trabalho, seja algo ligado ao lazer ou a vida doméstica.

A divisão sócio-técnica do trabalho baseou-se nas relações patriarcais de sexo: o trabalho da mulher junto à família e as atividades domésticas que eram entendidas como não-trabalho e como atividades inerentes à natureza feminina. Isto acontecia em contraponto ao trabalho do homem nas áreas de domínio público cuja natureza racional e exploradora lhe permitia ser o único capaz de adentrar à esfera pública.

A divisão social do trabalho baseada no sexo restringiu a esfera feminina ao mundo doméstico, da produção de serviços para o consumo do grupo familiar, da reprodução e procriação humana e do cuidado das crianças, idosos e doentes. Por outro lado, as atividades de produção social e de organização da sociedade desempenhadas no espaço público eram tidas como atribuições exclusivamente masculinas.

A distinção feita entre trabalho de homem e trabalho de mulher pautou-se em argumentos de ordem biológica que serviam como justificativa para a divisão sexual do trabalho, considerado um processo natural. Ao separar o espaço público da esfera doméstica, a sociedade burguesa manteve a concepção tradicional na condição natural da mulher, que a destinava aos cuidados do lar e a procriação da prole.

Apesar da mulher ter se inserido no mundo do trabalho após o processo de industrialização que, na concepção de Marx, permitiu o emprego de trabalhadores sem uso da força muscular graças à introdução da maquinaria, a divisão sexual e social do trabalho permaneceu trazendo em seu bojo o tratamento desigual e menos importante entre trabalhadores e trabalhadoras. Mesmo sendo consideradas capazes civilmente, as mulheres eram vistas no mundo público como indefesas e pouco capazes. Tinham os menores salários, sendo bastante lucrativo para o empregador, o trabalho era menosprezado e inferiorizado em relação ao trabalhador e sua inserção era vista como uma atitude imoral por estar se afastando de seu lugar “natural” – o lar- e deixando de lado suas obrigações domésticas.

Saffiotti (1979, p. 36) reafirma tal situação das mulheres no trabalho ao dizer que:

As desvantagens sociais que gozavam os elementos do sexo feminino permitiam à sociedade capitalista em formação arrancar das mulheres o máximo de mais-valia absoluta através, simultaneamente, da intensificação do trabalho, da extensão da jornada de trabalho e de trabalhos mais baixos que os masculinos, uma vez que o processo de acumulação rápida de capital era insuficiente a mais-valia relativa obtida através do emprego da tecnologia de então. A máquina já havia sem dúvida elevado a produtividade do trabalho humano; não, entretanto a ponto de saciar a sede da classe burguesa.

A impropriedade dos argumentos que justificavam a divisão sexual no trabalho foi contestada e analisada por estudos, em especial os que tratavam da categoria

gênero. Logo, o uso do conceito de gênero no campo do trabalho trouxe uma importante contribuição à abordagem dos estudos sobre a divisão sexual e social do trabalho, sendo entendido com um processo histórico de construção hierárquica e interdependente de relações sociais de sexo.

Os estereótipos do ser mulher e ser homem, que legitimavam a divisão sexual do trabalho, passaram a ser vistos como construções culturais particulares a cada contexto histórico. A divisão sexual do trabalho e as relações de sexo assumiram formas históricas em conjunturas diferenciadas e deixaram de ser analisadas apenas do ponto de vista dos dons naturais de homens e mulheres. Isto significa dizer que ambos possuem capacidade de realizar trabalho, independentemente de qual esfera estejam, ambos os trabalhos necessitam ser valorizados e vistos com trabalho produtivo.

Em se tratando de trabalho doméstico, Strey (1997, p. 60) analisa que:

Na medida em que as mulheres estão envolvidas com o cuidado das crianças – e isso varia histórica e transculturalmente – o outro trabalho pode ser possível de ser feito ao mesmo tempo que o trabalho doméstico e a educação dos filhos. Assim como a reprodução, esse trabalho [o doméstico] serve a uma importante função econômica: é um serviço que permite ao trabalhador retornar, alimentado e refrescado, ao local de trabalho no próximo dia. Mas a dona-de-casa não recebe nada, nem salário, nem crédito por seus esforços e sua contribuição.

Portanto, para a autora o trabalho doméstico também faz parte da cadeia produtiva do sistema capitalista, porém sua contribuição tem uma conotação de marginalidade por ser considerado um trabalho com baixa produtividade social e possuir um caráter familiar isolado do tecido social. (Ibid., 1997).

Em termos de valorização, o trabalho feminino extra-lar deve ser tratado com mesmo respeito e valor ao trabalho masculino, pois ambos possuem a mesma capacidade de trabalho não cabendo discriminação ou inferiorização do tipo de trabalho em detrimento das diferenças de gênero.

3.3 O TRABALHO FEMININO NA ATUALIDADE: CAMINHOS DO DEBATE TEÓRICO E DILEMAS ATUAIS

Em suas análises sobre a trajetória do tema trabalho feminino, Bruschini (1994) aponta que os estudos sobre a temática realizados no Brasil, até a década de

1970, traziam um enfoque centrado na figura do trabalhador sem fazer referência ao sexo dos atores sociais representados na classe operária. Ao tecerem suas análises sobre o trabalho, os estudiosos consideravam a força de trabalho como uma categoria assexuada inserida no sistema vigente como parte integrante do processo produtivo.

A classe trabalhadora era também pensada como um aglomerado de operários com comportamentos e atitudes semelhantes o que caracterizava sua homogeneidade. A tendência em apresentar a classe operária como um grupo homogêneo em que elementos distintos seriam o fato de estarem empregados ou desempregados, o lugar que ocupavam no processo produtivo e a qualificação do operário, deixava de lado nas análises sociológicas variáveis como sexo, nacionalidade, idade, etc. (HIRATA; KERGOAT, 1994).

A visão fragmentada que se tinha da força de trabalho impedia um olhar mais criterioso sobre o conceito de classe operária por não conseguir captar o lugar da mulher na (re)produção social, o que favoreceu a invisibilidade do trabalho da mulher, bem como, intensificou as desigualdades de gênero no âmbito das relações de trabalho.

O advento do feminismo, enquanto movimento social contribuiu largamente para a mudança dessa visão ao reinterpretar o conceito de classe social, enfocando as relações sociais de sexo e a categoria gênero que surgia no cenário acadêmico, tendo a condição feminina como objeto de estudo.

Ao adentrar as academias brasileiras, os estudos sobre a mulher fortaleceram as discussões sobre a situação da mulher havendo um significativo impulso a produção científica, a qual ganhou mais força a partir do ano de 1975, conhecido como o Ano Internacional da Mulher.

Bruschini (1994, p. 18) aponta ainda que a temática trabalho feminino teve grande aceitação no meio acadêmico uma vez que a categoria trabalho se constitua num problema teórico bastante difundido e investigado dentro das ciências sociais, além disso, o movimento feminino via o trabalho remunerado como “estratégia possível de emancipação da dona-de-casa de seu papel subjulgado na família”.

O papel do movimento feminista no ambiente sóciopolítico de 1970 foi de fundamental importância para a difusão dessa nova visão sobre a classe trabalhadora, em especial a noção de trabalho.

Louro (1997), apresenta três gerações percorridas pelos movimentos feministas. Na 1ª geração (déc. 60/70), as manifestações contra a discriminação feminina adquiriram uma visibilidade e expressividade maior no chamado “sufragismo”, movimento este voltado para estender o direito de voto às mulheres, propunha lutas políticas para inserção da mulher no espaço público saindo da invisibilidade produzida pela segregação social e política a que estavam submetidas. O sufragismo alastrou-se por vários países ocidentais passando a ser reconhecido como a “1ª Onda”.

A 2ª geração (déc. 70), traz ainda ao movimento feminista preocupações sociais e políticas, além da construção de conceitos teóricos. São períodos de rebeldia e contestação aos tradicionais arranjos sócio-políticos, às grandes teorias universais, à discriminação, à segregação. A noção de sororidade – que traz a idéia da cumplicidade e solidariedade entre as mulheres – traduziu-se na constituição de uma Irmandade. Destaca-se, também neste período, o Movimento Radical Separatista que trazia a idéia de uma separação de tudo o que se diz respeito aos homens. Surgem ainda correntes que atribuíam as desigualdades sociais entre homens e mulheres a características biológicas sem possibilidades de transformação.

Já na 3ª geração (déc. 80/90), surgem movimentos feministas que passam a utilizar a categoria de gênero de forma relacional. As diferenças entre os gêneros feminino e masculino passam a serem entendidas como fruto de um processo histórico e não de um determinismo biológico, portanto, passível de transformação. A dimensão sócio-política dada a esses estudos propõe uma ruptura na idéia da biologização das diferenças e parte para um estudo das identidades de gênero, contextualizando-as aos acontecimentos da sociedade. Joan Scott, historiadora norte-americana, traz uma importante contribuição quando se refere à necessidade de desconstruir o caráter permanente das desigualdades de gênero através da construção de novas identidades.

Apesar das diversas barreiras, o movimento feminista teve um papel importante na difusão da ideologia feminina, pois ocupou uma posição de destaque no caminho percorrido pelos estudos de gênero no país e deixou como legado a inserção da mulher no mercado de trabalho como algo possível. Assim, caracterizou uma das mais significativas transformações sociais ocorridas no Brasil desde a década de 70.

Nota-se que a crescente inserção da mulher no mundo do trabalho vem se intensificando cada vez mais de formas diversificadas. Nem mesmo as crises econômicas, que assolaram o país a partir de 1980, não impediram a ampliação da participação feminina nos postos de trabalho, as quais também tiveram que conviver com altas taxas de inflação, desemprego e queda da qualidade de vida, levando a uma recessão da economia brasileira.

Segundo Bruschini; Lombardi (2002), a progressão da integração da mulher no mercado de trabalho mereceu grande destaque. Em 1976, existiam 11,4 milhões de mulheres economicamente ativas no país; já na década de 90, esse contingente passou de 22,9 milhões para 31,3 milhões no ano de 98; a taxa de atividade feminina em 98 chegou a mais de 47%, ou seja, para cada 100 mulheres em idade de trabalho 47,6 % já trabalhavam ou procuravam algum tipo de trabalho.

Bruschini (1994) aponta em seus estudos sobre o trabalho da mulher algumas razões para o acentuado ingresso da mulher no mercado de trabalho: a) a necessidade econômica intensificada pela deteriorização dos salários e que obrigou a mulher das classes baixas e médias a buscar uma forma de contribuição na renda familiar; b) a elevação das expectativas de consumo face a oferta de novos produtos ocorrida tanto pelas famílias de baixa renda quanto pelas camadas médias; c) a expansão da economia; d) a crescente urbanização. Por último, a aceleração do processo de industrialização, que favoreceu a inserção de novos trabalhadores no mercado inclusive os do sexo feminino e que repercutiu sobre o nível e a composição interna da força de trabalho.

As transformações socioeconômicas ocorridas a partir de 1970, consolidaram a industrialização e a produção, aumentando as taxas de crescimento econômico e os níveis de emprego. Por outro lado, intensificou-se o aumento das desigualdades sociais e da centralização na distribuição da renda.

A autora sinaliza que as mudanças dos padrões de comportamento e dos valores relativos ao papel social da mulher, intensificado pelo impacto dos movimentos feministas e pela participação da mulher no espaço extra-lar também favoreceram a inserção feminina no trabalho público. Por exemplo, a queda da fecundidade, a expansão do acesso à escolaridade viabilizou o acesso a novas oportunidades de trabalho, independente da idade e estado civil.

As trabalhadoras que até o final dos anos 70, em sua maioria, eram jovens, solteiras e sem filhos passaram a ser mais velhas, casadas e mães a partir de 80

(...) sugerindo que a maternidade e as responsabilidades familiares não estariam mais constituindo um fator impeditivo ao trabalho feminino de mercado, como ocorria até os anos 70. (BRUSCHINI; LOMBARDI, 2002).

Estas transformações ocorridas na família brasileira, ao longo dos anos 70, que se refletiram principalmente na mudança da condição da mulher e nas relações sociais de sexo, contribuíram em muito para a incorporação da mulher no espaço público que passou a fazer parte do cotidiano feminino nas camadas mais baixas e médias da sociedade.

As conquistas iniciadas nos anos 70 foram abaladas na década de 80 e tiveram como marca registrada a crise econômica, a inflação e o desemprego, mas resistiram e não impediram a saída da mulher para o trabalho no setor público. Já nos anos 90, houve um elevado aumento da incorporação da mulher no mercado de trabalho, embora esta década ter presenciado um processo de reestruturação produtiva que afetou os trabalhadores em termos de garantias sociais nas relações trabalhistas.

Enquanto a mulher se inseria no mercado de trabalho, ela teve de enfrentar simultaneamente a divisão sexual e social do trabalho, o que ocorre ainda no cenário atual apesar das denúncias e constatações levantadas pelo movimento feminista no que tange a visibilidade do trabalho da mulher e desigualdade nas relações sociais de trabalho.

Apesar das inúmeras conquistas as mulheres, em sua maioria, ainda convivem com desigualdades de oportunidade em virtude do sexo. Ocupam espaços de trabalho ligados à educação, saúde, assistência social e áreas do setor terciário, recebem os menores salários em relação aos dos homens, mesmo quando realizam atividades iguais e independente do setor do mercado, e possuem pouco acesso a cargos de chefias, principalmente no setor privado.

As análises sobre a diferença salarial das mulheres, em 1980 e 1990, realizadas por Bruschini (1994), revelaram que os empregados do setor formal ganham significativamente mais do que suas colegas. Já nas ocupações bem mais pagas do setor, com remunerações mensais superiores a 10 salários mínimos, as desigualdades entre os sexos se acentuam a favor dos homens, mesmo nas ocupações consideradas femininas, que já possuem os rendimentos muito mais baixos, os homens também ganham mais.

A persistência de menores salários para as mulheres indicados pelos estudos como o da autora, mostram que a existência de discriminação em função de gênero ainda persiste. Entretanto, há um diferencial constatado por Bruschini; Lombardi (2001) o de que as mulheres que possuem maior escolaridade, que são a minoria, retêm os melhores rendimentos dentre elas próprias criando com isso uma segregação ocupacional. O grau de instrução leva à inserção em postos de trabalho mais qualificados e com maiores salários, mas não extingue a situação de baixa remuneração para a maioria das trabalhadoras. Isto cria dois segmentos entre as mulheres diferenciados pelos aspectos de escolaridade, prestígio e rendimentos.

Observou-se, nas leituras sobre a literatura que trata do tema desta pesquisa, que os estudos sobre o trabalho feminino tem sido realizados em sua maioria enfocando o setor do comércio e indústria, mas como anda o trabalho tipificado como artesanal? Este estudo, ao privilegiar a voz das mulheres que atuam no setor da pesca pretende apontar também como está a situação da mulher neste espaço de trabalho. É o que veremos a seguir.

3.4 A SITUAÇÃO DA MULHER NA PESCA ARTESANAL

No Brasil, assim como em outros países em desenvolvimento existem poucos estudos que tratam da situação da mulher na pesca. Ao realizar uma revisão bibliográfica sobre a produção teórica disponível, foi possível identificar pelo menos um estudo nos estados do Pará, Pernambuco, Rio Grande do Norte, Paraná, Santa Catarina e Espírito Santo, dentre os 17 estados que compõem o litoral brasileiro. Esta demanda em pesquisa na área motivou a realização deste estudo como forma de contribuir com a discussão da temática.

Embora cada estado tenha suas especificidades quanto a aspectos socioeconômicos, políticos, culturais e ambientais, há uma semelhança no que tange a situação das trabalhadoras da pesca. Pesquisas como as de Maldonado (1986), Woortmann (1992), Maneschy (1995), Lima (2003), apontam que a atividade de pequena escala, a chamada pesca artesanal, caracteriza-se por uma visível divisão sexual e social do trabalho. Estes estudos mostram que na maioria dos grupos pesqueiros os marcos da divisão do trabalho são visivelmente fortes: os homens praticam a pesca de alto mar enquanto as mulheres se ocupam de tarefas em terra.

Não é raro – e no Brasil ocorre com frequência considerável – que os membros de famílias que não fazem parte das tripulações que são em geral mulheres e crianças – desempenhem tarefas consideradas de terra. Algumas dessas tarefas, no entanto, ocorrem no mar raso, diferentes tanto na sua natureza como no valor da produção pesqueira propriamente dita, que se dá no mar alto e cujas tarefas são especificamente dos homens. (MALDONADO, 1986, p.19).

Segundo o relatório intitulado “A Mulher na Pesca do Paraná”, produzido a partir do I Encontro de Trabalhadoras da pesca e Agricultura do Paraná (2004), realizado em comunidades pesqueiras, a divisão de trabalho na pesca traz em seu bojo um *status* diferenciado em relação ao valor do trabalho de pescadores e pescadoras. Existe uma distinção entre o homem-pescador e a mulher- marisqueira. Quem coleta não é considerado pescador, além disso a coleta não é especificada como trabalho e é subestimada porque não leva em conta a parte destinada ao autoconsumo.

Lima (2003) e Maneschy (1995) ao realizarem estudos na região paraense, relatam que nas comunidades pesqueiras, como também nas agropecuárias, é destinado à mulher as funções de reprodução de sua família, que são garantidas através de sua produtividade, exercendo atividades na pesca que vai da captura e/ou coleta ao beneficiamento de pescado, além de trabalhos manuais como o de tecer e “arremendar” redes.

As pesquisas sobre o tema destacam uma outra situação que também ocorre fora do âmbito da pesca: a conciliação de tarefas domésticas e atividades profissionais. Além do trabalho profissional a mulher se divide no dia-a-dia entre atividades de casa, de cuidado dos filhos, quintal e animais, tarefas que merecem destaque pelo grau de importância que tem para a sustentabilidade do grupo familiar e que, invisíveis, são tidas como trabalho destituído de valor produtivo.

Constata-se que, enquanto trabalhadoras, dois grandes problemas afetam a condição feminina: o primeiro diz respeito à divisão sexual do trabalho na pesca e no domicílio familiar. Cabe-nos fazer a seguinte indagação: Por que as atividades de coleta e beneficiamento ainda são vistas como funções femininas? Arrisco uma resposta ao dizer que o mito da pesca ser de domínio dos pescadores traz a idéia de que na comunidade pesqueira o pescador é o único profissional da pesca. As mulheres são “ajudadoras” e auxiliam no tratamento do pescado trazido do mar pelos pescadores, a tarefa é vista como uma extensão de seus serviços domésticos. Paira no ar a idéia de que os homens são pescadores e não “tratadores” de peixes. E as mulheres, por sua vez, não são pescadoras e, sim “cuidadoras” de peixes.

O fato de não atuarem da pesca no mar faz com que as mulheres ocupem-se do lar e de todas as suas demandas. Aí esta a importância oculta do trabalho feminino: o trabalho da mulher, embora seja assimilado como uma ajuda permite aos pescadores maior capacidade de suporte físico-emocional ocasionados pelos riscos e instabilidades que caracterizam a atividade de pesca uma vez que sua preocupação restringe-se à pesca. (MALDONADO, 1986).

O segundo ponto que merece destaque diz respeito ao valor social do trabalho feminino. Apesar do empenho das mulheres em casa ou no trabalho profissional por que este é ainda tão desvalorizado? Por que o ato da pesca possui valor social diferente do ato da coleta de mariscos e peixes, do descasco do camarão ou do desfilio do siri?

É importante destacar que a reprodução da desvalorização do trabalho da mulher aparece muitas vezes em estudos e dados oficiais que não contabilizam e não consideram o trabalho doméstico como atividade de produção. E quando a profissão é exercida na própria residência é tida como um “bico” – como é o caso das salgadeiras, costureiras, artesãs, faxineiras e etc.

Para Bruschini (2002, p. 7):

Uma das maiores dificuldades ainda parece ser a persistência de preconceitos em relação aos papéis sociais das mulheres, o que provoca vieses na coleta e no processamento dos dados. Estes preconceitos podem estar presentes tanto na formulação das perguntas, quanto na cabeça do respondente – como é o caso de donas de casa que afirmam não trabalhar mesmo quando exercem, no domicílio, uma atividade remunerada – como ainda na aplicação do questionário pelo recenseador que, de antemão, apressadamente, tende a classificar a respondente como dona de casa, antes que ela tenha tempo de declarar sua real condição.

Esta situação ocorreu no início da pesquisa com duas das participantes. Apenas uma delas disse ser pescadora . As demais se identificaram como donas de casa quando perguntado sobre sua profissão.

A acumulação de tarefas diárias interfere no exercício da atividade profissional não havendo investimento para capacitação e aperfeiçoamento da prática por falta de tempo e recurso para investimento. Nas comunidades pesqueiras é comum a oferta de cursos para pescadores sobre tecnologias de pesca e encontros para discussão sobre temas relacionados a manejo costeiro, aplicação de recursos para aquisição de equipamentos e instrumentos de pesca, exploração local.

As mulheres são pouco visadas pelos órgãos gestores que atuam no setor pesqueiro.

Diante da situação que se encontra a mulher na pesca, a mobilização de pesquisadores, instituições e organismos sociais voltados às questões de gênero vêm favorecendo o surgimento de uma nova visão sobre a condição natural da mulher. Congressos, seminários e eventos similares vêm discutindo a importância da mulher no mundo privado e também público.

Merece destaque a Secretaria Especial de Políticas Para às Mulheres-SPM- que criou o Sistema Nacional de Informações de Gênero (SNIG), disponibilizado no sítio eletrônico da Secretaria, e além disso vem incentivando estudos através do Prêmio Mulher e Ciência e realizando pesquisas e projetos que abordam as relações de gênero.

No âmbito da pesca, houve eventos importantes como o I Encontro Nacional de Trabalhadoras da Pesca e Aquicultura ocorrido em Brasília no ano de 2004, cujo objetivo foi o de propor políticas setoriais para superação das desigualdades sociais, políticas e de gênero das mulheres trabalhadoras na pesca. O Encontro foi precedido pelos encontros estaduais, mas a região Sul parece não ter tido uma participação efetiva, pois segundo o relatório do GT que atuou no encontro nacional, “no Rio Grande do Sul a articulação está devagar devido aos outros eventos que a SEAP-RS está organizando”.

Ainda sobre a mobilização social, na América Latina as trabalhadoras da pesca vêm reivindicando maior reconhecimento profissional da categoria e ampliação de direitos previdenciários. Publicações como “*LA RED*”, boletim trimestral produzido pela RED de Mujeres para el Desarrollo, e “*COMUNIDAD PESQUERA*”, boletim produzido pelo CeDePesca – Centro en Defensa del la Pesca Nacional (Argentina), trazem discussões sobre o setor pesqueiro sem deixar de enfatizar o trabalho das pescadoras.

No Estado do Rio Grande do Sul, foi possível identificar a pesquisa de Brumer (2004) que trata da situação da mulher na agricultura do Rio Grande do Sul. Não encontrei estudos específicos sobre a atividade das mulheres na pesca, pois os estudos existentes tratam do pescador ou da família como um todo.

Mas isto não quer dizer que as mulheres estejam paralisadas. Encontrei informações sobre alguns grupos de pescadoras em processo de constituição.

O Jornal Diário Popular, do dia 10/07/05, trouxe como manchete uma matéria intitulada “*Elas comandam a pesca*”, que trata sobre a abertura da Primeira Colônia Feminina de Pescadores do estado, a chamada Colônia Z-25, que abrange a região de Jaguarão(RS). A reportagem descreve um pouco da trajetória de vidas de pescadoras de Jaguarão e informa que a colônia, criada em março de 2005, é dirigida exclusivamente por mulheres sem exclusão da presença masculina entre os associados.

Segundo o NUDESE, existem pelo menos nove empreendimentos populares solidários acompanhados pela INTECOOP formados apenas por mulheres, sendo que cinco deles estão diretamente relacionados ao setor da pesca.. Nos outros quatro grupos, mesmo não atuando diretamente na pesca, as mulheres de diversas vilas pesqueiras se associaram a grupos de trabalho e realizam atividades ligadas ao artesanato com conchas ou escamas de peixes, culinária, reciclagem de resíduos sólidos e artesanato do tipo crochê e tricô.

É importante perceber que com a inserção nestes grupos parece haver uma projeção pessoal e profissional ante a situação enfrentada pelas trabalhadoras, se traduzindo numa espécie de alternativa de trabalho dentro das vilas pesqueiras .

Sem saber ao certo a história de vida das mulheres destes grupos arrisco-me ao dizer que assim como as pescadoras da Colônia Z-25, nestes grupos as mulheres estão visualizando novos espaços profissionais dentro ou fora do setor pesqueiro construindo assim seu projeto de vida no cotidiano e reagindo às demandas quanto à diferenciação de gênero.

É possível que estas mulheres não tenham rompido por completo com a divisão do trabalho na pesca, mas com sua ação estão tentando se reafirmar enquanto trabalhadoras, quer seja na pesca ou não. Estão reagindo.

Com o objetivo de conhecer a trajetória e expectativas das trabalhadoras da pesca da Vila São Miguel, estou certa de que este estudo, a partir das três narrativas, resgata parte da história de vida dessas profissionais que sobrevivem da pesca artesanal e do Estuário da Lagoa dos Patos, como fonte de geração de trabalho e renda. Esta é uma possibilidade de se resgatar e registrar a situação da mulher no âmbito da pesca na região estuarina, a partir de suas vozes.

Não é intuito deste estudo, portanto, considerar a história local como sendo reflexo da história de todas as demais mulheres da sociedade. Diante da particularidade e da complexidade de cada localidade e de cada ser humano, a

história dessas trabalhadoras pode apresentar semelhanças com outras histórias, mas nunca poderá ser considerada única.

Concluo, fazendo minhas as palavras de Martins (1997, p.12) ao dizer que “a história local não é e nem pode ser uma história-reflexo, porque se fosse negaria a mediação em que se constitui a particularidade dos processos locais e imediatos”.

4 A VEZ E A VOZ DAS TRABALHADORAS DA PESCA

4.1 HISTÓRIAS DE VIDA

4.1.1 A história da trabalhadora M1

A entrevistada M1 tem 49 anos de idade e é uma mulher “brigona”, como ela diz pois não aceita ser enganada quando o assunto se trata da venda de carne de siri ou camarão desfiado e descascado por ela própria, complementa. Mas fora isto, se mostrou uma mulher com grande empatia, sorridente, tímida, tranqüila e muito caseira. Trabalha há 30 anos no beneficiamento de siri e camarão no quintal de sua casa. É natural de Rio Grande (RS) e veio morar na Vila São Miguel com 19 anos, idade em que se casou com um pescador. Tem apenas um filho já em idade adulta. Logo, seu envolvimento com a pesca surgiu em virtude do casamento e aprendeu o ofício com as vizinhas, suas cunhadas.

Morava no cedro; aí casei com pescador com 19 anos. E vim pra cá e comecei a tirar siri e nunca mais parei. Vim morar aqui no pátio [quintal] e minhas cunhadas já tiravam siri e descascavam camarão. Vim para cá com 19 anos e hoje tenho 49. (...) antes nunca tinha me envolvido com pescaria, só depois que vim pra cá (informação verbal).

Nunca freqüentou os bancos da escola devido a um problema de visão que possui desde pequena, denunciado pelas grossas lentes de seus óculos. De família humilde, M1 sempre trabalhou para ajudar os pais, em pequenos estabelecimentos comerciais no bairro de onde veio, o Cedro, que fica em Rio Grande, conhecido atualmente como Bairro Getúlio Vargas.

A entrevistada M1 foi a mulher com quem primeiro falei quando visitava a Vila para explorar o campo da pesquisa. Desde lá a simpatia de M1 e a disposição em prestar informações sobre o trabalho das mulheres na pesca para um pessoa desconhecida, de fora da comunidade – como a pesquisadora, contribuiu para que me sentisse acolhida o suficiente e aumentou minha vontade de continuar percorrendo o bairro em busca de novos contatos, novas descobertas. Através dela fui conhecendo outras mulheres que atuam na pesca e fiquei sabendo da existência de trabalhadoras que atuam nos galpões de pesca. Sempre se mostrando solícita, dizia: “*Pode voltar quando quiser que eu tô sempre aqui*”.

M1 vive numa casa de alvenaria e divide o terreno com mais três famílias de pescadores, todas compostas por mulheres que também atuam no processamento de pescado. O terreno encontra-se às margens da Lagoa e proporciona uma bela paisagem natural. A proximidade do quintal com a lagoa facilita o contato com o barco do marido e cunhado, que chega quase sempre carregado de peixes todas as manhãs.

Dentre as entrevistadas, M1 foi a única que disse não ter envolvimento com a atividade desde a infância, mas sim por influência do marido. Atualmente, ela faz o processamento junto com as companheiras do quintal. São momentos de troca, de colocar em dia o papo com as colegas. No verão, ela passa grande parte do tempo no quintal sentada numa cadeira já gasta pelo tempo, aos poucos vai desfiando e siri e depositando numa enorme bacia. Seu cão de estimação acompanha passo-a-passo o processo e denuncia qualquer pessoa que se aproxima da casa. Nos períodos mais frios, ela passa a trabalhar na varanda da casa para se sentir mais protegida da friagem e até da chuva. Não possui lugar para armazenar o siri ou camarão processado, por isso tem sempre de vendê-lo o mais rápido possível aos comerciantes fixos, os atravessadores, que levam o produto para o comércio local da cidade.

A trajetória de M1 está marcada pela dedicação à família e pelo trabalho na pesca. Se sente feliz com a vida simples que leva, diz ela: “*A gente tem casa, comida, trabalho. Tem gente que nem tem onde morar, nem o que comer*”, complementa. Longe de grandes preocupações, ela vai vivendo cada dia por vez, as dificuldades que encontra na sua rotina não lhe tiram a simpatia estampada em seu rosto e a disposição em ajudar a quem precise. Durante o tempo em que pude passar em sua companhia percebi o quanto ela é respeitada pelas demais colegas. Esse é um retrato falado dessa participante da pesquisa.

4.1.2 A história da trabalhadora M2

A entrevistada M2 tem 30 anos de idade, é casada com pescador e tem três filhos em idade escolar, é natural de Rio Grande e reside na vila desde a infância. “*Conheço tudo aqui, vivi aqui a minha vida toda, nunca saí daqui*”, é o que diz. Cursou até a 3ª série do ensino fundamental e parou os estudos para ajudar a mãe em seu trabalho de “desfio” de siri e “descasco” do camarão, termo usado por ela.

M2 se diferencia em muito de M1: é falante demais, sua voz traz uma sonoridade que se escuta ao longe. De início, ela parecia estar sempre com pressa no início dos diálogos. “*Tenho de buscar as crianças no colégio*”, sempre dizia, aos poucos ia relaxando, conversando, se envolvendo nos diálogos e chegava ao ponto de pedir a filha mais velha para buscar as crianças menores na escola.

Vivendo uma vida simples, M2 mora perto da entrevistada M1. As duas são muito amigas e estão sempre trabalhando juntas. É magra, de cabelos cacheados e olhos arregalados. Passou o tempo todo com o cigarro na mão.

Na 1^a entrevista estava bastante nervosa, gaguejava e se preocupava em dizer as frases corretas. O gravador a inibia um pouco e, aos poucos, fui fazendo com que ela se esquecesse da gravação para que se sentisse mais à vontade. Acendia sempre um cigarro para se acalmar. Depois de alguns instantes, ela foi se soltando e se deixando levar pela conversa sem pressa e sem inibição. No 2^o e 3^o encontros, ela já estava bem mais despreocupada com a gravação.

Ao perguntar sobre qual palavra ela considerava importante na sua vida, M2 disse que a palavra “esperança” seria a mais adequada: “*Esperança é a minha palavra, a gente tem sempre de ter esperança em tudo*”, disse ela.

A amizade com a entrevistada M1 faz com que ambas trabalhem sempre juntas. Ela disse que “*uma ajuda a outra quando tem muito siri para desfilar*”. Percebe-se que a parceria extrapola o trabalho, pois as duas saem juntas para o supermercado ou para qualquer outro ambiente comunitário. Assim como M1, as mãos de M2 apresentam alguns cortes e feridas devido ao tipo de trabalho que executam: o de manusear o siri e camarão sem luvas, mas isso não as impede de continuar no ofício.

Ao falar sobre si e sobre seu trabalho na pesca, M2 não se apresenta como uma mulher de meias palavras, diz o que quer e da forma como quer, sem a preocupação com o que está sendo falado, é sincera sem revelar traços de timidez. Para ela, a vida não tem sido nada fácil, pois em sua história de vida diz que sempre teve de ajudar a mãe nos galpões de pesca para ajudar no sustento da casa dos pais. Nunca teve muito tempo para o lazer, pois o trabalho sempre ocupou a sua vida. Casou-se cedo, com 14 anos, e logo os afazeres domésticos também passaram a fazer parte de seu dia-a-dia. Não se arrepende de nada disso, pelo contrário, ela aprendeu um trabalho com o qual tira uns “*trocadinhos*”. A história de

M2 revela um intenso envolvimento com a atividade da pesca, o que me fez optar por esta trabalhadora experiente.

4.1.3 A história da trabalhadora M3

“Nasci na pesca” é como a entrevistada M3 inicia sua história. Jovem, com 26 anos de idade e ex-esposa de pescador, M3 fala de sua trajetória com muita paixão e entusiasmo. Os pais sempre atuaram na pesca: o pai é pescador e a mãe processava siri e camarão. É natural de Rio Grande e passou grande parte de sua vida na Ilha de Torotama de onde é procedente. Veio morar na vila há uns três anos.

Faz três anos que vim morar aqui; vim da ilha de Torotama e eu vim para cá porque tem mais mercado de trabalho com o tipo de produto que a gente trabalha: o peixe. Lá (em Torotama) é bem difícil, tem menos chances de trabalho, tem menos material, tem menos pescado pra gente trabalhar; aqui é bem mais (informação verbal).

A escassez de recursos naturais na Ilha foi motivação para ela deixar sua vida lá e vir morar em outra área onde pudesse exercer a atividade de processamento. Conta que o esgotamento de peixes na Ilha fez com que, no passado, muitas famílias saíssem de lá para habitar novas regiões em busca de trabalho na pesca ou na indústria, o que acontece ainda hoje. Atualmente trabalha em um dos galpões de pesca da comunidade.

Ao lembrar do passado mostra um semblante radiante, fala com muito gosto e saudade dos tempos em que viveu na ilha. O passado parece ter deixado boas recordações:

Tive um infância feliz, lá é tudo muito calmo, tranqüilo, todos se conhecem e se dão bem. Hoje a coisa tá diferente, muita gente foi embora pra cidade... (informação verbal).

Quando perguntei sobre seu envolvimento na pesca, ela disse:

Desde a idade de 6, 7 anos, eu e minha irmã, a gente trabalhava com siri, camarão ajudando o pai e a mãe. Peixe não que lá na Ilha quase não se trabalha com peixe; é mais siri e camarão. (informação verbal).

A convivência no mundo da pesca desde a infância chamou a atenção para o fato da importante contribuição que a entrevistada poderia trazer para o estudo.

Casada atualmente com um não-pescador, M3 possui apenas um filho de menor idade, que fica no colégio durante o turno da manhã; à tarde, às vezes fica na casa de sua irmã mais velha ou vai para o galpão com a mãe. Sorridente, M3 fala que gosta do que faz apesar das dificuldades que encontra nesse tipo de trabalho, além de trabalhar no beneficiamento já se envolveu em outros setores da pesca na Ilha como comissões de pesca onde participou de discussões sobre financiamento, construção de galpão coletivo, seguro-defeso, dentre outros assuntos. *"Aqui nunca participei desse tipo de reunião"*, comenta.

M3 pareceu-me uma guerreira, uma mulher de luta como a frase dita por aí: "Brasileiro que não desiste nunca". Possui o 2º grau completo e está tentando retomar os estudos, mas encontra dificuldades devido a rotina de trabalho na pesca e em casa. Para ela, *"é importante saber algo além da pesca"*, pois na vida atual *"é preciso saber um pouco de tudo ... quero aprender mais alguma coisa"*. Esta garra e vontade de vencer é algo de muitas críticas por parte da vizinhança, mas isso não a tem desmotivado.

Este é um breve relato da trajetória da entrevistada M3, que pude perceber e ouvir durante os três encontros que tivemos para a realização das entrevistas. Encontros que revelaram momentos de satisfação de M3 por poder contribuir com o estudo, mas, também, de indignação pelo descaso e desgaste que esse tipo de trabalho vem sofrendo ao longo dos anos. A felicidade em poder partilhar sua experiência de vida, estampada na face de M3, trouxe-me satisfação por estar realizando este estudo.

A partir das trajetórias contadas, foi percebido que nas três histórias apresentadas, o processo de *tornar-se* trabalhadora da pesca teve influência das experiências vividas anteriormente. A escolha pelo trabalho parece ter sido motivado por três razões: primeiramente, por necessidade de auxiliar pais e maridos; ou seja, foi motivada por circunstâncias de vida. O trabalho envolvendo membros da família na atividade de geração de renda encontra-se caracterizado dentro do regime de economia familiar e envolve todos os familiares participam no trabalho. Fato que é comum nos ramos da agricultura e pesca.

Em segundo lugar, percebe-se que o contato com a atividade laborativa dos pais ou maridos contribui para o aprendizado de um ofício, que posteriormente pode se tornar um meio de sustento para homens e mulheres de uma vila pesqueira. Em terceiro lugar, a facilidade de ter à disposição o mar ou a lagoa para fornecimento

da matéria –prima para esse tipo de trabalho – o peixe, siri ou camarão – faz com que a comunidade opte por esse tipo de serviço como meio de sobrevivência, visto que em geral nestas comunidades o mar acaba sendo uma extensão do quintal de suas casas. Fatores estes que ocorreram com as três entrevistadas.

Em estudos sobre a atuação das mulheres na pesca, Maneschy (1995) e Maldonado (1986), constataram que, na maior parte dos grupos pesqueiros, as atividades que envolvem a pesca fora do mar tendem a ter participação das mulheres e, em alguns casos, de crianças.

As necessidades de sobrevivência das famílias de pescadores, agora mais dependentes do mercado, continuam a exigir o trabalho das mulheres, assim como das crianças e dos idosos em condições de trabalhar. (MANESCHY, 1995, p.150).

De acordo com a pesquisa de Cardoso (2001, p. 45), realizada com pescadores artesanais na Ilha Grande (SP), “crianças de 08 a 10 anos freqüentavam a escola e nos horários livres participavam de brincadeiras como andar de canoa, pescar com linha na beira-d’água, catar caranguejo e mesmo ajudar os pais na armação dos barcos, no conserto e limpeza de redes, ou no trato do pescado”.

Isso mostra que, geralmente, nas comunidades pesqueiras os filhos (as) de pescadores fazem do ambiente da pesca sua atividade extra-escolar, até chegando em muitos casos a evasão escolar, o que aconteceu com duas das entrevistadas. Os filhos ficam na volta dos pais durante o período em que não estão na escola. Assim sendo, as meninas auxiliam a mãe no tratamento do pescado e nas tarefas de casa; os meninos quase sempre brincam no espaço externo à casa, na rua ou na beira d’água e, às vezes, acompanham o pai em uma de suas viagens ao mar.

Ao fazer uma reflexão sobre a participação dos filhos nas atividades laborativas dos pais, penso que para os meninos o envolvimento com a pesca representa um lazer; brincar com varas de pesca, subir nos barcos parece diversão. Já para as meninas a manipulação com o pescado soa mais como uma tarefa doméstica – de cuidado com o alimento - que aprende a realizar desde cedo e que limita o contato no espaço público. Proponho uma atenção especial através de estudos para constatação dessa hipótese.

Percebe-se que essas atribuições e a forma como os filhos se envolvem na atividade profissional dos pais acabam por dividir o trabalho por sexo desde cedo: o pescador e o filho se envolvem com as atividades de fora da casa e as pescadoras e

filhas “assumem” as tarefas do lar. As crianças crescem em um ambiente onde reconhecem a pesca como uma atividade masculina .

Esse fato foi evidenciado pela pesquisadora em outra comunidade pesqueira. Em conversas informais realizadas no período da pesquisa com adolescentes filhas de pescadores de uma escola de Torotama (RS), 3ª Distrito do município de Rio Grande, foi-nos relatado que na comunidade, os meninos adolescentes tendem a buscar a pesca junto aos pais ou membros da comunidade como fonte de renda para aumentar a renda da família e custear gastos pessoais de consumo. Fazem uso de seus conhecimentos no ramo para ganhar algum dinheiro, sendo, portanto, uma opção de trabalho. Em contrapartida, as adolescentes não fazem uso deste conhecimento para sustento próprio pois, além de não trabalharem fora de casa nesta idade, elas ajudam as mães no tratamento de pescado como se fosse um serviço de casa, sem nenhum tipo de remuneração.

Podemos observar que os filhos de pescadores também vivenciam uma diferenciação de funções sociais na família e uma desigualdade de oportunidades de trabalho, o que sinaliza para uma divisão sexual do trabalho na infância e adolescência. Nota-se que as estruturas social e familiar prescrevem uma diversidade de funções e comportamentos para homens e mulheres como sendo próprias de seus respectivos gêneros; e o que mais preocupa é que tais características atribuídas são repassadas pelas gerações.

Sobre a questão, Fleck; Falcke; Hackner (2005), ao abordarem a transmissão de papéis de gênero na família contribuem para enriquecer tal constatação ao dizer que as meninas se envolvem em atividades mais passivas e mais restritas ao ambiente do lar, enquanto que os meninos se envolvem em atividades mais expansivas e agitadas. Os reflexos dessa divisão por sexo reflete como o homem culturalmente ficou mais envolvido com as demandas da esfera pública, enquanto que as mulheres se restringiram mais ao mundo privado.

Para as autoras, a transmissão desses papéis por sexo reforça ainda mais a desigualdade nas relações de gênero, o que vem ocorrendo nas comunidades pesqueiras e constatado neste estudo. É o que dizem:

Podemos pensar que a força dos hábitos culturais encontra-se enraizada dentro dos lares e impede, muitas vezes, os avanços em termos de igualdade , pois a tradição e o legado ancestral seguem demarcando uma divisão tradicional de gênero. (Ibid., p. 116).

Independente das justificativas que levam as trabalhadoras, quando crianças ou adolescentes, a se inserirem na pesca, observa-se que esta prática foi reproduzida na geração destas mulheres e possivelmente vem se mantendo através de seus filhos e netos, o que reafirma as funções sociais desempenhadas pelas crianças nestas comunidades e as motivações para o seu envolvimento na pesca artesanal. Uma outra questão apresentada por Woortmann (1992) está no fato de que grande parte dos estudos sobre a pesca nas comunidades tende a privilegiar a figura masculina – pescador, como sendo o trabalhador e não um dos trabalhadores da pesca. A maneira acrítica desse modelo de divisão sexual na pesca reforça a invisibilidade da mulher e acaba por não lhe conferir a devida importância ao conjunto de tarefas assumidas por elas. No início deste estudo pude constatar tal situação na ocasião da divulgação e convite para participar da pesquisa. As trabalhadoras ficaram maravilhadas ao saberem que elas seriam os sujeitos da pesquisa e não os maridos, como de costume; tal fato mostra que elas não estão habituadas a participar e contribuir com suas vozes em estudos científicos desta natureza.

As narrativas trouxeram outras informações complementares: constatou-se que as três entrevistadas possuem baixo grau de escolaridade. A baixa escolaridade, no caso das mulheres entrevistadas, deve-se a problemas de visão que impediu M1 de freqüentar a escola e a necessidade de ajudar os pais no trabalho da pesca, o que ocorreu com M2 e M3.

Embora os estudos de Bruschini; Lombardi (2001) constatassem a abertura no acesso das mulheres à escolaridade a partir de 1960 – o que lhes oportunizou novas oportunidades de trabalho – nota-se que essa inserção da mulher no ambiente escolar e universitário aconteceu primeiramente nos grandes centros urbanos. O distanciamento dos grandes centros faz com que as cidades interioranas não acompanhem o mesmo ritmo da modernidade, ou seja, o incentivo à escolaridade nas comunidades e vilas não se deu na mesma proporção.

Análises sobre o perfil dos pescadores artesanais do Estado do Rio Grande do Sul, apresentados por Garcez; Sanches-Botero (2005), confirmam que dentre os 12.201 pescadores (homens e mulheres) identificados em sua pesquisa, cerca de 13% são analfabetos; 80% possuem o 1º grau incompleto (1ª a 4ª séries); 1,4%

possuem 2º grau incompleto (5ª a 8ª séries) e apenas 0,6% concluíram o ensino fundamental. Como as atividades do setor da pesca não requerem médios ou altos níveis de escolaridade, as crianças e adolescentes deixam a escola pelas mesmas razões que as entrevistadas apresentaram ao abordar sobre a formação de sua identidade enquanto trabalhadora do setor da pesca.

4.2 O COTIDIANO DAS TRABALHADORAS DA PESCA

O cotidiano das mulheres-trabalhadoras da pesca é marcado por diversas atividades que incluem tarefas domésticas e atividades da profissão. O envolvimento nas tarefas inicia-se bem cedo.

Por volta das seis horas da manhã, é possível observar a movimentação das mulheres no quintal das casas, é o horário em que os barcos estão chegando do mar, foi o que constatei em uma das visitas realizadas no início da manhã, a convite das mulheres entrevistadas.

Após a chegada dos barcos dos maridos, M1 e M2 já começam a trabalhar separando os siris dos cardumes de peixes. Ambas moram no mesmo quintal e se sentam próximas para iniciar a escolha dos siris de dentro das caixas com peixes trazidos do mar.

As trabalhadoras geralmente não utilizam luvas para o manuseio da atividade, pois “o peixe fica escorregando da mão”, relata uma delas. O contato direto com o peixe ou o siri deixa marcas nas suas mãos: “A mão fica toda machucada, entendeu? O siri fura a gente. Mas é melhor do que com luva”. (M2)

Além disso, as condições em que é realizado o trabalho provoca dores em várias partes do corpo: “Dói rins, perna, mão, dedos. De tanto ficar sentada desse jeito”. (pescadora- M1)



Foto 5

Fonte: Arquivo da Pesquisadora.

Coleta e separação de siris das caixas de peixes.

O trabalho com o siri ou camarão se estende até às dez e onze horas, momento em que param para fazer o almoço, sendo o período da tarde também é preenchido com as tarefas que não puderam realizar pela manhã. Quando solicitado na entrevista para falarem sobre sua rotina, as mulheres relatam:

Olhe, é uma correria tremenda. A gente escolhe camarão, siri, arruma a casa, dá conta dos filhos. É uma correria tremenda. É complicado. Eu acordo seis e meia e fico envolvida até umas nove, dez horas. Colhendo siri, escolhendo siri, escolhendo camarão. Até uma nove e meia, dez hora, por aí. Aí depois eu faço almoço, mando as crianças pro colégio... aí depois faço a rotina da casa, né; lavar roupa... faço as coisas que tenho que fazer. Aí depois meu marido vai pro mar. As três hora. Três, quatro hora ele vai pro mar. Aí eu fico organizando tudo pra no outro dia aquela mesma correria (risos). (pescadora M2). (informação verbal).

Eu me levanto às seis horas da manhã... escolhendo siri e camarão. Paro umas dez horas, arrumo a casa, vô fazê comida. Depois às quatro de novo sai pro mar (referindo-se ao esposo) e já começa eu arrumá roupa, coisa... prá ele ir pro mar... a minha vida é, é correria também. Todo dia correndo. Aí vou pra rotina da casa, roupa, comida..tudo pra fazer. Quando chega de noite ainda tem... Ainda tem a casa, a comida por fazer, janta, tudo. (pescadora M1). (informação verbal).

Os relatos mostram que há uma divisão temporal que delimita o tempo gasto na atividade de produção e nas tarefas domésticas. O dia é subdividido em 2 momentos: no 1º momento, as mulheres atuam como trabalhadoras da pesca até a pausa para fazer o almoço; no 2º momento, as mulheres atuam em seu papel de dona-de-casa: precisam dar conta do almoço, da arrumação da casa, da limpeza da cozinha, varrer e passar pano no chão; lavar, secar e guardar a louça do almoço; em seguida cuidam da lavagem das roupas. Não sobra tempo para tirar uma sesta como fazem os maridos.

Nessas comunidades, cabe ainda à mulher o cuidado dos filhos, a educação, a alimentação, ir e buscar as crianças na escola, participar de reuniões com os pais e verificar suas tarefas escolares.

Quando não estão no colégio, os filhos ficam em casa: os meninos vão brincar na beira da lagoa, dentro dos barcos, com varas de pesca; e as meninas ficam na volta das mães ajudando a cuidar dos irmãos menores (o que ocorre com M2 e M3 que ainda possuem filhos menores) ou recebendo orientações sobre os afazeres domésticos. Durante as visitas, observei que havia maior número de

meninos brincando nas ruas ou à beira da lagoa do que meninas (geralmente se encontravam dentro de casa).

Ao entardecer, por volta das 16 horas, as mulheres começam a organizar o material para os maridos levarem para o mar; *remendam* redes , separam roupas mais quentes para eles se aquecerem durante a noite e algum gênero alimentício para a refeição no mar. À noite, após a saída dos maridos, ainda colocam o jantar na mesa para os demais familiares e quando sobra um tempinho sentam na sala para ver alguma telenovela.

Nota-se que enquanto a mulher corre o dia todo, o marido-pescador chega do mar lá pelas 7 horas da manhã, toma um café e vai para a rua comercializar seu produto em algum galpão de pesca ou diretamente com atravessadores. Após o almoço, o pescador tira “aquela” soneca, toma um cafezinho feito pela mulher e vai para o quintal acertar algum utensílio utilizado na pesca. Ou para o bar para bater papo com os amigos. Há pouco envolvimento dos homens nas tarefas de casa.

Durante as entrevistas, constatei essa situação uma vez que a dona-de-casa M1 teve de interromper por várias vezes a entrevista para passar café para o marido ou atender algum chamamento seu.

Constatou-se uma rotina diária compreendida entre os afazeres domésticos e o trabalho na pesca. Estudos realizados por Maneschy (1995) e Lima (2003), em comunidades pesqueiras no litoral do Pará, revelam que nestas comunidade as mulheres realizam atividades de cuidado dos filhos, da casa, do quintal, dos animais, dos alimentos e também exercem atividades na pesca que compreendem em geral a captura no mar raso, o tratamento, preparo de isca tecelagem e reparo nas redes de pesca e, em alguns casos, a venda do produto.

É importante ressaltar que nos primeiros contatos realizados com M1 e M2, durante o verão de 2006 – período em que antecedeu as entrevistas – a rotina de trabalho na pesca de ambas era diferente. Compreendia em separar o siri nas caixas de pesca, mas também em descascar o camarão e desfiar o siri. Entre os meses de novembro e fevereiro as mulheres contam com o produto do camarão por se tratar de período de safra, o que não ocorre no restante do ano.

Quanto ao siri, as mulheres disseram que “*no inverno não tem siri; não existe praticamente esse trabalho*” (M1). Embora as entrevistas tenham sido realizadas fora do período de inverno, tanto M1 quanto M2 não estavam realizando o desafio do siri pelo fato desse trabalho despendar muitas horas do dia.

É, agora não tô tirando carne. Eu não tô tirando mais. Tô vendendo ele cru agora. A gente não tá desfiando siri agora esse ano porque não dá tempo, né, de fazer tudo. Eu não tenho tempo. Quando tem siri a gente fica até nove da noite. Não tem como desfiar o siri e cuidar da casa, né. Ou deixa a casa por conta e toma conta do siri ou vende o siri cru e toma conta da casa. Então mais vale vender o siri que a gente ganha igual endendesse? Dá pra tomar conta da casa, e da roupa e tudo. (pescadora M1). (informação verbal).

Eu não to mais tirando carne. Nós não tamos [estamos]tirando mais porque não dá tempo. É correria demais. E quando vem muito siri a gente tem que ajudar uma a outra porque vem demais. Essa aí mesmo, às vezes o marido dela vem com seis, sete caixas de camarão e siri. Aí eu vô lá dá uma força pra ela. Quando vem demais pra mim ela dá uma força aqui em casa. Então a nossa correria é assim. (pescadora M2). (informação verbal).

Para as mulheres, é difícil conciliar as tarefas da casa com o trabalho na pesca. Por isso, as entrevistadas M1 e M2 não estão mais desfiando o siri; agora apenas escolhem o siri das caixas de peixe trazidas do mar pelos pescadores.

A decisão de não mais desfiar o siri por causa das demais tarefas da casa acaba prejudicando seu trabalho na pesca, uma vez que a remuneração diminui já que “quando a pessoa tira a carne ganha mais”. É o que dizem:

Se eu pegar 10 k de siri eu faço a R\$ 8,00 ele vivo; se eu tirar a carne faço R\$12,00, R\$13,00 o quilo. (pescadora M2). (informação verbal).

Mas tirando a carne a gente ganha muito mais né? Mas...é muito estressante; então eu tô vendendo ele cru, faço meus R\$ 10,00, 20,00 reais por dia e não tô me estressando tirando a carne. (pescadora M1). (informação verbal).

A rotina de trabalho dessas duas mulheres fez com que houvesse mudança no processo de pós-captura em função do tempo. O ato de desfiar e cozinhar a carne de siri foi substituído pela venda direta do siri *in natura*, descaracterizando a atividade das trabalhadoras.

Nota-se que o sentimento de obrigação em relação aos afazeres de casa desencadeia um processo de culpabilização quando se deixa de cumprir os deveres domésticos de dona de casa em prol do trabalho extra-lar, fato que por vezes altera o processo de trabalho e afeta a realização pessoal e profissional.

Embora trabalhe num galpão de peixes localizado na própria comunidade, a rotina diária da entrevistada M3 não difere muito das demais entrevistadas. Precisa levantar cedo para fazer o almoço e levar as crianças ao colégio antes de ir para o galpão:

Às vezes eu pego às sete e meia, às oito...Aí eu venho em casa almoçar e depois fico até às 6 horas; sou eu mesmo que faço tudo. Adianto antes de sair e quando chego faço o resto. No meu caso, eu que tenho criança, às vezes eu chego 6 horas, 6 e meia em casa e aí eu tenho que fazer todo o serviço da casa. Tem dias que eu vou deitar meia noite pra no outro dia tá de pé seis e meia, sete horas no máximo pra levar guri pro colégio e... é bem desgastante.(pescadora M3). (informação verbal).

A entrevistada M3 também acredita que “o maior problema é conciliar a família e o serviço”, pois precisa dar conta dos afazeres domésticos e realiza a atividade na pesca para aumentar a renda da família.

As três histórias apresentadas retratam a difícil tarefa da mulher em conciliar o trabalho com a casa; o que a torna uma trabalhadora polivalente.

Com a inserção da mulher no mercado de trabalho formal ou informal, houve a alteração na sua jornada de trabalho: tornou-se extensa e duplicou-se ocasionando um desgaste físico e mental que pode afetar sua saúde em todos os sentidos.

O estudo apontou essa problemática na rotina diária que pôde ser percebida na fala das entrevistadas e que é compartilhada por todas elas.

Ah, com certeza é bem desgastante. Chega ao ponto de você parar uns dois ou três dias porque você não aguenta trabalhar direto. (pescadora M3). (informação verbal).

É uma correria tremenda. (pescadora M2). (informação verbal).

Ela falou a mesma coisa que eu falei. A correria da gente é bem pericada. É tudo igual a correria. Isso que deu pra ver.(pescadora M1). (informação verbal).

As mulheres precisam lidar o tempo todo com o conflito de ser mãe, esposa, dona-de-casa e profissional, buscando um equilíbrio que na maioria das vezes parece ser difícil de se atingir.

O corre-corre diário se prolonga nos fins de semana e feriado, o que intensifica o desgaste apontado por eles. É o que diz a fala:

Ah, descanso não tem nunca. Pra nós não tem sábado nem domingo, nem feriado porque é sempre uma correria igual. (Pescadora M2). (informação verbal).

Fernández (1994, p. 148) retrata esta questão quando diz que o mundo doméstico:

Es también um mundo sin salario ni horarios de trabajo; se hace por amor y, si bien establece rutinas muy organizadas, las tareas se despliegan en una continuidad que no diferencia unas jornadas de otras, ni días laborales ni feriados; no se rige por reglamentos sino más por sentimientos. Sus códigos y valores son muy distintos de los que se mueven en el mundo público.

No caso das trabalhadoras que atuam nos galpões de pesca, há a opção de uma folga semanal sem remuneração.

(...) a gente trabalha conforme a gente quer no caso. Eu trabalho de segunda a sábado. Domingo eu não trabalho a não ser de diária pra ele mesmo que aí eu tenho que trabalhar no domingo e feriado, mas sempre vou de segunda a sábado. (pescadora M3). (informação verbal).

Quanto ao auxílio dos filhos e maridos nas atividades domésticas, as entrevistadas relataram que os filhos maiores ajudam nas tarefas de casa e a cuidar dos irmãos menores. Sobre os maridos, elas não cobram nenhum tipo de ajuda porque eles “já trabalham muito” no ambiente público e “precisam descansar quando estão em casa”. É o que mostra a seguinte fala:

O marido às vezes me ajuda, né. Não é sempre porque ele trabalha 10 horas por dia e aí fica difícil ele me ajudar sempre. (pescadora M3). (informação verbal).

Strey (1997, p. 98) analisa que as tarefas domésticas são assumidas pelas mulheres mesmo daquelas que trazem um discurso da necessidade de distribuição das tarefas aos demais familiares. De acordo com a autora:

Às vezes, existe ajuda ou do marido ou de uma empregada. No entanto, no fundo e na base, a responsabilidade final é sentida como sua. O trabalho dos homens na esfera doméstica se estende como uma opção e ajuda para a mulher. Assim, a percepção do papel dos homens em relação ao trabalho doméstico corresponde de forma exatamente inversa ao que se atribui às mulheres em relação ao emprego. Para as mulheres ter um emprego se considera uma opção e não uma obrigação, enquanto que, para os homens, o opcional é contribuir para as tarefas domésticas.

A divisão do trabalho no mercado formal ou informal se modificou nas últimas décadas com a inserção da mulher na esfera profissional, a divisão do trabalho no interior da casa não se modificou substancialmente, as mulheres passaram a assumir atribuições além da esfera doméstica tendo de arcar com duas tarefas: os afazeres de casa e as atividades que exercem para contribuir com a renda da família. E,

mesmo que ela tenha uma atividade profissional fora de casa, sua prioridade continua sendo as atividades domésticas, mesmo que a dupla jornada lhe cause desgaste físico e emocional.

Saffiotti (1987) analisa que a sociedade depositou na mulher a responsabilidade última pela casa e pelos filhos e investe nessa naturalização, fazendo crer que a atribuição do espaço doméstico à mulher decorra de sua capacidade de ser mãe. Nessa ótica, compreende-se que a maternidade passou a incluir duas dimensões: a biológica, que é inerente apenas ao sexo feminino e a social que não necessita ser exercida exclusivamente pela mulher.

Para a referida autora “é natural que a mulher se dedique intensa e prioritariamente aos afazeres domésticos, compreendidos pela socialização dos filhos, como é natural sua capacidade de conceber à luz”. (Ibid., p.9); por isso, a identidade social da mulher precisa ser analisada não como um fenômeno natural, mas como um fenômeno sócio-cultural.

Nessa discussão, nota-se uma segregação do trabalho doméstico construída pela divisão sexual do trabalho que foi constatado nas narrativas das entrevistadas, ou seja, a distribuição de tarefas domésticas entre o casal é praticamente inexistente. A atitude de não compartilhar as tarefas do lar com o companheiro, ainda é muito comum em nossa sociedade, salvo algumas exceções. Por isso, é comum que o homem perceba a casa como lugar de descanso e a mulher perceba a casa como lugar de muito trabalho.

Saffiotti (1987, p. 15) aponta a necessidade de partilhar a vida doméstica entre os membros da família para que todos possam vir a ter igualdade de oportunidades dentro ou fora do lar. Para a autora:

Não se trata de ensinar os homens a auxiliarem a mulher no cuidado com os filhos e a casa, pois sempre que a atividade de alguém se configurar como ajuda, a responsabilidade é do outro; trata-se de partilhar a vida doméstica, assim como o lazer e as atividades garantidoras do sustento da família.

Esta análise da autora vem ao encontro da situação vivida pelas entrevistadas no que tange a naturalização do trabalho doméstico e a participação dos demais membros da família nas atividades do lar.

A rotina apresentada em cada uma das três histórias torna evidente o problema da subordinação e confinamento da mulher na esfera privada com conseqüências na sua inserção no mundo público.

Ao fazer um panorama histórico da sociedade, nota-se que a figura feminina apareceu sempre em segundo plano, atrelada ao mundo da casa, da família em contraposição a figura masculina que sempre manteve relações estreitas com a esfera pública.

Ao tratar sobre as relações de gênero no espaço público, Roncaglio (1997) descreve que no início do séc. XIX, por exemplo, a ocupação do espaço público e privado podia colocar em risco a reputação e a moral das mulheres da época. Para as mulheres, o público representava um ambiente que deixava-as à exposição, onde se corria o risco de perder a virtude. Por isso, as mulheres “virtuosas” e de “família” deveriam ser recatadas, cuidadosas no vestir, no andar. Todo cuidado era pouco.

Para os homens a situação era inversa. No ambiente público, eles podiam deixar de lado sua posição repressora e autoritária quando no papel de marido e pai no lar. O público, considerado um espaço de proibição para as mulheres, era, para os homens, um local de libertação.

Esta diferenciação na ocupação dos espaços não ocorre nos mesmos moldes, mas se mantém na realidade atual. Ao fazer um recorte na divisão entre os mundos público e privado, Fernández (1994, p. 133), amparada nos aportes teóricos de Lévi-Strauss, diz que nos espaços público e privado não há só uma divisão de tarefas e, sim, uma “proibição” de tarefas segundo o sexo. Esta proibição está balizada nos processos histórico-culturais pelos quais:

Varones prohibieron a las mujeres su participación em las tareas de mayor prestigio de cada sociedad, es decir, aquellas tareas que se ritualizan y celebran; pueden incluirse aquí desde la caza y la guerra hasta el gobierno de los Estados modernos.

Neste sentido, é interessante perceber como em períodos históricos diferentes se definem e assistem masculino e feminino e se demarcam os espaços sociais. Ao utilizar algumas idéias aristotélicas e da modernidade, Fernández (1994) faz um resgate de como foram tratados o público e privado nestes períodos e que reflexões trouxeram para o contexto atual.

A teoria da civilidade de Aristóteles estabelecia que a vida na *Pólis* era superior a qualquer outra. O cidadão era portanto definido como um homem que

participasse da administração da justiça e manutenção dos serviços; o estado era um corpo autosuficiente. Isto era o público.

Baseado nesta concepção de Estado e cidadão, Aristóteles trará a noção de que há pessoas que são naturalmente governantes e, outras, naturalmente governadas. As mulheres, crianças e escravos, eram tidos como naturalmente governados e não podiam participar da vida pública. O lugar social ocupado por estes era exclusivamente o privado.

Esta delimitação de espaço implicou em várias conseqüências para a mulher a nível de valor enquanto cidadã.

En el esquema de Aristóteles, las mujeres eran idiotas, en el sentido griego del término. Este término tiene para los griegos dos acepciones: personas que no participan en la Pólis y hombres que desempeñan mal su función pública. Como podrá observarse, todas las mujeres eran idiotas en el sentido de que eran personas exclusivamente privadas. (Ibid., p.138).

A modernidade trouxe consigo transformações na sociedade – substituindo o sistema feudal pelo sistema capitalista – mas também no modo de produção econômico, nas formas de governar e nas instituições sociais, desde a família, até aquelas voltadas à segurança, como prisões e manicômios. As grandes conseqüências apontadas por Fernández (1994) foram a redefinição do espaço público e privado e das figuras jurídicas relativas a homens e mulheres.

As relações entre os indivíduos e destes com o Estado eram mantidas e se mantinham através de contratos que regulamentavam as ações via legislação específica. Os mecanismos de regulação de produção de bens e riquezas indiretamente controlavam a circulação de homens e mulheres a fim de manter a ordem e controle social desde a família até o ambiente de trabalho. Não eram sujeitos de contrato as mulheres, as crianças e os considerados loucos e criminosos, estes eram sujeitos à tutela e assistência pelo Estado.

Estas restrições acometidas às mulheres impossibilitaram sua circulação no mundo público – restando-lhe o mundo privado – e não lhe davam o direito de atuar enquanto cidadã.

A partir de allí, las mujeres burguesas tuteladas – por el padre y luego por el marido – desarrollarán sus vidas en el medio privado y doméstico; los organizadores de sentido que guiarán sus prácticas, sus sistemas de prioridades, sus sentimientos se expresarán en las figuras de la esposa y madre. (Ibid., p.144).

Ao tratar sobre o trabalho das operárias no século XX, Rago (1997, p. 585) chama a atenção para o fato de que “havia uma associação freqüente entre a mulher no trabalho e a questão da moralidade social”. Segundo a autora, a sociedade via o mundo do trabalho como uma ameaça à honra feminina e “as diversas profissões femininas eram estigmatizadas e associadas à imagem da perdição moral, da degradação e da prostituição” (Ibid., p. 589). Portanto, o trabalho feminino para médicos e higienistas poderia levar à degradação da família, uma vez que a mulher não teria tempo disponível para se preocupar com o marido, cuidar da casa e da educação dos filhos.

No setor pesqueiro, essa divisão de espaço público e privado é bem visível, como mostram os relatos das entrevistadas apresentados até o momento. Entendo que os modos como foram definidos os mundos públicos e privado – na antiga Grécia e na modernidade – influenciaram fortemente a construção de uma concepção do ser mulher e de suas funções naturais e espaço de ocupação na sociedade, dos quais se mantêm ainda nos dias atuais como observados nas trajetórias narradas pelas trabalhadoras.

Muitas foram as mudanças nas últimas décadas no que se refere à posição social da mulher tanto no lar quanto no mundo público. Muitos questionamentos vêm desmistificando as concepções deixadas pelos paradigmas construídos na história da sociedade e produzidas pelas instituições sociais que as sustentam; ao analisá-las, compreendo que as novas práticas, fruto de inquietações e desvelamentos sobre a condição natural da mulher, não eliminam, mas coexistem e conflitam com as configurações do mundo público e privado, uma vez que a mudança de concepção deve dar-se numa dimensão sociocultural e política com resultados que provavelmente serão colhidos a médio e a longo prazos.

4.3 PERCEPÇÕES SOBRE O TRABALHO FEMININO NO CONTEXTO DA PESCA LOCAL

A inserção na Vila São Miguel e nas demais comunidades pesqueiras em experiências anteriores permitiu identificar como estão distribuídas as funções sociais de homens e mulheres dentro do ciclo da pesca de uma comunidade.

Selecionei as categorias pesca, comercialização e organização social e junto com as trabalhadoras construímos o cenário real experienciado na comunidade pesquisada a partir da percepção delas sobre o envolvimento da mulher nas atividades da pesca local.

Em relação à *pesca*, esse processo divide-se em três momentos: antes da pesca, pesca de mar e depois da pesca. A participação das mulheres na comunidade se dá com frequência no primeiro e terceiro momentos. Sobre a *comercialização*, as mulheres praticam a venda *in natura* de filés de peixe ou siri e camarão dentro do próprio quintal, a venda para atravessadores e comércio da cidade fica por conta dos pescadores. Quanto à *organização social*, os pescadores se utilizam das associações de pesca e colônia de pescadores. Os pescadores ainda possuem o maior número de representação nestas instâncias coletivas, garantindo com isso poder de voz nas decisões e discussões sobre assuntos referentes à pesca e, principalmente aos pescadores–homens. Como a representação das mulheres é muito baixa, quase inexistente, as trabalhadoras ficam sem utilizar este espaço para suas reivindicações .

Este cenário construído através das narrativas das entrevistadas retrata os espaços ocupados pelas trabalhadoras e trabalhadores no exercício da atividade de pesca. Nota-se que há uma maior ocupação de espaços por parte dos pescadores, principalmente naqueles que correspondem à esfera de discussão, decisão e negociação.

Partindo deste cenário indaguei sobre como elas se vêem dentro desse grande ciclo, ou seja, como elas visualizam sua participação na vida comunitária da Vila São Miguel no que tange às questões relacionadas à atividade pesqueira. Como resposta, construí o texto que segue a partir da percepção das trabalhadoras sobre sua participação no trabalho da pesca da comunidade.

Antes da pesca, a pescadora é...

...aquela que, em meio a tantas tarefas, consegue separar um tempinho para ajudar o marido a 'arremendar' as redes, a retocar a pintura do barco, a preparar o material que vai acompanhá-lo madrugada adentro no mar.

Durante a pesca, a pescadora é...

...aquela que quase nunca vai para o mar pescar junto ao marido, pois para a maioria deles o ato da pesca continua sendo predominantemente masculino, além do mais, “alguém” precisa ficar em terra cuidando da casa.

...aquela a qual lhe é concedida, sem restrições, à pesca beira-mar para ajudar nas despesas familiares ou alimentar filhos.

... aquela que ainda ouve do pescador que “lugar de mulher é na cozinha”.

...aquela que fica em terra cuidando da casa e dos filhos enquanto o pescador está “para fora” – como dizem - mesmo que por muitos dias, semanas.

Na pós-captura, a pescadora é...

...aquela que trabalha diretamente com o processo de beneficiamento do pescado; (filetagem do peixe, descasco do camarão ou desfió do siri) em conciliação com as tarefas domésticas.

...aquela que realiza sua atividade de produção em ambientes com precárias condições de trabalho, seja no quintal ou no galpão de pesca.

...aquela que contribui para a valorização do produto pescado que ao passar por um processo de beneficiamento pode ser comercializado com valor superior ao do peixe in natura.

Quando se trata da comercialização, a pescadora é...

...aquela que não participa da venda do produto considerado principal (peixe); apenas comercializa aqueles menos valorizados : o siri e o camarão excedente que é deixado pelo pescador.

...aquela que reconhece a desvalorização de seu trabalho pela baixa remuneração sem questionar os “porquês”.

Nas instâncias de participação coletivas, a pescadora é...

...aquela que não participa das reuniões da Associação de Pesca, que tratam sobre a atividade pesqueira da região, embora desempenhe uma função importante dentro do ciclo da pesca.

...aquela que pouco sabe sobre a regulamentação da profissão.

...aquela que pouco tem acesso a informação para aperfeiçoamento e capacitação profissional, não havendo investimento na profissão.

... aquela que reconhece que a sua categoria profissional ainda está “adormecida”.

...aquela que reconhece o potencial de luta e a garra das mulheres mas que ainda não o utilizou em prol de si mesma.

Dentre as ações características que compõem cada um dos processos do ciclo da pesca local, creio ser fundamental destacar alguns aspectos que julgo relevantes por fazer parte da trajetória das entrevistadas vivenciada até o momento.

4.3.1 A (des)valorização do trabalho feminino

Na organização do ciclo da pesca, foi evidenciado que os marcos da divisão do trabalho são bastante fortes. Os homens pescam, comercializam o produto e participam direta ou indiretamente dos processos decisórios relacionados à pesca na localidade e na região, através da Associação de Pescadores, da Colônia de Pescadores Z1 e do Fórum da Lagoa, que reúne demais comunidades e agentes políticos do entorno do estuário.

Enquanto isso, as mulheres atuam mais efetivamente na pós-captura ficando alijadas das instâncias coletivas de participação, a atividade de beneficiamento se soma às tarefas domésticas.

A inserção dos pescadores nas diversas etapas do ciclo pesqueiro vem colocando o homem numa posição de destaque nessas comunidades, tal tratamento enfatiza a presença do trabalhador-pescador e apaga a figura da mulher-trabalhadora (re)afirmando a invisibilidade de seu trabalho.

Mas, o que as mulheres pensam sobre a forma como se encontra organizado o ciclo da pesca? Na comunidade da Vila São Miguel, as entrevistadas disseram que

“sempre foi assim”. Quando se fala na valorização e visibilidade da mulher, as entrevistadas concordam ao dizer que se sentem valorizadas pelos pescadores.

Isto mostra que, apesar da pouca participação nos processos da pesca, enquanto mulher-trabalhadora, as entrevistadas não se sentem desvalorizadas. Ao contrário, acreditam que os pescadores valorizam muito as esposas porque em meio a tantas tarefas elas conseguem dar conta do recado (da casa e da profissão), mesmo que para isso precise abrir mão de seu trabalho na pesca.

As mulheres administram a casa, o dinheiro gasto no supermercado, a vida escolar dos filhos, decidem o que e quando comprar. Este reconhecimento, para elas, tem marcado positivamente a história de vida dessas mulheres mesmo em meio às dificuldades postas no cotidiano da vida familiar e comunitária.

A fala da entrevistada M2 mostra o quanto elas se sentem valorizadas pelos maridos:

(...) as mulher também faz muita coisa que os outros não vê, né. As mulher... pouco falta a mulher botar a rede e sair a remar (risos) ... é o que falta. A mulher faz muita força, carrega camarão, faz muita coisa. Pra mim não é problema porque a gente tá fazendo a parte da gente, ajudando...às vezes o marido não pode, tem que sair e a mulher tem de ficar ali naquela correria, vendendo camarão, vendendo siri, naquela correria toda. Não vejo isso como problema não. (pescadora M2). (informação verbal).

acho que se não fosse a gente tirar o siri para ganhar uns trocados e ajudar eles... então a gente se vira pra ajudar, mas quando o preço tá bom (dito enfaticamente) porque quando o preço tá ruim a gente pára com tudo porque ficar o dia todo por conta do siri e vender a R\$ 4,00, R\$ 5,00 não dá, né. (pescadora M1). (informação verbal).

Pelas falas, parece evidente que os homens reconhecem a força, a garra da mulher; os atributos de mulher guerreira são bem vistos pelos pescadores. Afinal de contas, quando está no mar o homem precisa de alguém que administre as “coisas” que estão em terra firme. Uma mulher guerreira ao lado de um pescador é considerada um porto seguro.

Já as mulheres, consideram que estão fazendo a sua parte, mesmo que a correria interfira na sua atividade de produção. Se vêem valorizadas pelos maridos, porque estes dão valor a sua competência em administrar o lar.

Pensando nisso, algumas indagações me ocorreram: será que as mulheres são obrigadas a ceder seu tempo de trabalho em prol de seu compromisso com as

tarefas domésticas? Será que o discurso reproduzido de que “a mulher agüenta mais, reivindica mais, é mais corajosa” não isenta o homem de compartilhar as tarefas com as mulheres? Não o acomoda? Por que as mulheres têm de assumir seu papel de “mulher-maravilha?”.

Podemos dizer que por trás de toda essa garra, existe uma mulher que sente cansaço pelo *estresse* do dia-a-dia, pela correria de sempre para dar conta do trabalho doméstico que parece ser de sua exclusiva competência e do trabalho na pesca que é visto como uma extensão da casa. É preciso enxergar não uma mulher frágil, mas um ser humano que também precisa de um tempo para recuperar as forças. Simbolicamente, não será essa uma forma de violar seus direitos uma vez que não se respeita a sua integridade física e psicológica?

A noção de valorização e reconhecimento das trabalhadoras, retratada nos relatos, nos chama a atenção para o seguinte aspecto: na relação conjugal parecem existir acordos, que são firmados sem necessariamente haver uma expressão verbal. São acordos internalizados que se diferenciam entre as partes.

Geralmente o convívio marital pressupõe e delega responsabilidades para o casal de acordo com o papel natural que lhe é atribuído socialmente: o homem é o chefe da casa e a mulher cuidadora do lar. Esta função de cuidadora faz com que a mulher se sinta feliz e satisfeita em poder cumprir com suas atribuições de mulher, mãe e esposa e com isso agradar o marido sem frustrar as expectativas que este tem sobre ela. Os relatos aparentam se encaixar nessa situação.

Este aspecto apresentado encontra embasamento nas palavras de Fernández (1994) quando questiona a organização social baseada nas diferenças “naturais” dos sexos. As transformações no campo de gênero têm rompido com antigos vínculos contratuais – expressos explícita ou implicitamente – entre mulheres e homens.

Quando se trata do trabalho feminino na pesca, enquanto trabalhadora - mulher as entrevistadas não se sentem nem um pouco valorizadas.

Nota-se pela organização do ciclo pesqueiro que as mulheres não participam do ato da pesca, da comercialização do peixe e nem das instâncias que discutem a pesca na região.

Em relação ao ato da pesca, percebe-se que este está ainda restrito ao homem-pescador. Estudos realizados no Brasil como o de Maldonado (1986), ao tratar sobre a organização do trabalho na pesca apontam que, há uma tradição que

impede as mulheres de participar da pesca de alto, ou de alto mar; há mitos sobre a sua presença nas embarcações e até mesmo o perigo do seu contato com os equipamentos manejados pelos homens.

Segundo a autora,

(...) em alguns grupos tal contato só é considerado perigoso e, conseqüentemente, proibido, em determinados momentos da vida feminina, como a menstruação ou o puerpério. Em outros grupos a mulher entra nos botes e nem deve, em qualquer hipótese, tocar nas redes, arpões, anzóis, espinhéis, etc; sob pena de atrair reveses e prejuízos à atividade masculina no mar. (Ibid., p.19).

Na comunidade pesquisada, as entrevistadas disseram que não vão para o mar porque já têm outras atividades para fazer em terra. Nenhuma das três mulheres se referiram a algum tipo de proibição quanto à sua presença no mar e não mostraram interesse pela pesca no mar. Já em uma das visitas na vila ouvi de um representante da Associação de Pesca que “*o pescador tem um costume de achar que ele pesca e a mulher tem de ficar em casa trabalhando...*”. O mito da mulher-mãe parece ainda rondar as vilas pesqueiras passando, às vezes, despercebido pela acomodação ou costume da própria população.

Fernández (1994), ao tratar dos mitos sociais diz que estes se inscrevem numa dimensão sóciohistórica de grande relevância, produzem sistemas de significação que viabilizam a produção de consensos de uma sociedade institucionalizados no campo econômico, social, político, simbólico, como também, erótico e subjetivo.

Ao destacar os mitos da mulher-mãe, da passividade erótica feminina e do amor romântico, produzidos no imaginário social, a autora complementa dizendo que os mitos instituem um real e institucionalizam tanto as relações materiais como a subjetividade das pessoas, tornando possível um disciplinamento e policiamento da sociedade.

A reprodução destes mitos através dos discursos científicos, políticos, religiosos, jurídicos repassados nas escolas, na mídia, nas artes e demais esferas criam caminhos para o que ela denomina de *eficácia simbólica* e instituem o feminino e o masculino na sociedade.

De certa forma, os mitos constroem um real único que se apresenta como uma realidade objetiva, natural e ahistórica, desconsiderando o processo histórico e a diversidade de sentimentos, práticas e posicionamentos subjetivos dos atores sociais; “homogeiniza y, por lo tanto, violenta lo diverso.” (Ibid., p. 246).

Através dessa análise da autora, entendo que, no caso da pesca, a reprodução de mitos que se estabelecem nos diversos espaços coletivos, simbolicamente, geram um tipo de violência individual e moral uma vez que fere o direito das mulheres em ocupar espaços de trabalho internalizados como masculinos, como ocorre ainda na pesca.

Embora acredite que seja essa uma maneira de divisão do trabalho, as entrevistadas não verbalizaram tal situação como sendo uma forma de desvalorização e/ou discriminação por sexo. Talvez não conseguem perceber ainda o que está por trás destes mitos. A avaliação delas sobre a desvalorização no trabalho ficou restrita a fase da comercialização e da participação em organizações da pesca, fato percebido durante a análise dos dados.

Sobre a *comercialização* dos produtos, os pescadores fixam os preços do peixe *in natura* pescado por eles, já os produtos que passam pelo processo de beneficiamento têm os preços fixados pelo atravessador. As mulheres cobram sempre um valor abaixo da média de preços na comunidade para poder atrair compradores e garantir a venda.

Quando perguntado sobre como eram estabelecidos os preços dos produtos beneficiados, uma das entrevistadas respondeu:

*Eu não sei. Acho que eles [pescadores] conversam um com o outro. (M1).
(informação verbal).*

O valor pago pelo trabalho das mulheres é pouco em relação ao tempo gasto na atividade e para as entrevistadas isso é uma forma de desvalorizar seu trabalho. É o que dizem:

O trabalho, acho que não é valorizado.. acho que eles exploraram muito as mulheres; é muita mão- de- obra e pagam tão pouco... não dão valor o trabalho que a gente tem né. Pelo preço do camarão e siri não dão valor...isso é um poblema.(pescadora M2). (informação verbal).

A baixa remuneração é motivo de desânimo para uma das entrevistadas e, acredita que seja para as demais também. (fala F2 – entrevista M3).

Explorar que ela quer dizer é assim ,oh: ele tá sempre com o mesmo preço. Anos e anos nunca muda sabe. Quando o preço ta em alta a gente se flui tirando o siri e daqui a dois, três dias eles abaixam o preço para R\$3,00, R\$4,00 . Então não leva a gente pra cima, só leva a gente prá baixo. Então a gente fica desanimada.(pescadora M1). (informação verbal).

No caso das mulheres que trabalham em galpões de pesca, o preço é estabelecido pelo proprietário do estabelecimento que fica com uma porcentagem da venda do camarão descascado ou siri desfiado. Em geral, ele fica com a metade do valor de venda.

A entrevistada M3 que atua na pesca desde a infância, disse que *“sempre foi à mesma coisa, essa coisa de preço”*.

Diversas pesquisas, como as de Bruschini (1994, 2001, 2002) vêm constatando que, embora tenha crescido o número de mulheres em postos de trabalho mais qualificados e melhor remunerados, a baixa remuneração no trabalho feminino ainda persiste, fato evidenciado na fala das entrevistadas.

A desigualdade salarial entre homens e mulheres não pode ser explicada tendo com parâmetros características como nível de escolaridade, horas de trabalho, tipo de ocupação ou vínculo empregatício. A baixa remuneração para as mulheres indica a existência de discriminação em função do gênero no mercado de trabalho. (BRUSCHINI; LOMBARDI, 2001).

Parece-me que a baixa remuneração pelo trabalho da mulher na pesca tem a ver com o encargo doméstico que recebe a atividade de processamento e o lugar que esta atividade ocupa dentro do ciclo da pesca local, ambas razões que favorecem a desvalorização e invisibilidade de seu trabalho. O fato da mulher manusear e preparar o camarão, peixe ou siri não descaracteriza a atividade quando ela a faz para fins de comercialização. Logo, essa atividade não pode ser considerada um encargo doméstico nem mesmo uma ajuda complementar a renda da família.

Outra questão relevante diz respeito a forma como essa atividade de processamento é classificada, ou seja, é vista como um trabalho pelos pescadores? Dependendo da visão que se tenha, a ocupação da mulher nessa atividade pode ser ou não tratada como encargo doméstico.

Bruschini (2002) em suas pesquisas resgata uma mudança que foi importante para a visibilidade do trabalho da mulher, tanto na esfera pública quanto privada. Segundo a autora, o censo de 70 realizado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), ao tentar classificar a situação ocupacional da mulher trazia como 1ª alternativa de resposta a categoria “afazeres domésticos”, o que induzia muitas entrevistadas a se declararem inativas, sem trabalho, pois para a sociedade a mulher casada e/ou mãe tem a reprodução como função prioritária.

Nos levantamentos censitários, o conceito de atividade/inatividade econômica esteve atrelado ao espaço de exercício do trabalho público ou privado. A categoria inativos abrigava indivíduos que não trabalhavam (fora de casa) por motivos de já terem outra fonte de renda ou por serem considerados inaptos para o trabalho, como aposentados e pensionistas, pessoas portadoras de necessidade especiais, estudantes e donas-de-casa. Nesse caso, nem o trabalho doméstico e nem o trabalho extra-lar eram tido como uma atividade produtiva .

No censo de 1970, a má formulação das respostas e até a abordagem do entrevistador favorecia a subclassificação da atividade feminina, exceto nos casos em que a mulher exercia uma atividade claramente (ou socialmente) identificada como profissão, como médica, advogada, dentre outras. Somente no censo de 1980, a atividade feminina foi reconhecida, o que trouxe visibilidade ao trabalho doméstico e a atividade profissional exercido pelas donas-de-casa, como salgadeiras, costureiras, manicures, etc.

Bruschini (2002) aponta ainda que a partir de 1970, os censos e as pesquisas passaram a trabalhar com a hipótese de que homens e mulheres ocupavam espaços diferentes no mercado de trabalho, o que foi referendado pelos estudos de gênero, que apontaram a necessidade de analisar a influência da família na determinação da inserção ou não da mulher no mercado de trabalho.

Em 1990, as Pesquisas Nacionais por Amostragem de Domicílio (PNAD's) incorporaram mais a fundo o conceito de trabalho, o que contribuiu para a legitimação da atividade feminina como trabalho produtivo, independente da (não) remuneração. O novo conceito de trabalho caracterizou as condições de trabalho remunerado, sem remuneração e a produção para o próprio consumo, favoreceu a mensuração das atividades desempenhadas pelas mulheres e incluiu atividades assistenciais e de auto-consumo.

Segundo a autora, este novo conceito de trabalho utilizado nas PNAD's passou a incluir:

a) ocupações remuneradas em dinheiro, mercadoria ou benefícios (moradia, alimentação, roupas, etc.) na produção de bens e serviços; b) ocupações remuneradas em dinheiro ou benefícios no serviço doméstico; c) ocupação sem remuneração na ocupação de bens e serviços, desenvolvidos pelo menos durante 1 hora por semana; em ajuda a membro da unidade domiciliar, conta própria ou empregados; em ajuda a instituição religiosa, assistencial ou de cooperativismo; como aprendiz ou estagiário; d) ocupações desenvolvidas pelo menos 1 hora por semana na produção de bens e serviços e na construção de edificações e benfeitorias para o uso próprio ou de pelo menos um membro da unidade domiciliar. (BRUSCHINI, 1996, p. 8-9).

Ressalto que a remuneração recebida pelas trabalhadoras ainda não é considerada como parte integrante dos recursos financeiros investidos no sustento da família, que se somam ao salário advindos do trabalho do pescador. Com isso, perde-se a noção de que esse trabalho compõe a renda familiar não sendo um dinheiro disponível para gastos supérfluos. Ele compõe a renda familiar e por isso o trabalho merece ser considerado não como uma extensão das tarefas domésticas, mas como uma atividade produtiva que gera renda.

É o que relatam as entrevistadas:

Eu ajudo em casa com dinheiro pra luz, pra água, no que falta. O dinheiro é pra casa. Eu ganho mais ou menos 1 salário; uns R\$360,00 no mês. (M2). (informação verbal).

Gasto todo em casa, com as crianças, com comida, com roupa; não tem nem como guardar, né. (M3). (informação verbal).

Cabe notar que, assim como acontece na vila pesquisada, as comunidades pesqueiras em sua maioria são constituídas por populações de baixo poder aquisitivo, que contam com o trabalho remunerado de todos os membros da família para o suprimento da carência de recursos próprios. Isso inclui o trabalho das mulheres e dos mais jovens.

Outra questão que tem a ver com a baixa remuneração diz respeito ao lugar que ocupa a atividade das mulheres na pesca local. A desvalorização do trabalho da mulher, fruto da desigualdade de gênero, naturaliza a discriminação entre trabalho de pescador e pescadora. Assim, é natural que o homem pesque em alto mar, também é natural que a mulher fique em casa desfiando siri e descascando

camarão. É natural que o pescador saia para vender o peixe, é natural que a mulher não participe das discussões coletivas.

Para Fernández (1994), a naturalização das injustiças entre mulheres e homens não é um processo espontâneo, mas, sim, produzido. Ao mesmo tempo, é um processo que gera feridas simbólicas por causar sofrimentos, mal-estar, muitas vezes não visíveis.

Esta violação de direitos têm sido não apenas física, existem outras formas menos aparentes e não menos eficazes como a desigualdade de dinheiro, poder, responsabilidades domésticas e de trabalho.

No mundo do trabalho, esta violência invisível está presente no imaginário social e contribui para que as mulheres circulem pela vida pública e privada como uma significativa desigualdade de oportunidades. (FERNÁNDEZ, 1994).

Abordar a violência de gênero leva-nos a questionar os processos que naturalizam e tornam invisíveis o trabalho feminino na pesca, como também, a buscar alternativas para desocultamento da desvalorização e discriminação do mesmo.

Ao refletir sobre a segregação socioespacial no trabalho da pesca, penso que a atividade de processamento desenvolvida pelas mulheres tem sido considerada como uma atividade complementar. Esta relação que confere diferente grau de importância entre o trabalho de pescador e de quem atua no processamento de pescado, implica no tratamento e visibilidade que a sociedade e órgãos públicos e a própria comunidade dá a atividade feminina no contexto da pesca. Não se pode negar que, apesar de não ser uma profissão regulamentada, a atividade de processamento é considerada uma atividade produtiva realizada, por vezes, em galpões de pesca ou no próprio domicílio. Por isso necessita ser reconhecida como trabalho, pois dispense de mão de obra, matéria-prima e tempo, assim como o ofício do pescador.

4.3.2 A seguridade social no setor da pesca: os direitos previdenciários

A Seguridade Social é a política pública de proteção integrada da cidadania que atua juntamente com a Saúde e a Assistência Social e tem como objetivo reconhecer e conceder direitos aos segurados.

De acordo com o Decreto nº 3048/99, que regulamenta a Previdência Social, são considerados segurados empregados, empregados domésticos, trabalhador avulso e contribuintes individuais. Na categoria Segurado Especial estão o produtor, o parceiro, o meeiro e o arrendatário rural, o pescador artesanal e seus assemelhados, que exerça suas atividades individualmente ou em regime de economia familiar, com ou sem auxílio eventual de terceiros, bem como seus respectivos cônjuges ou companheiros e filhos maiores de 16 anos de idade ou a eles equiparados, desde que trabalhem comprovadamente com o grupo familiar respectivo.

No âmbito da pesca, existem 3 tipos de segurado especial:

a) o pescador artesanal ou assemelhado que é definido como aquele que, individualmente, ou em regime de economia familiar, faz da pesca sua profissão habitual ou meio principal de vida, desde que, caso utilize embarcações, esta não ultrapasse 06 toneladas de capacidade; não possua emprego, podendo, eventualmente, ter a ajuda de terceiros;

b) o mariscador que é aquele que sem utilizar embarcações exerce atividade de captura ou extração de elementos animais ou vegetais que tenham na água seu meio normal ou mais freqüente de vida, na beira do mar, rio ou lagoa;

c) o assemelhado que é o caranguejeiro, limpador de pescado, catador de algas e observador de cardumes. É neste último que se enquadra as mulheres que realizam o beneficiamento de pescado como é o caso das entrevistadas.

Na história da assistência social, as primeiras medidas de seguridade social no Brasil surgiram no séc.XIX e tinham como segurados apenas servidores civis e seus dependentes. Nos anos 30, com o processo de industrialização foram instituídos vários benefícios previdenciários para trabalhadores urbanos do setor formal da economia.

Já na década de 60, a seguridade social ampliou-se para outras categorias profissionais até então desprotegidas como a dos trabalhadores rurais – dentre eles os pescadores artesanais – de forma parcial, ou seja, não tinham direito a todos os benefícios dos trabalhadores urbanos. A equiparação se deu através da Constituição de 88, que trouxe a universalização dos direitos, e da Lei 8.213/91 que tratou da inclusão integral dos trabalhadores rurais no sistema de seguridade social. (LOURENÇO; HENKEL; MANESCHI, 2006).

Nota-se que os profissionais que têm a pesca como profissão ou principal meio de obtenção de recursos financeiros próprios necessitam do registro profissional e da Licença Ambiental para o exercício de sua atividade de produção. A regulamentação da profissão de pescador se dá mediante os seguintes documentos necessários para a realização legal da pesca: Carteira de Pescador Profissional emitido pela SEAP, Caderneta de Inscrição Pessoal emitida pela Capitania dos Portos, Licença Ambiental (IBAMA); além desta documentação é necessário obter a Permissão de Pesca e o Registro Geral da Pesca (RGP) que tem como órgão gestor as SEAP's regionais.

No caso das mulheres que atuam no beneficiamento fazendo a limpeza de peixe, siri ou camarão a atividade não é regulamentada como profissão o que prejudica as trabalhadoras em termos de valorização e visibilidade do trabalho.

Para fins de comprovação do trabalho realizado o pescador necessita de apresentação no INSS dos documentos profissionais; como o trabalho de processamento não possui documentação profissional específica as trabalhadoras necessitam de apresentação de documento como declaração de terceiros e da Colônia de Pescadores que comprove o exercício do trabalho ou Notas do Talão Modelo 15¹, utilizado também pelos agricultores, que comprova a venda efetuada no ano. Mas muitas delas desconhecem esses registros e por isso, na hora de solicitar algum benefício social encontram dificuldades.

O desconhecimento dessa informação é constante entre os pescadores e demais trabalhadoras da pesca.

Para essa categoria profissional, o registro é considerado um documento de identificação do pescador profissional industrial ou artesanal que ampara os trabalhadores da pesca quanto aos direitos e benefícios a que têm direito.

Em geral, as mulheres-trabalhadoras da pesca exercem sua atividade no quintal de suas casas ou em galpões de pesca. Observei que em ambos os locais a infra-estrutura disponível encontra-se em condições precárias para o trabalho. As inadequadas condições de trabalho caracterizadas pelas instalações físicas improvisadas e precárias e pela insalubridade, somadas ao tipo de trabalho manual

¹ O chamado Talão Modelo 15 é usualmente utilizado pelos trabalhadores rurais para registrar a venda da safra anual. No caso das trabalhadoras que atuam no beneficiamento de pescado, pode-se registrar a venda do camarão descascado, do siri desfiado ou da filetagem do peixe; este registro serve como documento comprobatório da atividade e dá direito ao trabalhador de requerer qualquer benefício da previdência social.

podem contribuir para o surgimento de doenças respiratórias ou lesões por esforço repetitivo .

Diante disso, torna-se necessário a garantia dos direitos previdenciários das profissionais da pesca. Mas, embora já exista o benefício para a categoria profissional, este continua sendo pouco solicitado pelos homens e menos ainda pelas mulheres.

O levantamento de pescadores artesanais de 2001, apontado por Garcez; Sanchez-Botero (2005), revela que no estuário da Lagoa dos Patos existem ainda 1900 pescadores sem documentação dos 7500 pescadores identificados.

Através da pesquisa, percebi que o desconhecimento da regulamentação e legislação da profissão por parte dos trabalhadores da pesca pode ter como uma das causas a forma como são vistas e repassadas as informações sobre os direitos previdenciários pelas instituições ligada ao setor pesqueiro, os quais seriam um dos responsáveis pela divulgação e propagação dos mesmos .

Tal situação foi evidenciada na fala de um dos técnicos da Secretaria Especial de Agricultura e Pesca (SEAP), responsável pelo cadastro e registro dos pescadores, o qual disse que *“a mulher pega o registro só para pegar o dinheiro do seguro”*.

Essa fala dita, por uma mulher, mostra que, segundo a opinião de um técnico que atua na orientação profissional, a pescadora só faz o registro para ter acesso aos benefícios previdenciários, como se o seu trabalho não lhe desse esse direito.

A pesquisa de Lima (2003, p. 61) realizada em comunidades pesqueiras do litoral do Pará demonstra que a atividade profissional dessas trabalhadoras ainda não é considerada como um trabalho por muitos organismos ligados à pesca. É o que revela um trecho de seu estudo:

Em entrevista realizada com o presidente da Colônia Z-9, o mesmo relata que ocorre um certo equívoco por parte das entidades governamentais que atendem as trabalhadoras rurais, pois, quando a mulher, seja ela pescadora, agricultora ou dona-de-casa, vai procurar atendimento em alguns órgãos, não é vista enquanto partícipe de alguma atividade produtiva, mas, sim, como simples dona-de-casa reproduzindo com isso a desvalorização da mão-de-obra feminina.

A falta de informação está presente na fala de uma das entrevistadas que diz que:

O maior problema da gente trabalhar nessa área é não ter uma garantia, uma carteira assinada; a gente trabalha como se fosse por conta própria; a gente não tem garantia de nada. (pescadora M3). (informação verbal).

As demais entrevistadas, apesar de já atuarem há mais de 10 anos na pesca ainda não possuem a carteira de pesca.

Os estudos de Lourenço, Henkel, Maneschy (2006) apontaram como principais dificuldades de acesso à seguridade social, na visão dos pescadores e lideranças comunitárias:

- o baixo nível de informação, principalmente se o pescador não for filiado à colônia, já que muitos municípios não têm representação do INSS;
- falta de documentação pessoal completa: carteira de habilitação para pescador, PIS/PASEP, carteira marítima;
- ausência de representantes locais de órgãos públicos;
- excesso de burocracia;
- discriminação da categoria por parte dos servidores do INSS.

Para as autoras, as desigualdades de gênero reproduzidas no mundo do trabalho interferem no acesso das mulheres aos direitos previdenciários.

Esse diferencial se forma, entre outros, pelo fato de, proporcionalmente, as mulheres ocuparem postos de trabalhos mais precários que se caracterizam entre outros: a) por apresentar carga horária de trabalho muito reduzida ou muito elevada; b) por sua intermitência no mercado de corrente da necessidade de conciliar a atividade econômica, maternidade e tarefas domésticas; c) por uma expressiva inserção no mercado informal; d) por apresentar taxas de desemprego maiores do que as dos homens; e) pelo baixo nível de rendimentos. (Ibid., p.35).

No caso das mulheres que pescam, as autoras levantaram outros aspectos que dificultam o acesso das mulheres aos benefícios: burocratismo estatal – além do atestado da colônia, a pescadora precisa apresentar outros documentos como comprovante de matrícula dos filhos na escola, certidão de casamento, recibos de compra a crédito em estabelecimentos comerciais, registros em hospitais e centros de saúde – e discriminação pela aparência física – existindo uma visão estereotipada da pescadora que deve ter aparência rude.

É importante ressaltar que a maioria das mulheres que trabalham em atividades da pesca – processadoras de pescado ou pescadoras – são

casadas/amaziadas com pescadores, o que lhes dá o direito de acesso aos benefícios da previdência social por estes se estenderem aos cônjuges, companheiros e filhos de pescadores. Mas, enquanto trabalhadoras deste setor elas têm acesso direto a estes benefícios e muitas não sabem dessa informação; esse desconhecimento intensifica os laços de dependência da mulher do pescador em relação ao marido, pois a mesma é vista como mulher de pescador e não como trabalhadora.

Outra questão relevante diz respeito ao seguro-desemprego (no valor de um salário mínimo) recebido pelo pescador nos períodos de defeso. As mulheres que processam pescado não possuem este benefício e deixam de contribuir na renda familiar, pois a família sobrevive nestes períodos apenas com o benefício recebido pelo pescador. Acredito que as mulheres também deveriam receber este seguro, uma vez que têm na pesca seu meio de vida e, estão sujeitas assim como os pescadores, a situações naturais que exigem interrupção da ação humana na extração ou beneficiamento dos recursos naturais em respeito à reprodução e regeneração do meio ambiente, como é o caso dos períodos de defeso.

Essa problemática vem marcando a trajetória de vida dessas mulheres e retrata a situação atual das trabalhadoras, influi no reconhecimento e visibilidade do trabalho e na valorização da profissão. Por isso requer uma atenção especial por parte de governantes e seus representantes, pesquisadores e da própria categoria a fim de que se encontrem alternativas para que as trabalhadoras façam uso de seus direitos.

4.3.3 A organização social das mulheres que atuam no setor da pesca

Quando se trata da interação das trabalhadoras nas instâncias participativas ligadas ao setor da pesca, observa-se que a mulher permanece ausente dos processos decisórios coletivos.

Segundo um representante da Associação de Pesca local havia, no período da pesquisa, apenas três mulheres dentre os 21 homens associados: a 2ª secretária, que é esposa do representante legal da associação; a 2ª tesoureira, que é esposa do 1º tesoureiro e que auxilia o marido na contabilidade visto que este “*não sabe lidar muito com isso*”; e, por último, uma antiga pescadora cujo marido não faz parte da associação e que atua no processamento de peixes.

Ao indagar as participantes da pesquisa o motivo pelo qual não participam das reuniões da associação, houve unanimidade nas respostas. Elas dizem que nunca foram convidadas para tal e por isso “*só quem participa são os homem, os pescador*”, conforme dito pela pescadora M2. É o que relatam:

As mulher nunca foram convidada; quem é convidado é os homem. Quando a gente sabe já acabou. Os homem é que são mais de reunião; a gente nunca foi. (pescadora M1). (informação verbal).

Porque nunca teve assim uma oportunidade pras mulher; é sempre a oportunidade é mais pra homem. (pescadora M2). (informação verbal).

Ao perguntar se elas alguma vez foram convidadas a participar de reuniões a entrevistada M3 disse:

Olha... se chamam é porque as mulher não têm interesse. Nunca chegou aos meu ouvido.. 'olha vai ter reunião pras mulhé!' Isso aí nunca teve. (informação verbal).

Já um dos representantes da associação disse que as mulheres não vão porque não tem interesse. Segundo ele “*os pescadores não chama por isso*”. Geralmente as reuniões acontecem no horário da noite ou no domingo pela manhã, parece-me que isso dificulta a participação das esposas por ser um horário em que elas estão envolvidas com almoço, jantar ou alguma outra tarefa doméstica.

As associações ou cooperativas de pesca representam a instância de decisão mais próxima dos trabalhadores. Estes empreendimentos – enquadrados no sistema de economia solidária – estão pautados em valores solidários não podendo haver qualquer tipo de discriminação de gênero, classe, raça. (CATTANI, 2003). A partir das narrativas considero que estes grupos encontram-se masculinizados, o que impede a inserção das trabalhadoras, se traduzindo numa barreira cultural.

Como consequência, as trabalhadoras não são convidadas e não se arriscam em participar das reuniões por não se sentirem co-participantes dos processos decisivos que envolvem o mundo da pesca. Já os pescadores acreditam que elas não têm interesse por crerem que esse tipo de assunto não tem nada a ver com elas. Isto leva-nos pensar na questão da violência invisível sofrida por essas trabalhadoras por terem seu direito de voz negado.

A não participação da mulher nas organizações da pesca torna difícil a luta pela valorização, visibilidade e direitos sociais das trabalhadoras, pois as

discussões tendem a privilegiar apenas os pescadores já que não se tem uma voz feminina nesse espaço. Assim, cada vez mais as mulheres se afastam do processo decisório sobre a atividade pesqueira da localidade e conseqüentemente da região.

Quanto às informações e decisões tomadas pela associação de pesca da Vila pesquisada, as entrevistadas dizem desconhecer as negociações que estão em pauta ou os informes repassados. Apesar disso, disseram que gostariam de ficar sabendo sobre as decisões.

Durante uma das visitas a associação de pesca da comunidade conversei com uma esposa de pescador associado, a qual relatou o seguinte fato:

Os homens não convidam a gente pra reunião nenhuma. A gente nunca ia a reunião porque P. (esposo, pescador) nunca me chamava para participar. Ele saía às vezes sem falar que estava pra reunião. Até que um dia R. (outro pescador) falou numa reunião que os homens deveriam chamar as mulheres pra participar. Aí eu comecei a ficar interessada e ele passou a me convidar. (L- pescadora). (informação verbal).

Em tom irônico um dos pescadores associados me disse que “ *os homens têm medo de perder o direito a voto para elas; medo de perder nas votações; medo delas tomar conta*”

Isso mostra que os próprios pescadores reconhecem o potencial de luta das mulheres e se intimidam ante a possibilidade da mulher compartilhar – e não ocupar – um espaço que é público e de direito a qualquer trabalhador independente do sexo ou gênero.

Esta situação vivenciada pelas entrevistadas vai ao encontro das discussões sobre o poder nas relações sociais de gênero feitas em capítulos anteriores deste estudo.

Sobre a questão, Fernández (1994) o poder nas relações põe em funcionamento formas produtivas que geram valores, motivações e desejos condizentes para a manutenção e produção do consenso na sociedade. Aqui está em jogo o poder das mulheres de estar presente nas associações de pesca, o poder de se fazer ouvir, o poder de decidir, o poder de conhecer o decidido. São estes poderes que lhe são negados e violados de forma sutil e invisível.

As lutas pela emancipação feminina, no caso as trabalhadoras da pesca, tendem a recolocar nas mãos das mulheres um poder que nunca foi perdido, mas que está apagado.

A história de luta das mulheres foi marcada por momentos de grande conturbação: a luta pelos direitos de trabalhar, de votar e de ser livre sexualmente sempre causou desconforto na sociedade que criou uma imagem “degenerada” da mulher, conforme analisa Rago (1997) ao tratar das práticas libertárias de feministas.

Apesar desses estereótipos, outras tantas mulheres não têm se intimidado; os movimentos de luta pela emancipação têm crescido. Um exemplo vem ocorrendo com as pescadoras no Chile, conforme informações do artigo publicado na revista YEMAYA de agosto de 2005, as pescadoras reivindicam a inclusão de sua categoria profissional no projeto da OIT (Organização Internacional do Trabalho) sobre o trabalho no setor pesqueiro, através de um manifesto pronunciado pelo Coletivo Internacional de Apoio às Trabalhadoras da Pesca (ICSF) na 93ª Conferência Internacional do Trabalho. As pescadoras propõem a ampliação da proteção à saúde e dos benefícios sociais e uma redefinição do termo “pescador”, a fim de que inclua os trabalhadores que atuam na costa e que não, necessariamente, utilizem embarcações. Isso favoreceria a visibilidade dessas trabalhadoras.

A mulher por sua vez parece ter se acomodado a essa situação de estar fora do processo de decisão dos assuntos sobre a pesca no âmbito da comunidade pesquisada e da região da Lagoa dos Patos.

A desmobilização das mulheres está retratada na fala das entrevistadas, quando perguntado se na história da comunidade alguma vez houve uma mobilização das mulheres ,com ou sem a presença os pescadores, em prol de seus direitos:

Nunca teve e nunca ninguém veio aqui. aqui nunca ninguém se uniu; aqui cada um vende para seu comprador. O que pega por maior preço a gente corre pra ele.(pescadora M1). (informação verbal).

Olha, eu acho que a classe da mulher que lida com pescado é muito acomodada; e que eu saiba não tem esses movimentos assim; às vezes assim, vc quer buscar uma melhora mas as pessoas são muito acomodadas, tem muito medo de enfrentar talvez até uma situação de risco e as pessoas se acomodam e não vão mesmo em busca de melhoras.(pescadora M3). (informação verbal).

As narrativas apresentadas neste tópico do capítulo 4, fazem-me compreender que grande parte das mulheres vêm atuando em sua trajetória na vila pesquisada como expectadoras no processo de negociação/decisão da pesca local. Mesmo sabendo do potencial de luta das mulheres, os homens não abrem mão de

comandar as instâncias coletivas e não fazem questão de partilhar estes espaços com elas.

Parece-me que seriam importantes ações que desencadeassem um processo de empoderamento das mulheres, sendo este o desafio posto para pesquisadores, para as entrevistadas e demais mulheres. Espero que este estudo venha a contribuir de alguma forma para alavancar este processo e que sirva de estímulo a busca da emancipação das trabalhadoras do setor da pesca, a começar pelas entrevistadas.

4.4 APESAR DE TUDO A VIDA CONTINUA... E O QUE NOS RESTA A FAZER ?

A intenção deste estudo foi conhecer a trajetória das mulheres que atuam no processamento de pescado da Vila pesquisada mas, também, conhecer as perspectivas futuras que as entrevistadas possuem em meio a trajetória vivenciada até o momento.

A necessidade dessa investigação ficou latente principalmente quando as participantes da pesquisa identificaram uma desmobilização que se torna uma barreira para qualquer tipo de luta contra a desvalorização no trabalho, a que estão submetidas no âmbito da atividade pesqueira da comunidade.

4.4.1 Falando em projeto de vida ...

Em relação as expectativas futuras, as mulheres entrevistadas foram unânimes em dizer que a atividade de processamento “*não tem futuro*” e por isso pretendem deixar a pesca pois “*cada vez mais vai ficar difícil tanto para o homem quanto para a mulher*” (pescadora M3).

Além da baixa remuneração do trabalho as entrevistadas apontaram o esgotamento do ecossistema como principal motivação para abandonarem a atividade pois não acreditam em mudanças que favoreçam a permanência nessa atividade :

Acho que vai piorar; a tendência é piorar cada vez mais porque antes você pegava 600 quilos de camarão, hoje se pega 50 quilos; daqui há uns 10 anos você vai pegar 5 quilos. Então assim oh, que futuro pode ter a pescaria? (pescadora M3). (informação verbal).

Eu acho que a tendência é piorar também porque a cada vez tem menos camarão, siri, peixe; na semana santa antigamente a gente ia e enchia as caixas aqui na frente pra vender e agora não tem nem quase pra comer. E cada vez vai ser pior, não vai melhorar. (pescadora M1). (informação verbal).

Eu acho que vai piorar; já não tem mais camarão, siri; tem muito pouco; vai piorar; eu creio que daqui mais uns 05 anos por aí já vai tá ruim. É o que eu acho. (pescadora M2). (informação verbal).

É interessante notar que nos capítulos anteriores, ao falarem sobre a percepção do cotidiano de trabalho, as trabalhadoras não mencionaram o esgotamento que vem sofrendo a região estuarina, essa categoria somente foi apontada quando se falou em futuro. Este fato nos adverte, pois que a escassez parece ter implicações apenas no futuro e não na realidade atual das trabalhadoras.

Em relação aos *recursos naturais disponíveis*, as entrevistadas recordam que havia uma fartura de peixes e camarão na Lagoa que garantia uma boa pescaria e bastante trabalho para as mulheres. O pescador chegava da lagoa sempre com muito peixe e camarão e para sua esposa nunca faltava serviço.

Mas antes, no tempo dos meus pais e meus avós, o pescador chegava na praia com 600 quilos de camarão; e hoje você vai ali e eles chegam com 40, 50 quilos; quando chega a 100 quilos tem de levantar as mãos pra o céu; acho que essa é a grande diferença de antes para agora (pescadora M3). (informação verbal).

Para as entrevistadas, a escassez de recursos naturais deve-se por dois motivos: o *primeiro*, diz respeito à entrada das embarcações de porte industrial no canal da Lagoa, as chamadas *traineiras*², principalmente os barcos vindos do Estado de Santa Catarina. Estes barcos vêm explorar o litoral sul e os pescadores daqui costumam chamar os pescadores catarinenses de “os catarinas”. Segundo a entrevistada M1,

Os Catarina vêm tudo aqui pra cá pra Rio Grande pescar na safra com os barco grande; vêm muitos pra cá então acaba com a pesca; ficam lá fora com os barco grande e tudo né... e não entra peixe pra cá, nem camarão; acaba com a pesca. (pescadora M1). (informação verbal).

A fala da entrevistada M3 vem reforçar essa situação:

² Em seus estudos no estuário da Lagoa dos Patos, COSTA(2004), identificou como o principal problema que afeta a pesca artesanal a presença das *traineiras* – que impedem a passagem dos cardumes para o estuário – seguido do escoamento pluvial (responsável pela alteração da salinidade da Lagoa), da pesca predatória e, em último lugar, a falta de fiscalização dos órgãos competentes.

Agora as traineiras fecham o canal da Barra e o peixe não entra pra Lagoa. Não tem mais para onde ir, ficou uma situação que o grande barco ta cada vez mais tomando conta e aqueles que não têm barco grande não têm mais como pescar. (pescadora M3). (informação verbal).

As famílias de pescadores artesanais vêm sofrendo ao longo dos anos por presenciarem uma descontrolada exploração no setor pesqueiro, ocasionada pela competição por parte das indústrias de pescado. Os produtos oferecidos pelas unidades familiares só conseguem atingir uma pequena fatia do mercado dominado por atravessadores e empresas do ramo. Apesar de tais dificuldades, a pesca artesanal ainda sobrevive e se reproduz no interior das vilas pesqueiras, que têm assistido e convivido cotidianamente com as conseqüências da degradação do ecossistema local para a atividade da pesca .

É importante notar a relação de dependência entre os pescadores e as empresas de pescado. Os pescadores, em muitos casos, atuam como formadores de capital para o setor da indústria, pois repassam sua produção para as empresas, além de servirem como mão-de-obra na pesca industrial. (DIEGUES, 1983).

Em *segundo* lugar, o esgotamento dos recursos naturais é atribuído pelas entrevistadas às migrações de famílias do interior da cidade e até de outros municípios, que ao disputar espaço no mercado de pesca com as famílias tradicionais da vila praticam a pesca na lagoa intensificando a exploração do ecossistema local e, em conseqüência, acelerando o seu processo de esgotamento³.

Fazendo um paralelo com estudos de D’Incao (1990,1991) que tratam do esgotamento na região estuarina, foi observado que no caso do camarão, “*O desembarque total de camarão-rosa cresceu até 1972 (16.028 t), diminuindo a seguir, com oscilações importantes nos anos de 1979 (12.780 t) e 1985 (12.511 t), até atingir valores extremamente baixos em 1998 e 1999 (2.008 e 2.207 t, respectivamente)*”. Segundo estes estudos, a produção de camarões na área em estudo é grandemente influenciada pela extrema variabilidade das safras anuais de camarão-rosa juvenil do estuário da Lagoa dos Patos relacionada a fatores ambientais, principalmente pluviosidade e direção do vento.

Embora os estudos não apontem a ação humana como a principal causa do esgotamento do camarão, o que não ocorre com as demais espécies que vêm

³ Lijla (1999) e Altmayer (1999) apontam a sobre-exploração e a pesca predatória como outros agentes causadores do decréscimo da produção pesqueira no estuário.

sofrendo com a degradação do meio por causa da ação incontrolada dos pescadores . Segundo Reis; D'incao (2000) a administração do recurso na Lagoa dos Patos vem sendo bastante modificada nos últimos anos, pela introdução do gerenciamento compartilhado com toda a comunidade envolvida na pescaria , sendo este um avanço para a busca de alternativas que garantam o futuro da pesca na região.

É importante salientar que a comunidade pesquisada é composta por um significativo número de famílias migrantes da Ilha de Torotama, que vieram para ocupar a área que compreende a Vila São Miguel e arredores em virtude do esgotamento dos estoques pesqueiros da referida Ilha. Para a entrevistada M3, *“lá na Ilha é bem mais difícil, tem menos chances de trabalho, tem menos material, tem menos pescado pra gente trabalhar, aqui é bem mais.”*

Segundo as entrevistadas, as famílias da Vila São Miguel vieram de Torotama à procura de novos empregos na pesca ou na indústria pois *“a vida na Ilha era muito difícil, é longe de tudo.”* (M3).

Essa informação leva-nos a compreender que assim como as gerações passadas esgotaram o ambiente natural da Ilha, as novas gerações estão repetindo também o processo de degradação ambiental na vila pesquisada. Isto mostra que o problema ambiental também é de responsabilidade das famílias que primeiramente ocuparam a vila e não somente dos novos moradores, como admitem as entrevistadas que não demonstraram serem co-responsáveis pela escassez dos recursos naturais da vila.

Pelas falas, a culpa é atribuída ao OUTRO, seja das famílias migrantes, seja dos “catarinas”. Nota-se que as famílias estão procedendo da mesma forma que os seus antepassados no que tange ao uso do ecossistema local. A pesca predatória e desenfreada vem acelerando o esgotamento dos recursos naturais mostrando que o passado parece estar se repetindo, mesmo numa era em que se fala tanto em desenvolvimento sustentável. Podemos dizer que são reproduções de consensos sobre o modo de utilização do meio natural, que estão se repetindo nas gerações.

Talvez devêssemos nos perguntar: Que informações essas famílias têm ou conseguiram apreender sobre a necessidade de conservação do meio para garantir a sua própria subsistência? O que nós educadores ambientais já compartilhamos com essas comunidades? Ficam essas questões para reflexão do nosso papel enquanto pesquisadores comprometidos com a intervenção na realidade e da

academia no seu papel de extensão universitária, que tem o compromisso de realizar ações visando estreitar os laços entre a universidade e a comunidade e o seu desenvolvimento .

Estas questões podem contribuir para a elaboração de um novo estudo a partir da pesquisadora ou de outros que queiram se aventurar nessa temática. É uma sugestão que começa a emergir neste momento da análise e em meio a tantas possibilidades apresentadas no ato de contar sobre o futuro.

As mulheres entrevistadas não vêem possibilidades de mudança na situação em que se encontra a pesca, o que vem afetar a continuidade no exercício da prática de processamento. Quando indagadas sobre a possibilidade de deixar a atividade as entrevistadas responderam:

Eu seria babá porque adoro criança (pescadora M1). (informação verbal).

Mudaria; faria qualquer coisa; até varria a rua; faria qualquer coisa.(pescadora M2). (informação verbal).

Olha, hoje em dia ta tudo tão difícil né pra conseguir; eu mesmo nunca trabalhei em outra coisa, só fazendo faxina, mas outro serviço eu nunca trabalhei, mas to batalhando pra isso.(pescadora M3). (informação verbal).

Observa-se que as entrevistadas M1 e M2 disseram que se houvesse oportunidade mudariam de atividade, por enquanto não o fizeram de fato. Talvez pelas implicações que esta mudança traria para a família (mudança de rotina na casa e inserção num novo ambiente de trabalho extra-domiciliar) e para si mesmas (o convívio com o “novo”).

Contrapondo, a entrevistada M3 disse já estar “batalhando” para sair da profissão apesar de sentir uma discriminação por parte de outras mulheres por querer mudar de vida:

Se você fala que vai estudar e diz ‘ tu não quer estudar?’ elas te criticam; acham que isso é palhaçada porque tu não vai conseguir ser mais nada porque você já ta velha. Eu cansei de escutar isso quando eu voltei a estudar há dois anos atrás; eu escutava : “ na idade que tu tá porque vai estudar? Dá estudo pro teu filho!”; eu tinha 26 anos e ouvia isso; então elas se acomodam naquilo ali; até colocar na cabeça deles que vai melhorar é bem difícil. (informação verbal).

Essa fala mostra que há uma discriminação da própria mulher em relação a atitude de outras mulheres que buscam uma mudança de vida, que lutam por uma melhor qualidade de vida seja profissional ou pessoal. Compreendo que para estas

mulheres o cotidiano deu lugar à acomodação, o que está impedindo quaisquer atitudes que poderiam levar a um empreendedorismo social.

Para essa entrevistada as pessoas estão cada vez mais individualistas e só pensam no hoje, sem almejar um futuro diferente:

Se tu olhar as pessoas acham que o que ganhou hoje ta bom; não visam uma melhora para hoje , amanhã; não buscam uma melhora; se trabalhou essa semana não interessa o amanhã; querem ganhar o seu dinheirinho pra comprar a comida de hoje...é, é bem aquela coisa assim; tu vê ali ...esse ano eu trabalhei ali e tu larga 03 quilos de camarão; aí cada um quer fazer mais que o outro; não é aquela coisa assim de grupo “Vamos se ajudar!” Não, é assim: o que eu ganhar ta bom. É assim. Mas vc sabe que desde que eu me conheço por gente sempre foi assim; já vem das pessoas aquela coisa de querer mais pra si; o pouco que tem querem mais pra si. (informação verbal).

A acomodação pode estar atrelada à condição natural da mulher, ou seja, do estereótipo esperado pela sociedade (casar e ter filhos, cuidar da casa e do marido e educação dos filhos), deixando em segundo plano realizações e desejos de outra natureza. Isto é o que Fernández (1994, p. 247) chamaria de o mito da *mujer-madre*:

En el mito mujer-madre, no es lo mismo decir “para ser madre se necesita ser mujer”, que “para ser mujer se necesita ser madre”; sin embargo, esta ecuación de gran eficacia simbólica en nuestra cultura ha vuelto equivalentes ambos términos de la ecuación.”

Diante da problemática vivenciada pelas mulheres, as entrevistadas não souberam indicar alternativas para tentar solucionar os problemas do esgotamento no ecossistema, que dizem interferir na atividade laborativa:

Solução pra isso eu não sei te dizer, não sei mesmo. (pescadora M1)”. (informação verbal).

A entrevistada M3 também não acredita em solução para a situação atual da pesca:

Eu não sei o que poderia ser feito; também já me perguntaram isso algumas vezes. Eu não sei. Acho que é uma coisa da natureza e a natureza é difícil o homem meter a mão dele né. Mas, eu não vejo futuro na pescaria. (informação verbal).

Nesta narrativa, está presente a noção de “natureza intocada”, na qual o homem, “destruidor do mundo natural, não teria direito de dominar a natureza” conforme aborda Diegues (1996, p. 45) em seu livro “O mito da natureza intocada”.

A entrevistada M3 ainda complementa sua resposta:

Em matéria de natureza eu não vejo solução; eu não tenho idéia de quantos pescadores tenham aqui no estado e principalmente aqui em Rio Grande. E como você vai fazer para reproduzir ao ponto de vir 600 quilos de camarão de novo para cada pescador? Quantos anos vai ter de parar de pescar? E o que tu vai se fazer com esses pescadores?Vão se manter como? Vão sustentar as famílias como?Eu não vejo uma solução para isso. (informação verbal).

Já a entrevistada M2, acredita na seguinte solução:

Eu acho que a solução seria aqueles barco grande que não deixa entrar as coisa pra cá ; acho que essa seria a solução sim; os homem alí, os lbamas, se prendesse um pouco aqueles barco acho que iria melhorar; mas aí teria que prender eles lá fora né, pra deixar as coisa entrar porque eles não tão deixando as coisa entrar. (informação verbal).

Nota-se que essa fala apresenta sinais de uma consciência política por parte da entrevistada ao conseguir enxergar um dos focos do problema. A entrevistada demonstra que é possível se fazer algo para tentar solucionar o problema. Compartilhar essa idéia com as demais seria uma forma de discutir coletivamente a questão.

Embora saibamos da ineficiência da fiscalização de tal órgão público nas áreas costeiras, assunto há muito tempo em discussão em grupos de trabalho, como o Fórum da Lagoa dos Patos, que é formado por trabalhadores da pesca e poder público, é importante partir desse ponto numa discussão com as trabalhadoras. Isto se torna necessário para que as demais conheçam o que vem sendo discutido pelos seus companheiros nessas reuniões e se sintam colaboradoras no sentido de proporem novas estratégias de ação.

Quanto à *rotina diária* das mulheres, as entrevistadas não souberam apontar outras saídas, projetando continuar na mesma correria de sempre:

Acho que vai ser a mesma coisa porque é a lida né? Se nunca mudou acho que não vai mudar mais. Todos os anos é sempre a mesma rotina. Enquanto eles tiverem pescando a rotina vai ser a mesma.(pescadora M1). (informação verbal).

Eu acho que a rotina, tudo isso não vai mudar. O preço é pouco e pra melhorar só se o marido tivesse outro trabalho. Enquanto ele for pescador essa rotina que a mulher tem vai ser sempre a mesma: a de tirar o camarão, casa ... não vai mudar acho que tão cedo não.(pescadora M2). (informação verbal).

Essa falas mostram o quanto a rotina está impregnada de conceitos sobre a situação , ou melhor, condição da mulher – esposa de pescador. Acredito que essa visão fatalista impede-as de enxergar uma outra forma de relação entre as mulheres e homens da comunidade. Isso mostra também como essa visão tende a ser repassada pelas gerações.pois os filhos presenciam essas falas e podem criar conceitos sobre o futuro, muitas vezes fixo, imutável e com poucas possibilidades de uma intervenção humana .

Diante da falta de perspectivas, aproveitei para refletir com as mulheres sobre a importância do processo de mobilização das trabalhadoras da pesca, sendo esse um passo essencial para se chegar a novas conquistas para a categoria profissional e para se projetar o futuro. Quando perguntado sobre a possibilidade de organização as entrevistadas responderam:

Elas são muito desunidas; nós aqui no pátio somos unido ; somos da mesma família então somos unido; agora as outros aí da rua, o resto é tudo desunido. (pescadora M2). (informação verbal).

É difícil; acho muito difícil porque duas, três querem e quatro, cinco não querem; então eu acho muito difícil isso; arrumar assim alguém que faça alguma coisa pra melhor assim sabe é difícil; é só de boca; não vão fazer nada.(pescadora M1). (informação verbal).

Apesar da dificuldade em se reunir as trabalhadoras entrevistadas concordam em dizer que se houvesse uma ação coletiva delas “*melhoraria bastante*”, mas segundo M3, “*é difícil juntar todo mundo, pode ser que essas pessoas se unam*”. Segundo elas, as pessoas estão muito ocupadas com as tarefas de casa e isso faz com que não tenham tempo para reuniões.

Isso só faz aumentar a distância da mulher das decisões que cercam o mundo do trabalho. Parece que a iniciativa precisa partir delas próprias, pois quem está se sentindo no prejuízo são elas e não os pescadores.Talvez seja interessante fazer essa discussão com elas numa outra oportunidade.

Após ouvir os relatos, indaguei se as entrevistadas teriam alguma proposta para incentivar a organização das trabalhadoras, as quais responderam não ter nenhuma sugestão:

Não sei; não faço nem idéia o que fazer pra essas mulheres se acordarem e se unirem. Não tenho nem idéia.(pescadora M2) (informação verbal)..

Eu também não tenho a mínima idéia; mas acho que se unissem assim teria uma solução; cada uma dava uma opinião e fazia o que era melhor; mas é difícil.(pescadora M1). (informação verbal).

Enquanto pesquisadora, me preocupei em motivar as entrevistadas a encontrar propostas, pois no papel de educadora ambiental creio que na pesquisa é preciso compartilhar informações e experiências e não apenas coletar dados, recebê-los.

Para tanto, disse que tinha conhecimento de experiências anteriores com grupo de mulheres, que vivem em comunidades pesqueiras e que conseguiram no coletivo mudar suas trajetórias de vida. Como exemplo, comentei sobre a Associação das Desfiadeiras de Siri e a Associação das Paneleiras que vivem em vilas pesqueiras no município de Vitória(ES), atuando na culinária capixaba e na produção de panelas de barro, respectivamente, tendo hoje um reconhecimento nacional. Experiências que vivenciei, que aconteceram em comunidades similares a que estou pesquisando e que podem ser compartilhadas com as trabalhadoras .

Assim também , na cidade de Rio Grande, bem próximo a elas, falei da existência de outros grupos de mulheres que atuam no artesanato, na culinária, na construção civil, no acondicionamento e na produção de papel/plástico reciclável; todos acompanhados pela FURG através da INTECOOP que podem compartilhar também suas experiências de vida.

As mulheres mostraram interesse em conhecer outras experiências e disseram desconhecer algum movimento ou grupo de mulheres na cidade de Rio Grande:

Eu gostaria de conhecer sim, eu teria interesse. Eu não conheço nenhum lugar, não faço nem idéia. (pescadora M1). (informação verbal).

Eu gostaria de conhecer; eu acho que iria ajudar o pessoal daqui também; cada um vendo a solução de outros lugar né ... acho que ia ajudar o pessoal

daqui. Eu não conheço nenhum lugar assim. (pescadora M2). (informação verbal).

A entrevistada M3 foi a única que disse já ter ouvido falar em outras experiências na cidade, embora não soubesse dizer muito sobre isso:

Eu não conheço; já vi várias tentativas como a tecelagem que eu participei; projetos assim; eu ouvi falar que na Ilha dos Marinheiros as mulheres se reuniram e fizeram...eu vi no jornal alguma coisa sobre o trabalho das mulheres que foi em frente, que deu certo; não conheço outros lugares.. Eu sou muito curiosa; então tudo que tu conhece; tudo que tu aprende é bom. Eu gostaria de conhecer sim. (informação verbal).

O NUDESE possui um cadastro de aproximadamente 40 empreendimentos populares solidários, acompanhados pela INTECOOP, com atuação nas áreas de pesca, artesanato, gastronomia, educação, reciclagem, agricultura, construção, turismo e trocas solidárias.

Embora haja a existência de tantos grupos, as entrevistadas desconhecem o trabalho desses demais grupos, o que provavelmente pode acontecer com as demais trabalhadoras. Talvez fosse interessante promover algum encontro com as trabalhadoras da pesca de outras comunidades para proporcionar uma troca de experiências, para motivar outras mulheres que ainda não reagiram as atuais demandas que interferem na atividade de processamento. Deixo esta proposta registrada como uma sugestão, já que busco nessa pesquisa interventiva uma forma de contribuir para o desenvolvimento social da comunidade, partindo de um enfoque de gênero no ciclo pesqueiro.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Realizar este estudo significou um dos principais desafios enquanto educadora ambiental e pesquisadora em constituição. E ao final deste documento, que procurou registrar algumas vozes que se encontravam em silêncio e destacar a presença feminina no espaço da pesca artesanal, importa, pois, ressaltar algumas informações relevantes que sobressaíram nas trajetórias compartilhadas pelas trabalhadoras da pesca em resposta ao objetivo proposto e às questões que instigaram a realização desta pesquisa.

Em relação à percepção das trabalhadoras sobre sua atividade laborativa no cotidiano da pesca artesanal, foi constatado que:

No cotidiano, as trabalhadoras necessitam constantemente de conciliar a atividade da pesca com as tarefas domésticas quase sempre com o auxílio das filhas e raramente com o apoio do cônjuge ou companheiro.

A jornada dupla de trabalho e o acúmulo de funções no dia-a-dia têm provocado um desgaste físico e emocional que se agrava pela ausência de descanso semanal, como fins de semana e feriado.

A dificuldade de conciliar as tarefas de casa com o trabalho na pesca acarretou na mudança do processo de trabalho, como o desfilio e cozimento do siri que foi substituído pela venda in natura a fim de ampliar o tempo gasto para o cumprimento dos deveres domésticos. Este fato contribuiu para descaracterização da atividade das trabalhadoras e para diminuição da remuneração.

Quanto à sua percepção sobre o trabalho feminino no contexto da pesca artesanal local, as trabalhadoras vivenciam a seguinte situação:

Há predomínio de um sentimento de desvalorização e não reconhecimento do trabalho que, segundo elas, deve-se principalmente a sua baixa remuneração.

Em contraposição, as trabalhadoras se sentem valorizadas enquanto mulher-trabalhadora, pois diante da diversidade de tarefas diárias não deixam de lado os afazeres domésticos e são vistas como “guerreiras” pelos maridos. Isto faz com que a atividade passe a ficar sempre em segundo plano.

A divisão na ocupação dos espaços no setor da pesca entre homens e mulheres é nitidamente percebida pelas trabalhadoras. Há um predomínio da presença masculina nas esferas da comercialização, negociação e decisão nos

assuntos relativos à pesca local. As trabalhadoras não participam efetivamente destes espaços e de instâncias coletivas, como colônias de pesca, associação de pescadores e órgãos públicos (Ibama, INSS), e não têm conhecimento dos assuntos discutidos e deliberações, principalmente no que tange a direitos trabalhistas, embora atuem também como mão-de-obra no setor pesqueiro.

As trabalhadoras desconhecem em geral os direitos previdenciários que lhes são garantidos por Lei. Isto se reflete na falta de documentação e registro em órgãos competentes de regularização da atividade de produção. Acreditam que “o maior problema da gente trabalhar nesta área é não ter uma garantia ... a gente não tem garantia de nada”. Nota-se que a não regularização da atividade de processamento vêm lhes trazendo prejuízos em termos de previdência social, elas não têm ciência dos benefícios aos quais têm direito enquanto segurado especial.

Não há uma mobilização social por parte das trabalhadoras como forma de luta pela valorização da atividade que desempenham na pesca. Percebem que as mulheres da comunidade são “desunidas” e individualistas, se preocupam apenas consigo mesmas e não vêem com bons olhos atitudes de outras mulheres que contrariem a condição naturalizada da mulher. A ausência de mobilização dificulta o acesso das trabalhadoras nos espaços que se encontram masculinizados, como as associações e colônias de pesca, como também, dificulta qualquer reivindicação da categoria.

Sobre as perspectivas futuras da atividade de processamento na pesca admitem que:

A baixa remuneração e o esgotamento do ecossistema local são motivações para abandonarem a atividade, pois não acreditam em mudanças que favoreçam a permanência nesse tipo de trabalho.

A rotina de trabalho doméstico e na pesca não vai mudar, segundo elas, porque “*enquanto eles tiverem pescando a rotina vai ser sempre a mesma*”. Nota-se que a naturalização das funções no contexto da pesca artesanal e o sentimento de desmobilização da categoria causa-lhes descrédito quanto ao reconhecimento profissional por parte das trabalhadoras e dos demais trabalhadores da pesca e quanto à ocupação de novos espaços.

O processo de degradação ambiental, segundo as entrevistadas, é provocado pelo grande contingente de famílias e grandes embarcações que exploram a região estuarina sem respeitar a sua capacidade de suporte e

regeneração. Observa-se que o descrédito na melhoria das condições de trabalho (em termos de recurso natural disponível) é fruto da visão naturalizada que se têm sobre o processo de degradação ambiental que foge ao controle do ser humano. A tendência é “*piorar cada vez mais*”, o que demonstra uma visão de natureza intocada. Vale ressaltar que embora não se reconheçam como degradadoras do meio ambiente local, as mulheres são co-responsáveis pela conservação dos recursos estuarinos juntamente com os demais agentes apontados por elas.

As trajetórias vivenciadas pelas trabalhadoras demonstraram que a presença da mulher na pesca ainda é marcada por várias formas de violência, que tem impossibilitado vislumbrar um projeto de vida para a categoria, violências, na maioria das vezes, imperceptíveis. As violências existem e são detectadas mais facilmente a partir de uma reflexão da convivência diária das trabalhadoras no mundo privado, como por exemplo o desgaste físico-emocional, acúmulo de tarefas, má distribuição dos afazeres domésticos, e, no mundo público, como a privação de participação das decisões coletivas relativas a atividades na pesca , desigualdade de oportunidades de investimento e capacitação profissional, invisibilidade do trabalho ante aos órgãos públicos e desvalorização do trabalho.

Diante da situação apresentada e no papel de educadora ambiental que precisa atuar como intérprete de seu contexto, ao mesmo tempo em que é sujeito interpretado (Carvalho, 2002), finalizo este estudo deixando algumas propostas para enfrentamento da problemática estudada.

A identificação da ausência de uma perspectiva para o futuro da atividade laborativa por parte das trabalhadoras, levou-me a pensar em alguns caminhos, visto que a intenção de realizar o estudo foi não apenas observar e registrar fatos, mas agir como co-autora de propostas que possam auxiliar no fomento de um empreendedorismo social e político das trabalhadoras. Como alternativas , proponho as seguintes ações :

Oportunizar o conhecimento de alternativas de trabalho e geração de renda com enfoque na área de economia popular solidária.

Promover um encontro com outras trabalhadoras da pesca para troca de experiências visando a sensibilização e mobilização da categoria.

Viabilizar a realização de palestras informativas sobre direitos previdenciários junto aos órgãos competentes e mutirão para regularização da atividade pesqueira desenvolvida pelas mulheres como a do processamento e filetagem.

Viabilizar a realização de oficinas temáticas enfocando questões como educação ambiental, mobilização e participação social, redes sociais, dentre outras a serem sugeridos pelas trabalhadoras.

Sugere-se a criação de um Projeto de Extensão Universitária, que englobe tais ações, projeto a ser construído e desenvolvido junto às trabalhadoras da comunidade pesquisada em parceria com a associação de pescadores local e demais instituições interessadas.

REFERÊNCIAS

ALTMAYER, F. de L. **Pescadores Artesanais do Estuário da Lagoa dos Patos - RS**: uma análise de sua percepção e o meio natural como subsídio para um projeto de Educação Ambiental. Dissertação de Mestrado, FURG, 1999.

BOSI, E. **Memória e sociedade**: lembranças de velhos. 3. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1994.

BRASIL. Decreto nº 3048 de 6 de maio de 1999, Regulamento da Previdência Social e dá outras providências . Diário da república Federativa do Brasil, Brasília, 12 de maio de 1999.

BRUMER, A. Gênero e Agricultura: a situação da mulher na agricultura do Rio Grande do Sul. IN: **Estudos Feministas**, Florianópolis, n. 12/1, jan./abr., 2004.

BRUSCHINI, C. & LOMBARDI, M. R. Instruídas e trabalhadeiras: trabalho feminino no séc. XX. IN: **Cadernos Pagu**, Campinas: Pagu/Núcleo de Estudos de Gênero; Unicamp, n. 17 / 17, 2001

BRUSCHINI, C. **Fazendo as perguntas certas**: Como tornar visível a contribuição econômica das mulheres para a sociedade?In: II Congresso Latinoamericano de Sociologia do Trabalho, 1996, Águas de Lindóia, livro de Resumos.São Paulo,SP,2002.Disponível em: <<http://www.fcc.org.br/mulher/resumos/ALAST96.RTF>.> Acesso em: 23/09/2005.

_____. Trabalho feminino: trajetória de um tema, perspectivas para o futuro. IN: **Estudos Feministas**, Rio de Janeiro: CIEC/Escola de Comunicação – UFRJ; n. 1, 1994.

CABRAL, F.; DÍAZ, M. Relações de Gênero. **Cadernos afetividade e sexualidade na educação**: um novo olhar. Belo Horizonte, p. 142-150, 1999.

CARDOSO, E. S. **Pescadores Artesanais**: natureza, território, movimento social. Tese de doutorado, USP, 2001.

CARVALHO, I. C. M. **A invenção biológica**. Narrativas e trajetórias da Educação Ambiental no Brasil. 2. ed. Porto Alegre: UFRGS, 2002.

CASTRO, M. G.; ABRAMOVAY, M. (Org.). **Gênero e Meio Ambiente**. 2. ed. rev. e ampl. São Paulo: Cortez; Brasília: Unesco/UNICEF, 2005.

CATTANI, A. D. (Org.). **A outra economia**. Porto Alegre: Veraz, 2003.

- D'INCAO, F.. Mortalidade de *Penaeus (Farfantepenaeus) paulensis* Pérez Farfante, 1967 no estuário da Lagoa dos Patos, Rio Grande do Sul, Brasil (Crustacea, Penaeidae). **Atlântica**, Rio Grande, 12(2):31-51, 1990.
- D'INCAO, F. Pesca e biologia de *Penaeus paulensis* na Lagoa dos Patos. **Atlântica**, Rio Grande, 13(1):159-169, 1991.
- DIEGUES, A. C. S. **Pescadores**: Camponeses e trabalhadores do mar. São Paulo: Ática, 1983.
- _____. **O mito moderno da natureza intocada**. São Paulo: HUCITEC, 1996.
- FERNÁNDEZ, A. M. **La mujer de la ilusión**: Pactos y Contratos entre hombres y mujeres. Buenos Aires: PAIDOS, 1994.
- FLECK, A.; FALCKE, D.; HACKNER, I. Crescendo menino ou menina: a transmissão dos papéis de gênero na família. IN: WAGNER, Adriana (Coord.). **Como se perpetua a família?** A transmissão dos modelos familiares. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2005.
- FOUCAULT, M. **Microfísica do poder**. Rio de Janeiro: Graal, 1979.
- GARCEZ, D. S.; SÁNCHEZ – BOTERO, J. I. Comunidades de pescadores artesanais no estado do Rio Grande do Sul. IN: **Revista Atlântida**, vol.27, nº 1, 17 – 29, FURG, 2005.
- HIRATA, H. Globalização e divisão sexual do trabalho. IN: **Cadernos Pagu** (17/18).2001/02
- HIRATA, H.; KERGOAT, D. A Classe operária tem dois sexos. **Revista Estudos Feministas**. Rio de Janeiro, v.2, n.3, 1994..
- LILJA, L. **Pesca Artesanal Gaúcha**. Monografia de Conclusão do Curso de Ciências Econômicas do Departamento de Ciências Econômicas, Administração e Contábeis. FURG, 1999.
- LIMA, J. L. **Pescadoras e Donas-de-casa**: A Invisibilidade do Trabalho das Mulheres Numa Comunidade Pesqueira - o caso da Baía do Sol. Dissertação de Mestrado, UFPA, 2003.
- LOURENÇO, C. F.; HENKEL, J. de A.; MANESCHY, M. C. **A seguridade social para os pescadores artesanais no Brasil**: estudo de caso no Pará. Chennai, IVSF, 2006. Monografia SAMUDRA. Disponível em: <<http://www.icsf.net>>. Acessado em: 12/02/2007

LOURO, G. et al. **Corpo, Gênero e Sexualidade**. Petrópolis: Vozes, 2003.

_____. **Gênero, sexualidade e educação**: uma perspectiva pós-estruturalista. Petrópolis, Rio de Janeiro:Vozes, 1997.

MALDONADO, S. C. **Pescadores do Mar**. São Paulo: Ática, 1986.

MANESCHY, M. C. A mulher está se afastando da pesca? Continuidade e mudança no papel da mulher na manutenção doméstica entre famílias de pescadores no litoral do Pará. IN: **Boletim do Museu Paranaense Emílio Goeldi**, série Antropológica, n. 11(2), 1995.

MANUAL para Citações bibliográficas. NBR 10520, ABNT/2002. Disponível em <<http://www.unicamp.br/fef/adml/bibli/modelos.tcc>>. Acessado em: 15/03/2007

MARQUES, L. A. B. **O Pescador Artesanal do Sul**. Rio de Janeiro: MEC, 1980.

MELLO, M. **Pesquisa participante e educação popular**: da intenção ao gesto. Porto Alegre: Ísis, 2005

MINAYO, M. C. (org.). **Pesquisa social**: teoria, método e criatividade. Petrópolis: Vozes, 1994.

MORAES, R. Mergulhos discursivos: análise textual qualitativa entendida como processo integrado de aprender, comunicar e interferir em discursos. IN: GALIAZZI, M.; FREITAS, J. V. **Metodologias emergentes de pesquisa e educação ambiental**. Ijuí: UNIJUÍ, 2005.

QUEIROZ, M.I. Relatos orais: do “indizível” ao “dizível” . In: VON SIMSON (Org.) **Experimentos com Histórias de Vida**: Itália-Brasil. São Paulo: Vértice, 1988.

RAGO, M. Trabalho e Sexualidade. IN: DEL PRIORE, M.; BASSANELI, C. **História das Mulheres no Brasil**. São Paulo: Contexto, 1997.

REIS & D'INCAO. The present status of artisanal fisheries of extreme Southern Brazil: an effort towards community-based management. ***Ocean & Coastal Management***, 43:585-595, 2000.

RODRIGUES, A. T. **Sociologia da educação**. 5. ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2004.

RONCAGLIO, C. Relações de Gênero, espaço público e feminino. IN: TRINDADE, E.M.C.; MARTINS, A.P.V. (Org.). **Mulheres na história**: Paraná, séculos 19 e 20. Curitiba: UFPR, Departamento de História, 1997.

SAFFIOTTI, H. I. B. Rearticulando Gênero e classe social. In: COSTA & BRUSCHINI. **Uma questão de Gênero**. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 1992.

_____. **A mulher na sociedade de classes**: mito e realidade. Rio de Janeiro: Vozes, 1979.

_____. **O poder do macho**. São Paulo: Moderna, 1987.

_____. O feminismo brasileiro desde os anos de 1970: revisitando uma trajetória. IN: **Estudos Feministas**, Florianópolis: UFSC, vol. 12, n°2, maio / agosto, 2004.

SCOTT, J. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. IN: **Educação e Realidade**. Porto Alegre, v. 16(2), jul./dez., 1990.

SZYMANSKY, H. A entrevista reflexiva. IN: **Revista Psicologia da Educação**, n. 9-10, 2001.

STOREY, C. Gênero e educação na Amazônia. IN: NOAL, F; REIGOTA, M; BARCELOS, v. (Org.). **Tendências da educação ambiental brasileira**. Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 1998.

STREY, M. N. (Org.). **Mulher, estudos de gênero**. São Leopoldo: UNISINOS, 1997.

THOMPSON, A.; FRISCH, M.; HAMILTON, P. Os debates sobre memória e história: alguns aspectos internacionais. IN: FERREIRA, M. M.; AMADO, J. **Usos e Abusos da História Oral**. Rio de Janeiro: FGV, 2005.

TRIVIÑOS, A. N. S. **Introdução à pesquisa em ciências sociais**: a pesquisa qualitativa em educação. São Paulo: ATLAS, 1987.

VILLWOCK, G. E. **Por que amo o Rio Grande**. Rio Grande: FURG, 1997.

WOORTMANN, E. F. Da complementaridade à dependência: espaço, tempo e gênero em comunidades pesqueiras do nordeste. In: **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, n. 18, ano 7, fev., 1992.

YAMAMOTO, M. **O serviço Social na contemporaneidade**: trabalho e formação profissional. 9. ed. São Paulo: Cortez, 2005.

ANEXOS

ANEXO A - Roteiro de Questões das Entrevistas com representantes de instituições ligadas a pesca

1- Entrevista na Associação de Pesca da Vila São Miguel (APESMI)

- 1- Fale como e quando ocorreu a formação da APESMI e como é composta a diretoria atual.
- 2- Fale sobre o número de associados (homens e mulheres) e de como se dá a participação dos mesmos.
- 3- Fale sobre as principais lutas e conquistas da APESMI.
- 4- Fale sobre a participação das mulheres na Apesmi.

2- Entrevista com presidente da Colônia Z1

- 1- Fale como é realizada a filiação na Colônia Z1.
- 2- Fale sobre o número de associados (homens e mulheres) e de como se dá a participação dos mesmos.
- 3- Fale sobre os benefícios sociais concedidos aos filiados na Colônia Z1.
- 4- Fale sobre a participação das mulheres na Colônia.
- 5- Fale sobre como se dá a interação da Colônia com as associações de pesca local.

3-Entrevista com técnico do IBAMA

- 1- Fale como é realizada e concedida a licença ambiental para os trabalhadores da pesca.
- 2- Fale sobre o número de pescadores (homens e mulheres) cadastrados e licenciados pelo Ibama
- 3- Fale sobre os principais problemas enfrentados pelo Ibama na fiscalização durante os períodos do defeso e quais as alternativas de superação.

4-Entrevista com técnico da Secretaria Municipal de Pesca (SMP)

- 1- Fale como é a atuação da SMP no Fórum da Lagoa.
- 2- Fale sobre como é feita a assessoria aos pescadores da região e como se dá essa interação.
- 3- Fale como tem sido a política de pesca do Estado e perspectivas em termos de gênero.

5-Entrevista com técnico da SEAP

- 1- Fale como é realizado o cadastramento e registro dos pescadores.
- 2- Fale sobre o número de pescadores cadastrados pelo órgão.
- 3- Fale sobre critérios de elegibilidade e documentação exigida para cadastramento.
- 4- Fale sobre a importância do Registro Geral da Pesca e requisitos para solicitá-lo.

6-Entrevista com pescadora residente em Torotama

- 1- Fale sobre como e por que você se tornou pescadora.

- 2- Fale sobre os desafios que as mulheres enfrentam no ambiente da pesca.
- 3- Fale sobre como tem sido a participação das mulheres nas instâncias que discutem a pesca da região.
- 4- Fale sobre as alternativas para superação das dificuldades enfrentadas pelas mulheres na pesca.

ANEXO B- Roteiro de Questões das entrevistas com as entrevistadas

⇒*Eixo temático 1: O trabalho feminino no cotidiano da comunidade*

- Fale sobre sua rotina de trabalho no cotidiano da comunidade.
- Fale sobre como os familiares se envolvem nessa rotina diária.
- Fale sobre principais dificuldades encontradas no seu dia-a-dia.

⇒*Eixo temático 2: O trabalho feminino no ciclo da pesca local*

- Fale sobre como e de que forma tem sido a atuação das mulheres no ciclo da pesca local.
- Fale sobre como tem sido o envolvimento e participação das mulheres na comunidade.
- Fale sobre os principais desafios e dificuldades a serem enfrentados pelas trabalhadoras da pesca da vila e como elas estão lidando com tais situações.

⇒*Eixo temático 3: Desafios e expectativas da atividade laborativa das trabalhadoras da pesca*

- Fale sobre como era a situação das mulheres no 'passado (10 anos atrás).
- Fale como está a situação hoje.
- Que mudanças seriam necessárias para melhorar a situação das mulheres que trabalham na pesca.
- Fale sobre os principais desafios e perspectivas em relação a atividade de processamento de pescado.

Anexo C- TERMO DE CONSENTIMENTO

Venho respeitosamente, através do presente, solicitar sua colaboração no sentido de participar de uma pesquisa com finalidade acadêmica e que se destina à elaboração da Dissertação de Mestrado do Programa de Pós-Graduação em Educação Ambiental.

A presente pesquisa tem por finalidade conhecer como as instituições ligadas a pesca se relacionam com os trabalhadores do setor pesqueiro, dentre outras questões relevantes.

Pesquisadora

Declaro ter sido informada dos objetivos, da justificativa e da forma de pesquisa, concordando em participar da mesma.

Assinatura do representante da instituição

Rio Grande, _____ de _____ de _____.

Anexo D- TERMO DE CONSENTIMENTO

Venho respeitosamente, através do presente, solicitar sua colaboração no sentido de participar de uma pesquisa com finalidade acadêmica e que se destina à elaboração da Dissertação de Mestrado do Programa de Pós-Graduação em Educação Ambiental.

A presente pesquisa tem por finalidade conhecer a história de vida das trabalhadoras da pesca, enfocando o cotidiano de trabalho e expectativas em relação a profissão.

Para realização do estudo, serão realizadas entrevistas individuais e/ou coletivas e observações livres; as informações serão gravadas e transcritas, como também, registradas em um diário de campo. Os participantes serão esclarecidos quanto a quaisquer dúvidas que venham a ocorrer durante o desenvolvimento da pesquisa e terão acesso aos resultados obtidos.

Pesquisadora

Declaro ter sido informada dos objetivos, da justificativa e da forma de pesquisa, concordando em participar da mesma.

Assinatura do entrevistado

Rio Grande, _____ de _____ de _____.